

**Questão de gênero e MST:
Os coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito
Santo**

Maísa Maria Baptista Prates do Amaral

**Dissertação de Mestrado em Política Social
Mestrado em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Vitória
Agosto de 2018**

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes para ser confeccionada pelo autor

B222q Baptista Prates do Amaral, Maísa Maria, 1993-
 Questão de Gênero e MST : Os coletivos de auto
 organização das mulheres no Espírito Santo / Maísa Maria Baptista
 Prates do Amaral. - 2018.
 156 f. : il.

 Orientadora: Renata Couto Moreira.
 Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade
 Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
 Econômicas.

 1. Questão Agrária. 2. Movimento dos Trabalhadores
 Rurais Sem Terra (MST). 3. Gênero. 4. Teoria da
 Dependência. 5. Coletivos de Auto-organização. I. Couto
 Moreira, Renata. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
 Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

MAÍSA MARIA BAPTISTA PRATES DO AMARAL

**QUESTÃO DE GÊNERO E MST: OS COLETIVOS DE AUTO-
ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 30 de agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA



**Professora Doutora Renata Couto Moreira
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Ana Targina Rodrigues Ferraz
Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Roberta Sperandio Traspadini
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

AGRADECIMENTOS

Apesar do processo de escrita de uma dissertação ser individual, e também um tanto solitário, os vários processos que possibilitaram o desenvolvimento desse trabalho foram coletivos. Eu não teria conseguido sozinha. Portanto, o sentimento que prevaleceu ao longo de todo o processo e que permanece no final é de gratidão.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Renata Couto Moreira, pelo processo de orientação que tornou a relação entre orientadora e orientanda leve e cheia de significado. Obrigada também pelos anos de amizade construída, que tenhamos muitos mais para compartilhar juntas;

Agradeço também à minha família, cujo apoio ao longo de todo o meu processo de formação tornaram possíveis a chegada até o mestrado e a sua conclusão. Mãe, pai, Lucas, tio Luís, Vovó e tia Rose, amo vocês;

Às mulheres do MST, que abriram suas casas, suas vidas e seus corações, tornando possível não apenas a realização da pesquisa, mas também a construção de laços que pretendo levar para a vida;

À Roberta Traspadini, que me mostrou que outro mundo é possível e que continua me inspirando nessa jornada. Que sigamos juntas nessa jornada;

À minha turma de mestrado, que em tantos momentos foi de fundamental apoio e que tornou esses mais de dois anos de mestrado muito mais leves e prazerosos, especialmente à Maria Almeida, Shanna Rangel, Angélica Martins, Leila Menandro, Mariana Rébuli, Nathália Moreira e Nathália Nicácio, que além de contribuírem direta e indiretamente para a construção dessa dissertação, se tornaram companheiras de vida;

Aos meus queridos amigos, Elizabeth Cardoso e Walver Villegas, doutorandos do PPGPS e companheiros de todas as horas;

Às minhas amigas Jenny Andrade e Larissa Sathler, cujas horas de estudos (e casas) compartilhadas significaram a possibilidade de avanço no meio de tantas turbulências. Obrigada, meninas.

À Cristiane Sabino, pela ajuda e pelas discussões que tanto contribuíram para a construção dessa dissertação;

À Larissa Loyola, Sabrina Canuto e à Marina Queiroz, minhas companheiras de campo, sem as quais não teria sido possível a realização dos grupos focais. Agradeço também pelas viagens e pelas aventuras compartilhadas;

À Diego Contreras Novoa e Florencia Inês Pretto. Obrigada pelo tempo de vida compartilhado. Los quiero, chicos.

À Délio José Prates do Amaral (*in memoriam*), amado tio. Você estará para sempre em minha memória e coração.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo analisar como os coletivos de auto-organização de mulheres do MST no Espírito Santo, contribuem para uma maior inserção feminina nos espaços sociais e políticos do próprio Movimento e para o avanço na questão de gênero e na superação da divisão sexual do trabalho. Temos, então, como objeto de análise, dois coletivos auto-organizados em torno da construção de duas agroindústrias em dois assentamentos diferentes: “Camponesas” do Assentamento Vale da Esperança, e “As Camponesas”, do Assentamento Florestan Fernandes. Para tanto, usamos como referencial teórico a Teoria Marxista da Dependência, que nos permite compreender a forma como a América Latina, e em específico o Brasil, se insere na divisão internacional do trabalho e como ocorre a transferência de valor das economias periféricas para as centrais, sendo a superexploração da força de trabalho a única forma das economias periféricas se desenvolverem. Assim, partindo desse referencial, buscamos compreender também como as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho, enquanto funcionais ao capital, são vivenciadas por essas mulheres e o papel da auto-organização das mulheres do MST na tentativa de mudança dessa realidade. Para tanto, utilizamos o grupo focal como técnica de coleta de dados e a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. As categorias teóricas que guiaram a nossa pesquisa e a nossa análise foram *Dependência e Questão Agrária, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho*.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Superexploração; Gênero; Auto-organização; Mulheres.

ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing how the MST women's self-organization groups in Espírito Santo contribute to a greater insertion of women in the social and political spaces of the Movement itself and to advancing the gender issue and overcoming the sexual division of the job. We have, therefore, as object of analysis, two collective self-organized around the construction of two agroindustries in two different settlements: "Camponesas" of the Settlement of the Vale da Esperança, and "As Camponesas" of the Settlement Florestan Fernandes. In order to do so, we use as theoretical reference the Marxist Theory of Dependence, which allows us to understand how Latin America, and specifically Brazil, is inserted in the international division of labor and how the transfer of value from the peripheral economies to the central ones, with the overexploitation of the labor force as the only form of peripheral economies to develop. Thus, starting from this referential, we also try to understand how gender relations and the sexual division of labor, while functional to capital, are experienced by these women and the role of the MST women's self-organization in the attempt to change this reality. For this, we used as the focal group as data collection technique and content analysis as data analysis technique. The theoretical categories that guided our research and our analysis were Agrarian Issue and Dependency, Gender Relations and Sexual Division of Labor.

Keywords: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Superexploration. Genre. Self-organization. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Projeto Terra, Sebastião Salgado	15
Figura 2 - Matéria retirada do Jornal Sem Terra de Julho/Agosto e Setembro de 1999	31
Figura 3 - Matéria retirada do Jornal Sem Terra edição especial IV Congresso Nacional de Fevereiro de 2014	37
Figura 4 - Matéria retirada do Jornal Sem Terra que mostra o histórico da luta das mulheres no MST de 2006 a 2011	38
Figura 5 - Foto da ação das mulheres do MST e de outros movimentos sociais no dia 08 de março de 2018	69
Figura 6 - Primeira visita ao Assentamento Florestan Fernandes, quando da realização do Grupo Focal.	121
Figura 7 - Segunda visita ao Assentamento Florestan Fernandes, dia 23/02/2018. A agroindústria quase pronta para a inauguração.	121
Figura 8 - Inauguração da Agroindústria de Polpa de Frutas do Assentamento Florestan Fernandes.	122
Figura 9 - O Centro Comunitário do Assentamento Vale da Esperança. Foto tirada no dia da realização do grupo focal.	123
Figura 10 - Cozinha da Agroindústria com os equipamentos que cabem e os equipamentos que sobraram no depósito	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de pessoas economicamente ativas e dos ativos residentes na área rural por sexo – Brasil 2009 (em %)	96
Gráfico 2 - Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação, segundo sexo - Brasil 2009 (em %)	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Assalariados rurais segundo sexo (pessoas de 10 anos ou mais de idade)	98
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CIMI – Comissão Indigenista Missionária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FMI – Fundo Monetário Internacional

IECIB – Pastoral Popular da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

OMC – Organização Mundial de Comércio

PMG - Prefeitura Municipal de Guaçuí

PMST – Prefeitura Municipal de Santa Teresa

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRNA – Plano Nacional de Reforma Agrária

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - AS MULHERES E O MST	24
Introdução	24
As mulheres e o MST	26
Questão Agrária e a participação das mulheres no MST	39
MST no Espírito Santo	56
CAPÍTULO 2 - A TRABALHADORA RURAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE	71
Introdução	71
Superexploração e divisão sexual do trabalho: a mulher na América Latina	72
A inserção da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho: acumulação primitiva, terra e trabalho.....	72
Gênero e trabalhadoras rurais: a situação da mulher no campo	87
CAPÍTULO 3 - OS COLETIVOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DO MST	104
Introdução - Sobre o método e a metodologia	104
As Agroindústrias.....	107
Superexploração e Divisão Sexual do Trabalho.....	112
Gênero	117
Desafios.....	120
CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES	141
APÊNDICE I: Mapa Político do ES com os Municípios das Agroindústrias destacados	141
APÊNDICE II: Termo de consentimento Livre e Esclarecido	142
APÊNDICE III: Questionário Semi-estruturado	144
ANEXOS	145
ANEXO I: Relação de Assentamentos Rurais no ES – coordenados pelo MST	145
ANEXO II: Regimento Interno da Agroindústria “Camponesas”	149

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do objetivo de entender as contradições que envolvem a realidade das mulheres trabalhadoras rurais militantes do MST e assentadas no Espírito Santo que participam dos coletivos de mulheres voltados para a produção. Essas mulheres que são forjadas na luta pela terra, que se colocam em movimento para romper com as amarras do agronegócio e do capitalismo e que, enquanto sujeitos sociais, estão inseridas em uma sociedade de classes, dividida entre os possuidores dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho (MARX, 1996). Além desta divisão de classes, motor da sociedade capitalista, precisamos destacar o papel da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho, que permitiu o desenvolvimento de um sistema mundial imperialista baseado no desenvolvimento desigual da acumulação do capital e na transferência de valor dos países periféricos para os países centrais (CARCANHOLO, 2017). Traspadini (2016) destaca o fato de que tanto no passado como no presente a terra e o trabalho representam a materialização dos violentos mecanismos de produção de riqueza capitalista, seja a riqueza do capitalismo central, seja a do capitalismo dependente. E é sobre essas bases que foram erguidas as estruturas da dominação do capital sobre o trabalho na América Latina, bases sob as quais se sedimentam a superexploração¹ e a opressão típicas do capitalismo dependente (MARINI, 2011; TRASPADINI, 2016; CARCANHOLO, 2017).

A América Latina foi forjada no século XVI, em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional (MARINI, 2011). Em um primeiro momento serviu como fornecedora de metais preciosos e de gêneros exóticos. Em um segundo momento, como produtora de bens manufaturados². É a partir desse segundo momento que Marini (2011, p. 134) identifica o início da dependência, quando “as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região”. Assim, a dependência é entendida como:

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou

¹Superexploração da força de trabalho é uma categoria central para a nossa pesquisa e é abordada com maior profundidade no Capítulo 2 dessa dissertação.

²Esse momento corresponde à Revolução Industrial na Europa e à Independência das colônias da América Latina, o que gerou países independentes que ao invés de se articularem entre si, se articulavam com a Inglaterra (MARINI, 2011).

recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011, p. 134).

Ou seja, é nesta América Latina dependente, e no Brasil marcado pela grande concentração de terras (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012) que nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Movimento surgiu no início da década de 1980, período do acirramento da luta pela terra provocada pela política de Reforma Agrária³ implementada desde 1964 pelos governos militares (MST, 1998). Entretanto, as lutas do MST vão muito além da luta pela terra, uma vez que somente esta conquista não garante a permanência dos trabalhadores e das trabalhadoras no campo e sob condições dignas (FERNANDES, 2001). Segundo Fernandes (2001, p. 244),

Existem várias lutas após a conquista da terra: luta por crédito agrícola, por escola no assentamento, por moradia, por estradas, por transporte coletivo, por energia elétrica, por saúde etc., que levam à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. A conquista da terra é condição essencial para o avanço dessa luta pela cidadania

É importante destacar que a luta do MST é, antes de mais nada, “uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração” (MST,1998) e que o Movimento entende que, devido ao desenvolvimento capitalista desigual e combinado,

O capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, trabalho assalariado não é a única via. Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra (MST, 1998, p.18).

A luta pela Reforma Agrária passa, assim, pela construção de novas formas de sociabilidade, de uma forma de propriedade diversa da forma capitalista, por novas formas de produção e por novas formas de educação (por exemplo, a Escola Nacional Florestan Fernandes⁴). Entretanto, precisamos levar em conta que, ao mesmo tempo em que o MST busca a superação das relações capitalistas, também está inserido nessa sociedade e por ela também é determinado. Portanto, podemos afirmar que, as mulheres que fazem parte desse movimento também estão inseridas nessa sociedade e também são determinadas pelas relações capitalistas.

³O conceito de Reforma Agrária exige um aprofundamento teórico que está presente no capítulo inicial dessa dissertação de mestrado.

⁴ A Escola Nacional Florestan Fernandes, inaugurada em 2005, é um centro de formação idealizado e coordenado pelo MST cujas origens históricas estão imbricadas no próprio processo de formação do Movimento. Para maiores informações: <http://amigoscnff.org.br/>.

Nesse sentido, a luta das mulheres do MST é contra as formas de relação capitalista no campo, contra o agronegócio, o grande latifúndio e também contra as mais diversas formas de discriminação e violência contra as mulheres. Assim, esse primeiro objetivo do MST, a luta pela terra⁵, se inicia com a formação dos acampamentos nas fazendas improdutivas e às margens das BRs e Rodovias⁶. É nesse período onde ocorre a aproximação dos trabalhadores com o Movimento, com a vivência coletiva e com o protagonismo da luta. Esse é, também, o momento de aprendizagem da organicidade⁷ e do funcionamento de um assentamento. No segundo momento, quando se conquista a terra, se inicia a luta pela construção da Reforma Agrária⁸ Popular, projeto construído coletivamente dentro do próprio MST e que envolve a luta pelo fim do latifúndio, pela soberania alimentar, pela preservação ambiental, pelo direito à educação pública e de qualidade, pela agroecologia, entre outras.

Antes de haver acampamento ocorre a ocupação, um dos momentos mais místicos⁹ e mais tensos da luta, quando famílias inteiras ocupam uma terra improdutiva e montam acampamento. O acampamento é o momento onde se constrói a organicidade do Movimento: são definidas as regras de convivência, são separados os núcleos de base e a organicidade que irá definir as tomadas de decisão dos acampamentos. O período de duração de um acampamento e a quantidade de famílias que dele fazem parte dependem da conjuntura, podendo durar vários anos. Esse é um período de muita luta e de muita dificuldade, geralmente as famílias têm que lidar com enfrentamentos com a polícia, com a reintegração

⁵ Quando se ocupa uma terra também há a luta pela reforma Agrária, porém, a luta pela terra é protagonista.

⁶ A Medida Provisória Nº 2.027-38, de 4 de Maio de 2000, criada durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, também conhecida como “Lei Anti-invasão”, foi a responsável por essa nova forma de luta pela terra do MST. Essa medida provisória especifica que as terras ocupadas pela questão agrária ficariam dois anos sem passarem por vistoria do INCRA. Em caso de reincidência, ficariam o dobro do tempo sem passar por vistoria. Isso significou uma grande perda na luta pela terra por parte dos movimentos sociais, tendo provocado assim uma mudança na forma como o MST passou a ocupar as terras. Vale destacar que essa medida não foi revogada durante o Governo do PT. Dados disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/2027-38.htm.

⁷ “O conceito de organicidade para o MST compreende um processo coletivo e democrático de participação das famílias nas instâncias deliberativas desde a base até o Congresso Nacional do MST. É a constituição de um ‘corpo orgânico’ no qual ‘toda base e instâncias de direção estão inseridas dentro do conjunto do Movimento, [...] onde discutimos diversos aspectos que envolvem a vida do Movimento e onde tomamos decisão’ (MST, 1998, p.4). Este corpo tem por objetivo fomentar espaços de participação democrática e popular de seus membros, além da formação de militantes e a elevação da consciência social e política. Norteia-se pelos objetivos, caráter, princípios, mística e os valores eleitos/praticados pelo MST (PEREIRA, 2015, p.8)”.

⁸ Agradecemos à Joselma Maria Pereira, Dirigente Estadual do MST, pela generosidade do tempo cedido, por dividir conosco a sua história e nos orientar acerca dos processos de luta pela terra e pela Reforma Agrária do MST.

⁹ Para maior aprofundamento ver: STEDILE, J. P.; FERNANDES, B.M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.

de posse e também com os fazendeiros donos das terras¹⁰. Quando da conquista da terra, essas famílias passam a serem assentadas. Esse período significa a perda da organicidade de algumas famílias, mas o fortalecimento de outras. Como a luta do MST não se resume à conquista da terra, mas à condições dignas de permanecer no campo, à novas formas de se produzir e é uma luta anti-capitalista, são vários os motivos para se continuar na luta.

Figura 1 - Projeto Terra, Sebastião Salgado



O processo de mobilização que dá origem aos assentamentos acaba por colocar em debate não só o tema da terra, mas diversos outros que podem passar a compor uma agenda extensa, que envolve várias ordens de questões não estritamente ligadas à terra, mas também formas específicas de vivenciada passagem para a condição de assentados, trazendo continuidades e rupturas em relação ao passado recente. Um deles certamente refere-se ao lugar da mulher e suas demandas específicas, relacionadas à titulação, crédito, saúde, educação etc. As mulheres na reforma agrária, (BUTTO; HORA, ANO, p. 12

Assim, dentre essas lutas também podemos falar da luta pela igualdade de gênero, que também aparece como fundamental para a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. O MST entende que todos os integrantes devem ser ativos em todas as atividades, uma vez que na luta pela terra o que predomina é a participação da família nas várias atividades do movimento: nos coletivos, nas comissões, nas coordenações, nos setores etc.

¹⁰ Trazemos como exemplo de um recente despejo violento de mais de 500 famílias Sem Terra no município de Conceição da Barra no Espírito Santo. Para maiores informações: <http://www.mst.org.br/2017/07/17/mst-condena-brutalidade-do-estado-em-despejo-no-espírito-santo.html>.

(MORISSAWA, 2001), porém nem sempre foi assim. A luta contra a opressão da mulher, protagonizada pelas próprias mulheres, segue junto com a luta pela Reforma Agrária (MST, 1996). O reconhecimento da necessidade de participação das mulheres no MST é fruto de um processo complexo e contraditório que ainda está em andamento (HONÓRIO, 2005). Se nas primeiras publicações a preocupação com a chamada “questão da mulher” era nula, nos anos 1980 foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST que pressionou para que houvesse grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos e que reivindicava que as lideranças estaduais apoiassem as organizações das mulheres dentro do movimento (HONÓRIO, 2005).

Foi durante primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985, que as mulheres iniciaram a construção da Comissão Nacional de Mulheres do MST, e em 1986, conseguiram, junto com outros movimentos ligados à questão de gênero, o direito de receber lotes nos assentamentos. Desde o 4º Encontro Nacional, realizado em 1988, a questão de gênero é uma das deliberações do Movimento, e em seu documento intitulado “A Reforma Agrária Necessária”, um dos princípios fundamentais é a criação de condições objetivas para a participação da mulher na sociedade (MORISSAWA, 2001). Também em 1988, foi garantida a participação mínima de 30% de mulheres nas delegações. Em 1989, as Normas Gerais do MST, um dos principais documentos do Movimento, trazia a questão da mulher em linhas políticas como forma de orientação. Essas orientações iam no sentido de estimular a participação das mulheres em todos os níveis, combater todos os tipos de discriminação e lutar contra o machismo, além de estimular a participação do MST em outros movimentos de mulheres e a criação de uma equipe nacional de mulheres, que estava encarregada de pensar práticas e políticas específicas para as mulheres e também elaborar materiais para serem estudados e publicados no Jornal Sem Terra. (MST, 1996). Em 1993, outro importante documento – o Documento Básico –, trazia outros avanços na questão de gênero, entre elas: considerar as questões específicas das mulheres e a participação dessas nas reivindicações e a garantia da participação das mulheres em todos os níveis de cooperação agrícola, estimulando a participação destas no trabalho produtivo e combatendo as desigualdades e tradicionalismos presentes no meio camponês (MST, 1996).

Em 1995 foi realizado o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, encontro que promoveu uma maior visibilidade às questões de gênero dentro do movimento e que culminou com o lançamento, em 1996, da primeira cartilha do “Coletivo Nacional de Mulheres”. Além

disso, o Programa Agrário do MST de 1995, ao tratar da situação da mulher, reconhecia a situação da mulher do campo, identificando a dupla jornada e reconhecendo que a maioria das mulheres não recebem pelo trabalho realizado no campo, que não participam das decisões da economia familiar e que são as que mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos. Assim, um dos objetivos gerais do MST apresentado neste Programa, era o de combater todas as formas de discriminação e a busca por uma participação igualitária da mulher no Movimento (MST, 1996).

Como observado,

O setor de Gênero do MST é fruto de uma longa trajetória de luta das mulheres sem-terra por maior participação no MST. As mulheres estão presentes no MST desde o seu início na medida em que o Movimento se propõe a organizar famílias para lutar pela terra. Mas entre estar presente e participar de fato há uma grande diferença. (CAMPOS, 2005)

O Setor de Gênero busca debater a questão de gênero de forma a garantir a formação permanente de homens e mulheres e que as mulheres tenham oportunidades iguais de participação no Movimento, como militantes e como dirigentes. Além disso, tem como tarefa fomentar e conduzir reflexões sobre essas questões dentro das várias instâncias e setores do MST, produzir materiais e propor atividades que contribuam para a participação igualitária de homens e mulheres (MST, 1996). A desigualdade de gênero está presente dentro do MST, mas é através das lutas, das formações e da organização que se constroem novas formas de relação social (CAMPOS, 2005).

Os coletivos de auto-organização das mulheres do MST são fruto desta luta, das mulheres para as mulheres. Estes coletivos auto-organizados, que começam são voltados para a produção e, segundo a reflexão de Moreira e Ramalho (2013), representam a resistência das famílias trabalhadoras rurais no campo, além de potencializar também o papel destas mulheres na construção de uma nova perspectiva para as relações de produção e de gênero. Para Faria e Nobre (2003), é no campo da produção que se dá as definições financeiras e políticas. Segundo Moreira e Ramalho (2013), isso significa também um maior acesso das mulheres à essas esferas, o que torna mais visível as contradições e discriminações de gênero.

Os objetivos da experiência de auto-organização de mulheres extrapolam, portanto, a esfera da geração de trabalho e renda, ainda que considerada fundamental para a emancipação das mesmas. No entanto, agregam outras necessidades que socialmente foram negadas a este gênero. A formação da busca pela autonomia política e social, e o estudo do papel das mulheres na esfera produtiva e reprodutiva, sobre como se dá a divisão sexual do trabalho na sociedade atual e, também, de como funciona a

sociedade, se configuram igualmente como essências para as transformações almejadas (MOREIRA; RAMALHO, 2013, p.250).

Ou seja, enquanto esfera fundamental, a produção por si só não é suficiente para que haja também o avanço em relação à autonomia política e social dessas mulheres. Diante desta perspectiva, surge o questionamento acerca do papel que os coletivos auto-organizados por grupos de mulheres já consolidados, têm desempenhado para a formação política e o avanço dos debates e ações em torno da superação questão de gênero no MST.

O debate de gênero dentro do MST tem sido discutido ao longo de toda a história do Movimento, como fica claro pela vasta produção do Setor de Gênero, tanto as cartilhas como as publicações nos Jornais Sem Terra ao longo dos anos e também graças aos encontros protagonizados pelo Setor e que contam com a participação de assentadas e de acampadas. Muito tem-se discutido sobre esse tema também no âmbito acadêmico em todo o Brasil. Alguns autores tratam da questão de gênero dentro do MST (DA SILVA, 2004; LECHAT, 1993), outros tratam da questão de gênero e da participação política (RUA; ABRAMOVAY, 2000; GONÇALVES, 2005), da produção (LECHAT et al, 1996; SANTOS, 2002), e da divisão sexual do trabalho (SALVARO, 2004). Já quando se trata dos coletivos de auto-organização das mulheres, o trabalho encontrado trata da questão da soberania alimentar (MOREIRA; RAMALHO, 2014). A relevância científica deste trabalho se justifica, assim, pela falta de uma produção acadêmica que trate dos coletivos de auto-organização das mulheres e a questão de gênero dentro do MST. Nesse sentido, esta pesquisa visa contribuir para a ampliação do campo da pesquisa de gênero tendo como enfoque os coletivos de auto-organização das mulheres do MST no Espírito Santo e para o avanço do debate da questão de gênero e do papel dos coletivos de auto-organização dentro do próprio Movimento, para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e de suas famílias dentro dos assentamentos, para a construção de novas relações de gênero e de produção, ampliando as possibilidades de geração de emprego e renda e fortalecendo a participação política, tanto dentro dos assentamentos como das comunidades em que estão inseridos.

Objeto

O papel dos coletivos de auto-organização das mulheres do MST no Espírito Santo para a construção de novas relações de produção e gênero nos assentamentos.

Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar como os coletivos de auto-organização de mulheres do MST no Espírito Santo, contribuem para uma maior inserção feminina nos espaços sociais e políticos e para o avanço no combate à opressão contra as mulheres, sobretudo nas dimensões do trabalho e renda.

Objetivos Específicos:

- Identificar, através de uma revisão bibliográfica, como os elementos do capitalismo dependente incidem nas condições de vida das trabalhadoras rurais de modo a compreender as particularidades da realidade feminina na luta de classes no campo;
- Resgatar a história de luta de auto-organização das mulheres do MST para compreender sua relação com o avanço da participação feminina nos espaços políticos e produtivos e com o acesso às políticas públicas de geração de emprego e renda;
- Analisar como/se esses coletivos contribuem para a diminuição/modificação das relações de opressão e desigualdade que envolve o trabalho das mulheres.

Método e Metodologia

Esta pesquisa terá como fundamentação teórica o Método Materialista Histórico Dialético, que segundo Netto (2011), é um método de pesquisa que foi desenvolvido por Marx durante as décadas em que se dedicou ao estudo da sociedade burguesa¹¹. Esse é um método que têm como pressuposto a não neutralidade do pesquisador, uma não neutralidade que não significa a falta de objetividade, mas que o pesquisador tem uma posição perante o objeto, aquela que “se expõe o pesquisador para, na sua relação com o sujeito, extrair dele a suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53). Falar do método não é oferecer definições, mas sim entender que o processo de investigação é o processo de descoberta das múltiplas determinações que compõem um objeto (NETTO, 2011).

No sentido da metodologia, essa pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. Em um primeiro momento realizamos uma revisão bibliográfica e a pesquisa documental, o que, por meio do estudo e da análise de autores que discutem o tema proposto, nos permitiu o acúmulo teórico e de elementos necessário para avançarmos para a pesquisa de campo, além

¹¹A pesquisa de Marx sobre a gênese da sociedade burguesa começa em meados da década de 1840 e vai até a sua morte, em 1883.

de documentos produzidos pelo MST, como cartilhas e cadernos de formação, documentos e matérias de jornal. A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista do tipo Grupo Focal, que foi escolhida levando-se em conta que a presente pesquisa tem como *locus* os Coletivos de Auto-organização de mulheres do MST.

A técnica de Grupo Focal, segundo Nagle e Williams (2013) é uma técnica que permite que o pesquisador obtenha informações profundas de forma mais econômica do que com entrevistas individuais. O Grupo Focal consiste em “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal” (GATTI, 2012).

Segundo Gatti (2012), por questões de profundidade das discussões, cada Grupo Focal deve ter entre seis a doze pessoas, sendo que o ideal para projetos de pesquisa é que não exceda dez pessoas. Para Onwuegbuzie *et al* (2009) um Grupo Focal bem constituído deve durar entre uma e duas horas e deve conter entre seis a doze pessoas, sendo que:

O raciocínio por trás dessa faixa de tamanho do grupo focal está no objetivo de que o grupo focal deve incluir participantes o suficiente para permitir a diversidade na informação fornecida, e ainda, não deve incluir muitos participantes porque grupos grandes podem criar um ambiente onde participantes não se sintam confortáveis dividindo seus pensamentos, opiniões, crenças e experiências¹² (ONWUEGBUZIE, *et al*, 2009, p. 3, tradução nossa).

Neste sentido, os dois Grupos Focais realizados nessa pesquisa tiveram menos de dez participantes, tendo como objetivo alcançar a participação de todas as integrantes e uma maior troca de ideias e aprofundamento do tema.

Sobre a realização dos Grupos Focais

Foram realizados dois Grupos Focais nos próprios assentamentos onde estão localizados. Para a realização desses foi elaborado um roteiro semiestruturado que serviu para “orientar e estimular a discussão” (GATTI, 2012, p. 17). O roteiro foi utilizado de forma flexível, de modo que permitiu ajustes no decorrer do processo, permitindo que algum ou outro ponto do roteiro fosse deixado de lado em prol do processo interativo como um todo (GATTI, 2012). O registro dos Grupos Focais foi feito por meio de gravação em áudio e pelas anotações feitas

¹² No original: “The rationale for this range of focus group size stems from the goal that focus groups should include enough participants to yield diversity in information provided, yet they should not include too many participants because large groups can create an environment where participants do not feel comfortable sharing their thoughts, opinions, beliefs, and experiences.

pelas assistentes e pela moderadora durante a realização dos grupos. Esse material foi posteriormente transcrito e analisado.

A equipe que realizou os Grupos Focais foi composta pela pesquisadora e por mais três assistentes. Segundo Krueger e Casey (2002), tomar notas é uma das principais responsabilidades dos assistentes do moderador. Outras responsabilidades listadas por Krueger e Casey (2002) são: ajudar com equipamentos e com os refrescos, arrumar o local, receber os participantes assim que eles chegarem, sentá-los nos locais destinados, tomar notas ao longo da discussão, operar os equipamentos de gravação, além de estimular o debate e orientar a discussão, dar um retorno na forma de análise e relatório, entre outros.

Segundo Silva, Veloso e Keating (2014), a realização da reunião do Grupo Focal é apenas a ponta do *iceberg*, é apenas a realização de algo que se concretiza após muito planejamento e preparação e que depois vai significar a análise e a apresentação dos dados. A fase de planejamento envolve a preparação técnica do moderador e do roteiro, o que serve para nortear a discussão. Segundo os autores, pode-se dizer que de um modo geral, os Grupos Focais variam da abordagem muito estruturada até uma abordagem pouco ou quase nada estruturada, sendo mais comum a utilização de uma abordagem moderadamente focada:

Assim, numa abordagem mais estruturada, o projecto começa com um conjunto de questões pré-determinadas constituindo o objectivo central a obtenção de respostas através da discussão ancorada nos temas previamente definidos no guião. Nesta abordagem, o guião da entrevista encontra-se bastante “fechado” desde o início do projecto constituindo uma preocupação central do moderador manter cada grupo na tarefa de obtenção das respostas para as questões previamente delineadas. Numa perspectiva oposta à anteriormente descrita, o projecto inicia-se sem que se saiba exactamente quais são as questões a fazer no âmbito de um dado tópico. Nesta abordagem, o guião de entrevista privilegia questões “abertas”, podendo incluir palavras ou temas chave, centrando-se o papel do moderador no suporte ao grupo na exploração do tópico de tal forma que possa emergir novos *insights* face ao mesmo (SILVA, VELOSO; KEATING, 2014, p. 180-181).

Sendo assim, optamos pela organização de Grupos Focais moderadamente estruturados, que constitui uma estratégia de “funil”: à medida que a discussão avança as questões vão se tornando mais específicas. Segundo Silva, Veloso e Keating (2014), questões iniciais mais genéricas ajudam os participantes a falarem e pensarem sobre o tópico e permite que se tenha acesso, no primeiro momento da discussão, às perspectivas dos participantes e no segundo momento às respostas específicas de interesse do investigador.

Análise dos dados

A análise de dados utilizada é a Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (1977) consiste em

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 37).

Desta forma, destacamos que para a autora, a utilização da análise de conteúdo teria como objetivo a superação da incerteza (quando em um primeiro momento o pesquisador julga ver algo na mensagem e se questiona se esta visão seria partilhada por outros), e o enriquecimento da leitura (quando há a descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam ou infirmam o que se procura demonstrar a propósito das mensagens) (BARDIN, 1977).

Procedimentos éticos

Esse projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo antes da realização da pesquisa. Ressaltamos que esta pesquisa seguiu as diretrizes da Resolução número 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). As participantes da pesquisa tiveram a sua participação consentida, livre e esclarecida através da assinatura (ou gravação, no caso de participantes que não saibam assinar) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II), assinatura que ocorreu após as devidas explicações sobre o processo da pesquisa e somente quando não havia nenhuma dúvida das participantes. Asseguramos que, antes da obtenção do Consentimento Livre e Esclarecido, as participantes foram esclarecidas, na medida de sua compreensão e respeitando suas singularidades, dos objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios da pesquisa.

Os benefícios desta pesquisa para as participantes e para as comunidades onde estão inseridas estão relacionados à possibilidade de que esta sirva para uma maior reflexão sobre os temas que serão debatidos, sobre suas atividades produtivas e articulação das experiências, para a troca de saberes, para um maior avanço do Setor de Gênero do MST e para maior visibilidade da luta destes coletivos.

Organização dos capítulos

Nesse sentido, no Capítulo 1, As mulheres e o MST, trazemos o histórico da luta das mulheres tanto na busca da construção de novas relações sociais e de produção no campo, bem como a busca pela participação igualitária de homens e mulheres em todas as instâncias do Movimento, assim como a luta contra o agronegócio e o grande latifúndio. Além disso, trouxemos também o histórico da questão agrária e das lutas no campo, resgatando a história

do MST no Brasil e no Espírito Santo. Para isso, realizamos em um primeiro momento uma revisão bibliográfica e, posteriormente, uma pesquisa documental, momento em que analisamos alguns documentos produzidos pelo MST e pelo Setor de Gênero do MST, buscando entender a discussão e a participação das mulheres no MST.

No capítulo 2 trouxemos a discussão teórica que serviu de base nos norteou durante toda a pesquisa documental e toda a pesquisa de campo. Na primeira parte do capítulo apontamos tanto para o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho e o papel central da terra e do trabalho para a acumulação capitalista como um todo, quanto para a importância da subjugação dos corpos das mulheres para o capitalismo ontem e hoje. Em um segundo momento apresentamos a questão da mulher no capitalismo dependente trazendo como centrais a categoria superexploração e a divisão sexual do trabalho. Trazemos também uma discussão sobre gênero e sobre a trabalhadora rural no capitalismo dependente.

No capítulo 3, Os coletivos de auto-organização das mulheres do MST, trazemos de forma mais concreta a análise dos grupos focais. Nossa análise teve como base as categorias *Dependência e Questão Agrária, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho* que nortearam nossa análise dos dados coletados, que foi feita utilizando a análise de conteúdo segundo Bardin (1977), quando utilizamos a análise temática para maior compreensão da fonte. Dessa forma, dividimos a análise em quatro grandes temas: *As agroindústrias, Superexploração e divisão sexual do trabalho, gênero e a auto-organização e desafios para a auto-organização*. Nosso objetivo, ao realizar a análise, foi compreender o papel dos coletivos de auto-organização das mulheres do MST para a construção de novas relações de gênero e de produção no campo.

CAPÍTULO 1

AS MULHERES E O MST

Introdução

Não ao Deserto Verde!

As mudas romperam o silêncio

I

Havia um silêncio, sepulcral

sobre dezoito mil hectares roubados dos povos tupi-guarani
sobre dez mil famílias quilombolas expulsas de seus territórios

sobre milhões de litros de herbicidas derramados nas
plantações

Havia um silêncio promíscuo

sobre o cloro utilizado no branqueamento do papel a produzir
toxinas que agridem plantas, bichos e gentes

sobre o desaparecimento de mais de quatrocentas espécies de
aves e quarenta de mamíferos do norte do Espírito Santo

Havia um silêncio intransponível

sobre a natureza de uma planta que consome trinta litros de
água-dia e não dá flores nem sementes

sobre uma plantação que produzia bilhões e mais bilhões de
dólares para meia dúzia de senhores

Havia um silêncio espesso

sobre milhares de hectares acumulados no Espírito Santo,
Minas, Bahia e Rio Grande do Sul

Havia um silêncio cúmplice

sobre a destruição da Mata Atlântica e dos pampas pelo cultivo
homogêneo de uma só árvore: o eucalipto.

Havia um silêncio comprado

sobre a volúpia do lucro Sim, havia um silêncio global sobre os
capitais suecos sobre as empresas norueguesas sobre a grande
banca nacional

Por fim havia um imenso deserto verde em concerto com o
silêncio.

II

De repente milhares de mulheres se juntaram e destruíram
mudas a opressão e a mentira

As mudas gritaram de repente

e não mais que de repente

o riso da burguesia fez-se espanto tornou-se esgar, desconcerto.

III

A ordem levantou-se incrédula clamando progresso e ciência
imprecando em termos chulos obscenidades e calão

Jornais, rádios, revistas, a internet e a TV, as empresas
anunciantes executivos bem-falantes assessores rastejantes
técnicos bem-pensantes os governos vacilantes a direita
vociferante e todos os extremistas de centro fizeram coro, eco,
comício e declarações defendendo o capital:

“Elas não podem romper o silêncio!”

E clamaram por degola.

IV

De repente não mais que de repente milhares de mulheres
destruíram o silêncio

Naquele dia nas terras da Aracruz as mulheres da Via
Campesina foram o nosso gesto foram a nossa fala.

Esse poema, retirado do site do MST¹³, diz muito sobre a luta das mulheres do Movimento. Em 2006, milhares de camponesas de vários movimentos vinculados à Via Campesina, incluindo as mulheres do MST, se uniram para ocupar a fazenda da Aracruz Celulose (hoje Fibria) no Rio Grande do Sul, onde destruíram milhares de mudas de eucalipto¹⁴. A destruição dessas mudas não significa apenas a luta contra o deserto verde¹⁵, mas também a luta contra a falta de investimento do governo na agricultura familiar e na produção de alimentos, mas com grande investimento na produção de celulose. Milhões de mudas que significaram milhões investidos na produção de celulose e milhões que deixaram de ser investidos na produção de alimentos. Além disso, a Aracruz Celulose significou e significa, hoje atuando enquanto capital estrangeiro transnacional, uma grande apropriação de terras para plantação de eucalipto tanto no Norte do Espírito Santo como na Bahia e no Rio Grande do Sul e que significou e significa a expulsão violenta de comunidades tradicionais, de caboclos e de indígenas das terras em prol do monocultivo voltado para a exportação e do capital internacional. Esse poema representa a luta das mulheres no 08 de março, mas que não se resume apenas ao 08 de março. Tem a ver com a luta diária dessas mulheres por vida digna no

¹³Disponível em: <http://www.mst.org.br/2009/06/22/nao-ao-deserto-verde.html>. Acesso em 22/01/2018.

¹⁴ Para maiores informações, segue o link do vídeo produzido sobre essa ocupação do 8 de março de 2006 chamado “Rompendo o Silêncio”: https://www.youtube.com/watch?v=VNpAm_SMxxg, acesso em 22/01/2018.

¹⁵ Deserto Verde é um termo utilizado para se referir aos impactos causados pelo monocultivo, nesse caso específico do eucalipto, no meio ambiente. Para maiores informações, ver: MARACCI (2005).

campo, tem a ver com o pertencimento a Movimentos Sociais como o MST, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Via Campesina. Portanto, começamos o capítulo trazendo um importante momento histórico da luta das mulheres do MST, luta que vem sendo construída para dentro e para fora do Movimento, que impulsiona os coletivos de auto-organização das mulheres no MST, objeto da nossa pesquisa.

Assim, esse capítulo será dividido em três partes. A primeira, “As mulheres e o MST”, além de nos apresentar às mulheres dos coletivos estudados, também tem como objetivo compreender a luta dessas mulheres por uma maior participação política dentro do Movimento. A segunda parte, denominada “Questão agrária no Brasil e o MST”, tem como objetivo compreender a questão agrária brasileira e a luta do MST por uma reforma agrária que de fato acabe com o latifúndio e com o agronegócio, essa parte também trás o histórico do MST no Espírito Santo. A terceira parte, denominada “O MST no Espírito Santo” tem como objetivo remontar a história da colonização e da luta pela terra no estado, trazendo à tona a história da criação e da consolidação do MST nesses mais de 30 anos desde a sua criação.

As mulheres e o MST

Quem são as mulheres dos coletivos? Quando teve início a pesquisa de campo essa era umas das principais questões a serem respondidas. Após o campo veio a certeza de que essa pergunta não será respondida no âmbito dessa dissertação. Essas mulheres, que foram forjadas pela luta e que a forjam diariamente são trabalhadoras rurais, mães, esposas e são marcadas pela sociedade capitalista na qual estão inseridas. São contradição e são essência, são mulheres que, mesmo sem nos conhecer cederam seu tempo, abriram suas casas e suas vidas para que fosse possível concluirmos nossa pesquisa. Assim, nossas vidas se cruzaram por um espaço curto de tempo e nesse espaço curto veio a certeza de que o processo do conhecimento deve ser vivido coletivamente e de que não serão esses breves encontros que vão nos permitir dizer quem são essas mulheres. Portanto, o que me proponho é responder essa questão a partir da análise dos dados levantados durante os Grupos Focais (como suas idades, o lugar de onde vieram, desde quanto tempo estão no Movimento e a sua relação com os coletivos) buscando um nível maior de abstração que nos permita compreender o lugar por elas ocupado na sociedade. Afinal, são mulheres que fazem parte de um movimento social camponês em um país marcado pela concentração de terras e pelo papel dependente que desempenha em relação aos países centrais.

Assim, destacamos que desde o início do MST as mulheres estiveram presentes na luta pela

terra, nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos, mas, nem sempre estiveram/estão presentes nas tomadas de decisões e nos espaços políticos e deliberativos. Conforme aponta James Petras (MST, 1998), “No momento em que a luta se torna mais intensa, mais aguda, com maiores confrontos, também aumenta a incorporação da mulher nas fileiras de combate”, sendo esse o momento em que as mulheres combatem lado a lado com os homens. Entretanto, quando a luta passa para a fase das negociações, a tendência é a mulher retornar aos padrões anteriores. É justamente por conta dessa tendência e da violência de gênero, da divisão sexual do trabalho e do patriarcado (oriundos da sociedade e, portanto presentes nas organizações do Movimento), que as mulheres passaram a se organizar e a lutar pela superação dessas questões dentro do próprio Movimento e na sociedade como um todo.

Temos como objeto dessa pesquisa dois Assentamentos, dois coletivos e 13 mulheres, cujas origens variam. Nos dois assentamentos encontramos mulheres que passaram pelo processo de acampamento desde o início ou que faziam parte das famílias que trabalhavam na fazenda e que passaram a integrar a luta pela terra após a ocupação do MST. Algumas delas fazem parte da militância do Movimento, ocupando cargos de direção, e outras militam ao participarem das agroindústrias¹⁶. Os dois coletivos surgiram de demandas concretas do cotidiano e foram impulsionados pela necessidade dessas de terem uma renda própria (uma saída coletiva resultado do processo de luta e movimento em que vivenciaram e a orientação do MST para as conquistas coletivas, a começar pela própria terra), coisa que o trabalho doméstico e o trabalho na lavoura não propiciam. Além disso, ambos os coletivos contam ou contaram, em alguma medida, com o apoio de políticas públicas que deram ou dão suporte para a produção, e, nos dois casos, foram fundamentais no início da organização destes coletivos.

Os coletivos de auto-organização representam um dos princípios do MST, visto que seu objetivo último é a construção de uma nova sociedade, conforme nos mostra este trecho retirado da cartilha de preparação para o VI Congresso Nacional e que apresenta a Reforma Agrária Popular e as orientações para a Produção no MST:

Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação.

a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de

¹⁶ A auto-organização é de fundamental importância para a formação política dessas mulheres e para que estas se insiram nos espaços políticos do Movimento desde o Acampamento, independente da sua origem.

outros povos.

b) Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro.

c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza.

e) **Promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais.**

f) **Instalar agroindústrias no campo** sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, **em especial para a juventude e as mulheres** (MST, 2014, p. 36, grifo nosso).

Como se pode verificar na passagem acima, os coletivos se apresentam como uma alternativa à forma convencional da agricultura capitalista, já que tal modelo de agricultura prioriza a retirada de lucro e de renda da terra em detrimento da produção de alimentos saudáveis e da manutenção da mão de obra camponesa no campo. Não obstante a isso, os coletivos representam também uma estratégia de luta, de resistência e de transformação para todo o Movimento e uma estratégia de enfrentamento contra o machismo e as condições de vida no campo às quais as mulheres em geral estão submetidas. Portanto, como forma de entender os coletivos estudados durante a pesquisa de campo e as mulheres que deles fazem parte, nos propomos a fazer um apanhado histórico do debate de gênero no MST. Assim, reunimos algumas publicações com a temática de gênero do Jornal Sem Terra, da Revista Sem Terra e materiais de estudo publicados pelo próprio Setor de Gênero na forma de cartilhas e de cadernos de estudo ao longo dos anos, tendo como objetivo entender como essa temática vem sendo desenvolvida dentro do Movimento.

São várias publicações que nos permitem visualizar a forma como a discussão em torno da temática tem sido construída dentro do movimento: o Caderno de Formação número 2, intitulado *Mulher Sem Terra*; o Caderno de Formação número 15, intitulado *A mulher nas diferentes sociedades*, de 1988; *A questão da mulher no MST*, publicada em 1996; o Caderno de Formação número 2, de 1999, intitulado *Mulher Sem Terra*; o Caderno de Estudos *Compreender e construir novas relações de gênero*; e a *Cartilha de Gênero*, publicado em 2005 e que representou um maior esforço teórico acerca da questão de gênero em si. É importante destacar que essas publicações, assim como as outras diversas cartilhas e cadernos de estudo publicados pelo Movimento, são fruto de uma das grandes preocupações do MST com o acesso à educação dos seus participantes, tanto a formal como a não formal, buscando políticas públicas que permitam o acesso à educação formal e propiciando espaços de formação desenvolvidos pelo próprio Movimento cujos objetivos são a construção de valores

como a igualdade e o companheirismo, a solidariedade, o cuidado com a terra, etc. Assim, essas cartilhas de gênero, trazem sistematizações dos estudos realizados durante encontros, propostas de estudos e de reuniões nos acampamentos e nos assentamentos e formulações teóricas realizadas ao longo dos anos sobre essa temática. Esse material, juntamente com matérias publicadas nos Jornais Sem Terra ao longo dos anos e as lutas organizadas nos 8 de março mostram que desde a sua criação, o Setor de Gênero não deixou de organizar discussões e lutas das mulheres e para as mulheres dentro e fora do MST.

É importante destacar as diferenças entre os materiais analisados. As cartilhas de formação possuem um caráter mais de orientação, geralmente orientam para a linha política de gênero do Movimento, ou orientam as mulheres à organização e à auto-organização, sendo, portanto, um material menos denso. Já os cadernos de formação são documentos mais elaborados no sentido de apresentarem um conteúdo maior, geralmente de caráter mais teórico sobre determinados temas. As matérias do Jornal Sem Terra escolhidas são matérias que geralmente mostram os avanços da questão de gênero dentro do Movimento e das lutas organizadas nos 08 de março e de outras ações das mulheres organizadas e dos coletivos.

A primeira cartilha analisada é o Caderno de Formação *Mulher Sem Terra*, que traz a proposta da auto-organização de oito encontros das mulheres dos assentamentos e acampamentos com as seguintes temáticas: a mulher e a luta de classes, relações de gênero, educar sem discriminar, cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos, mulher e saúde, as mulheres e a construção do projeto popular e as mulheres e a reforma agrária. É interessante apontar que essa cartilha apresenta uma série de orientações gerais sobre a organização das mulheres. Entre elas temos: garantir que o convite para a participação do espaço auto-organizado seja feito a todas as mulheres, discutir o horário que fica melhor para todas participarem, preparar o encontro com antecedência e com simplicidade de forma a garantir que seja um ambiente acolhedor, fazer a divisão das tarefas da reunião (mística, animação, coordenação), preparação da Ciranda Infantil e a criação de dinâmicas que garantam a participação das mulheres na reunião e que melhorem o dia a dia dos assentamentos e dos acampamentos (seja no aspecto da produção, da formação ou da participação das mulheres). Assim, o que essa cartilha propõe são reuniões que debatam não só as origens da divisão sexual do trabalho e o lugar das mulheres na luta de classes, mas que também discutam o papel da educação na construção das relações de gênero, a luta por uma saúde pública de qualidade e que atenda também as demandas das mulheres, o papel da mulher na reforma agrária e os apontamentos da linha

política do MST sobre a participação das mulheres dentro do próprio Movimento e na construção da Reforma Agrária.

As linhas políticas do movimento em relação às mulheres apresentadas nessa cartilha são:

- 1- Que as mulheres, junto com os homens e jovens devem participar dos núcleos de base, das coordenações dos assentamentos, das cooperativas, do partido, do sindicato e diz mais: que na coordenação dos acampamentos e assentamentos seja 50% homens e 50% mulheres (ou seja, deve ter um coordenador e uma coordenadora);
- 2- Que no trabalho da produção (roça, leite, horta, suínos, agroindústria), as mulheres participem não só do trabalho, mas que se envolvam no planejamento, na execução, na administração, na distribuição dos resultados e na hora em que o técnico [do Incra] vem fazer explicação ou dar curso, também as mulheres estejam aí para aprender;
- 3- Que os cursos de formação não são só para homens e jovens, as mulheres devem buscar participar, pois só dirige quem sabe;
- 4- Que na luta pela terra, ocupação, acampamento, mobilizações, participa toda a família, portanto a conquista da terra é uma conquista da família, nada mais justo que quando o INCRA vem fazer o cadastro, este seja feito no nome dos dois. A mesma coisa podemos pensar dos financiamentos dos Projetos. É muito importante que os projetos de financiamento todos sejam discutidos por todos os membros da família que já trabalham e que o projeto seja assinado pela mulher e pelo homem. Pois na hora de pagar a dívida todos terão que se organizar;
- 5- Como educar nossas crianças –meninos e meninas – para que sejam pessoas mais felizes? Esta não é uma tarefa só da mãe, mas também do pai e da comunidade, e das lideranças e o exemplo é a nossa melhor escola. Estudar e conversar entre nós ajudará a encontrar os melhores caminhos para educar os filhos;
- 6- Como a mulher poderá participar da organização do MST, do assentamento, na produção, nos cursos, na Frente de Massas, na Cooperativa, quem ficará com as crianças? **As cirandas infantis que poderemos criar serão uma das ferramentas para que a mulher possa participar mais do MST e das organizações dos trabalhadores.** A ciranda infantil não é um luxo, **mas uma necessidade para que as mulheres possam participar e um espaço para que as crianças possam formar a sua personalidade de forma criativa, com responsabilidade.** Desde pequeno se tornar sujeitos de sua história, ficando mais próximos dos pais;
- 7- Que em todos os cursos, reuniões... seminários regionais, estaduais ou nacionais, o MST deve garantir a Ciranda Infantil;
- 8- **Nos assentamentos e acampamentos é importante que se crie os coletivos de mulheres (jovens e adultas) onde elas se encontrem para estudar, discutir seus problemas e se preparar para participar das questões maiores do acampamento, assentamento e do MST;**
- 9- É importante também irmos criando espaços onde se encontram mulheres e homens para discutir sobre as questões de gênero, sexualidade, afetividade, novas relações entre homens e mulheres (MST, 1999, p. 47, grifo nosso).

Essas linhas políticas são indicações da forma como o Movimento entende que deve ser a participação das mulheres, tanto nos espaços políticos como nos de formação, compondo os cargos de direção e de coordenação em igualdade com os homens, como tendo papel ativo nas decisões acerca da produção. Além disso, é possível perceber a preocupação acerca do debate de gênero ser realizado tanto por homens e mulheres sobre gênero e a construção de novas

relações sociais¹⁷. Além disso, conforme destacamos, a Ciranda Infantil é um instrumento que viabiliza a participação das mulheres nas várias instâncias políticas e de formação do Movimento. Como sabemos, culturalmente, a responsabilidade de cuidar dos filhos recai, na maioria das vezes, sobre a mulher, o que muitas vezes impede a sua participação em várias atividades para as quais os homens estão liberados. Nesse sentido, a criação de um espaço de cuidado das crianças durante essas atividades, permite que as mulheres, assim como os homens, estejam liberadas para participarem das atividades do Movimento. Além disso, é necessário destacar, a Ciranda Infantil é um espaço de construção da identidade Sem Terra junto às crianças e de experiências de participação e organização coletiva delas desde pequenas, segundo os princípios organizativos e valores do MST.

Figura 2 - Matéria retirada do Jornal Sem Terra de Julho/Agosto e Setembro de 1999

**Ciranda Infantil:
a creche idealizada pelo MST**

O MST está consolidando nos assentamentos uma nova concepção de creche batizada de Ciranda Infantil Itinerante (CII) e Ciranda Infantil (CI). Criadas em 1996 pelo Setor de Educação do movimento, transformaram-se em espaços de vivência para toda a garotada

POR SUELI AUXILIADORA DOS SANTOS

A Ciranda Infantil não é apenas um local para cuidar de crianças de zero a quatro anos. Mais do que isso, é um espaço educativo dirigido à garotada, no qual se aprende a cantar, desenhar, brincar, escrever e fazer teatro de acordo com a faixa etária. "O nome é muito significativo porque lembra a união da força coletiva e, ao mesmo tempo, faz referência ao lúdico da brincadeira de roda presente na infância das pessoas de muitas par-

tes do mundo", explica Maria de Jesus, coordenadora Estadual do Setor de Educação Infantil do Ceará, onde a experiência teve início.

A CII funciona durante os eventos organizados pelos vários setores do MST, é uma estrutura paralela idealizada para facilitar a participação, principalmente das mulheres sem terra nos cursos, seminários e congressos realizados fora dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, nos quatro

cantos do País. "Enquanto os pais se dedicam ao estudo, participam dos debates ou das plenárias, os filhos estão próximos, recebendo educação de qualidade com acompanhamento de profissionais capacitados; alimentação adequada e todos os cuidados exigidos pela criança pequena. A CI é a creche fixa, que está sendo implantada nos assentamentos com a mesma filosofia de trabalho da CII", conta Maria de Jesus.

SEM TERRA
JULHO
AGOSTO
SETEMBRO / 99
38

Fonte: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>

Na reportagem acima (Figura 2), disponível do site do MST, Maria de Jesus, coordenadora do Setor de Educação Infantil do MST do Ceará, conta como foi a criação do espaço da Ciranda

¹⁷ Vale destacar que nos anos iniciais do Setor de Gênero no MST os espaços de discussão de gênero eram feito em conjunto com homens e mulheres. Apenas mais tarde o Setor amadureceu o debate e entendeu a importância de se ter espaços auto-organizados de mulheres para se discutir questões que se tornavam praticamente impossíveis com a presença dos homens, como, por exemplo, a violência doméstica.

Infantil no ano de 1996. Como explicitado na reportagem acima, no ano anterior à criação deste espaço, várias militantes do MST do Ceará foram mães pela primeira vez, dificultando a participação dessas mulheres nos espaços de militância, principalmente quando esses ocorriam em outros estados. Foi então que, em outubro de 1996, durante o Curso para Educadores de Jovens e Adultos realizado no Canindé (CE), aconteceu a primeira experiência de Ciranda Infantil. Aqui temos mais um exemplo de como a saída encontrada para lidar com a questão de gênero dentro do MST tem sido pensada e realizada coletivamente, segundo os princípios do Movimento.

Já no caderno de formação número 15, intitulado *A mulher nas diferentes sociedades*, é levantada a questão das bases da divisão sexual do trabalho. Publicado em 1988, ele faz um apanhado da história da mulher dividindo as diferentes temporalidades históricas em quatro diferentes modos de produção: o primitivo, o escravista, o feudalista e o capitalista, trazendo também os apontamentos para a construção de uma nova sociedade e uma nova divisão sexual do trabalho. É importante destacar que essa divisão da temporalidade histórica em distintos modos de produção tende a homogeneizar diferentes sociedades com distintas formas de organização econômica, social, política e cultural, e, portanto, comete uma série de anacronismos. Entretanto, esse caderno de formação tem como objetivo trazer a desconstrução da opressão da mulher e a desnaturalização da divisão sexual do trabalho, apontando também para a possibilidade de se construir novas relações de gênero e, nesse sentido, ao trazer os diferentes modos de produção, desnaturaliza o capitalismo e a divisão sexual do trabalho à luz do método marxista e das possibilidades de transformação, sendo considerado por nós um importante estudo.

A cartilha *A questão da mulher no MST* foi publicada no ano de 1996, fruto do Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST realizado de 25 a 28 de maio do mesmo ano. Assim, além de trazer apontamentos sobre a evolução do debate de gênero dentro do Movimento, essa cartilha propõe uma série de desafios a serem superados nos assentamentos e nos acampamentos como um todo e nas demais instâncias do Movimento. Entre esses desafios é apontada a diferença entre a teoria e prática do MST, o papel secundário do trabalho realizado pelas mulheres e a falta de representatividade das lutas femininas. Ao reconhecer esses problemas, a cartilha aponta como causas: a sociedade (por conta do preconceito histórico e do atraso das relações sociais do campo), o próprio MST (pela falta de entendimento dessa questão enquanto um problema, falta de incentivo e da criação de mecanismos para a

participação das mulheres e da falta de formação dos seus membros) e das próprias mulheres (por medo de enfrentarem os problemas). Além de explicitar o que Movimento entendia enquanto os problemas enfrentados pelas mulheres e as causas desses, também destaca os avanços conquistados pelas mulheres, entre eles a preocupação do MST em debater essa questão e o próprio reconhecimento de que há um problema.

Além disso, essa cartilha destaca também a evolução das linhas políticas de gênero dentro do MST, trazendo os avanços conquistados pelas mulheres na questão de gênero nos principais documentos do Movimento publicados até então: as Normas Gerais, de 1989, o Documento Básico, de 1993, e o Programa Agrário, de 1995. As Normas Gerais apontavam para o estímulo da participação da mulher em todos os níveis, para a criação de comissões de mulheres nos acampamentos e nos assentamentos para discutir problemas específicos, para a criação de uma equipe nacional de mulheres e, além disso, para a participação das mulheres do MST em outros movimentos. Já o Documento Básico e o Programa Agrário são documentos que reconhecem a condição da mulher no campo e a falta de remuneração e da necessidade de participação em todos os níveis políticos e na cooperação agrícola, um dos princípios do MST. Reconhecem também a situação da mulher no campo:

Entre as pessoas que vivem no campo, as que mais sofrem com as péssimas condições de vida são, sem dúvida, as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho. Não participa das decisões da economia familiar. São as mulheres quem mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para os seus filhos” (MST, 1998, p. 6 *apud* MST, 1995, p. 16).

Ou seja, essa cartilha e esses documentos demonstram que, a questão da participação política, econômica e as questões sociais da mulher vêm sendo debatidas pelas mulheres ao longo de todo o desenvolvimento do MST, assim como vêm sendo criadas formas de garantir que essas questões sejam superadas. Podemos afirmar que o problema da dupla jornada, da não remuneração e da falta de serviços básicos como a saúde ainda são questões que afetam as mulheres do campo como um todo e as do MST em específico. Entretanto, podemos afirmar também que ao longo dessa história foram sendo criadas saídas coletivas para enfrentar essa realidade. A auto-organização é uma delas, assim como a Ciranda Infantil.

Outro documento que demonstra a continuidade da luta dessas mulheres e o desenvolvimento desse debate dentro do Movimento é o caderno de formação *Compreender e construir novas relações de gênero*, publicado em 1998, que reúne uma coletânea de textos que tratam de diversas temáticas, como luta de gênero e classe, a participação das mulheres nos cargos de

direção, o papel da educação na construção da identidade de gênero, a mulher e o trabalho, as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho, entre outros¹⁸. Além disso, o último texto, intitulado *A questão das mulheres no MST*, de autoria do Coletivo Nacional de Mulheres do MST (hoje Setor de Gênero), traz logo na introdução que “A libertação da humanidade só será possível com a libertação completa da mulher” (MST, 1998, p. 48), assinalando que a busca pela igualdade de gênero segue junto com a luta pela libertação da classe trabalhadora. Sendo assim, assinala uma preocupação com a participação feminina na militância do Movimento e nas instâncias de poder, fazendo uma crítica acerca da chamada masculinização dessa militância e da atuação nessas instâncias, prática essa que dificulta que se seja militante, mãe e mulher ao mesmo tempo.

Consideramos esse texto fundamental para compreender que a problemática da participação igualitária dos homens e das mulheres, que ainda está em vias de discussão e implementação, vem sendo discutida há décadas, sempre tendo como ponto de partida as questões concretas dessas mulheres. Um exemplo disso é a forma como esse texto, após identificar que um dos problemas da falta de participação das mulheres nas instâncias de poder é a masculinização desses espaços, propõe que a solução para essa questão se dê através do reconhecimento da situação da mulher no campo, apresentando assim uma metodologia de trabalho que envolve desde a participação das Direções Estaduais (com a implementação de discussões de gênero nas formações do MST e com a criação de condições para que a mulher possa estar integrada nas atividades), até a realização de reuniões específicas nos assentamentos e acampamentos, sempre partindo da realidade concreta:

Realizar reuniões específicas nos assentamentos e acampamentos, levando em conta que:

- O método tem que partir das necessidades concretas das mulheres;
- Buscar entender a importância da sua participação na luta;
- Discutir problemas e encontrar saídas conjuntas que possibilitem sua participação.

A nível de base e dos setores do MST:

- **No acampamento (cabe ao setor de Frente de Massa fazer):**
- Impulsionar a participação das mulheres nas reuniões de base, de preparação das ocupações, ir toda a família;
- Nos acampamentos exigir participação em todas as assembleias;
- Nos núcleos de base, integrá-las em todas as atividades;

¹⁸ Os textos são: “Luta de gênero e classe” de Lúcia Mendonça, “Uma revolução dentro da revolução” de James Petras, “Educar para não discriminar” da Rede Mulher, “Mulher e trabalho” de Isabel Green, “O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero” de Mirian da Silva Pacheco Nobre e Nalu Faria Silva e “A questão das mulheres no MST” do Coletivo Nacional de Mulheres do MST.

- Realizar reuniões específicas e criar dinâmicas e mecanismos para que todas participem;
- Criar espaço para momentos culturais e de lazer (MST, 1998, p. 51-52, grifo do autor).

A última cartilha por nós analisada é a *Cartilha de Gênero*, publicada originalmente em 2003 e reimpressa em 2005 pelo Setor de Gênero do MST e que, assim como o caderno de formação *Compreender e construir novas relações de gênero*, traz uma coletânea de textos sobre o tema. Essa cartilha foi resultado de vários debates realizados ao longo dos anos dentro do Movimento, e inclusive apresenta na sua introdução um histórico da luta das mulheres por maior participação, reconhecendo também que:

Dentro do MST a luta de gênero tem contribuído para ampliar a participação feminina na luta de classes, porque as mulheres e homens vão aprendendo que junto com a luta contra o capitalismo temos que ir lutando contra o machismo, o racismo,... porque se não rompermos também estas cercas não podemos construir uma sociedade realmente socialista (MST, 2005, p.3)

Assim, são várias as temáticas abordadas pelos textos selecionados, desde a questão de gênero em si até a participação política das mulheres dentro do MST, discute também o que é gênero e a origem da opressão da mulher e como ela foi apropriada pelo capitalismo. Além disso, traz as linhas políticas de gênero que mostram, de forma geral, como se dá o enfrentamento em relação às questões de acesso à terra, de acesso às políticas públicas voltadas para mulheres, ao trabalho doméstico, à violência e à participação política nas instâncias do Movimento. São elas:

LINHAS POLÍTICAS DE GÊNERO NO MST

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra seja em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
3. **Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados.**
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância.
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);

7. **Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST**, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. **Garantir a participação das mulheres em todos os setores do MST, principalmente na Frente de Massa e Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente**, para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar do processo de luta pela terra, e ser ativa nos assentamentos;
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc, comunitários.
10. **Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações** com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica.
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo (MST, 2005, p.19, grifo nosso).

É possível perceber, analisando a construção das linhas políticas do Setor de Gênero, os avanços na discussão e da teorização sobre gênero dentro do Movimento, bem como o avanço na participação da mulher, tanto nas formações políticas quanto nas formações técnicas, que são um importante instrumento de transformação social na medida em que possibilita a participação feminina em espaços que historicamente lhe foram negados. Destacamos também que nessas linhas políticas aparece a questão da participação das mulheres na produção, tanto nas cooperativas quanto no planejamento e manejo da produção. Historicamente, esses espaços são ocupados por homens, portanto a percepção dessa realidade e a busca pela sua superação demonstram o comprometimento do Movimento com a igualdade de participação das mulheres em todas as instâncias do MST.

Ou seja, desde fins da década de 1980 as mulheres do MST vêm construindo debates e lutas buscando a superação dessas questões, buscando não só uma maior participação nas esferas políticas e de decisão dentro do Movimento como também a superação da divisão sexual do trabalho, que delega a esfera da reprodução como responsabilidade unicamente das mulheres. Nesse sentido, a luta das mulheres

Mas por que lutavam essas mulheres? Por solidariedade sem terra, que só entende quem esteve noites e noites num barraco de lona ou nas guaritas improvisadas, cuidando da segurança coletiva. Pelo acesso e massificação das políticas públicas para todas as mulheres. Pela garantia de que o assentamento de Reforma Agrária se efetivasse e deixasse de ser tão precário, sem acesso à água em alguns períodos do ano. Para denunciar o quanto estão insatisfeitas de tantos privilégios e incentivos ao agronegócio, que jorra veneno com as pulverizações aéreas nos canaviais e atingem o entorno. Para dar uns gritos contra a violência cotidiana que as mulheres enfrentam, seja na forma de agressão explícita ou na trouxa suja de roupa que, necessariamente, devem dar conta, junto com todos os outros trabalhos da roça, da casa, da família e de quem mais aparecer pelo caminho (MAFORT; REIS, 2018, p. 37).

Na edição Comemorativa de VI Congresso e 30 anos do MST do Jornal Sem Terra foi

publicada uma matéria (Figura 3) que mostra um pouco da história da luta das mulheres pela conquista de espaço dentro do Movimento e também as diretrizes e políticas de gênero construídas ao longo dos anos. Assim, além de reconhecer que desde a sua criação o MST entende como desafio a participação de toda a família no processo de luta pela terra, reconhece também que, é a partir da participação das mulheres no Movimento, enquanto protagonistas, que se criam condições para a transformação social. Como a matéria destaca, foram várias as conquistas das mulheres no âmbito também do debate de gênero, na criação do Setor de Gênero do MST no Encontro Nacional em 2000, nas lutas que foram protagonizadas pelas mulheres ao longo dos anos, pela construção dos 8 de Março etc. Descatamos a auto-organização como uma das conquistas mais emblemáticas das mulheres do MST. Não só porque os coletivos de auto-organização, sejam eles de saúde, educação ou de produção, cumprem objetivos práticos e, no caso do de produção permite a independência financeira dessas mulheres, mas como expressão de um protagonismo que vem sendo por elas construído.

Figura 3 - Matéria retirada do Jornal Sem Terra edição especial IV Congresso Nacional de Fevereiro de 2014

Mulheres do MST constroem novas relações de gênero

KELLI MAYORI
COLETIVO DE MULHERES

DESDE A criação do MST, sempre esteve presente o desafio da participação e envolvimento de toda a família no processo de luta pela terra: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças são todos e todas protagonistas de sua própria história.

A participação das mulheres possibilitou a organização de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero. O conjunto do Movimento foi provocado a se envolver e isso criou as condições para o debate de como pensar novas relações de gênero.

A construção do setor de Gênero e a participação das mulheres no MST

No I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representa-

tividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo.

Por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/ho MST, as lideranças femininas começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990.

A necessidade de envolver o todo da organização neste debate culminou na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate

de gênero nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST.

Várias linhas políticas foram tiradas a partir dessa definição, como por exemplo a participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento nas instâncias, nos processos produtivos, de formação e educação, nas mobilizações, etc; o debate da

ciranda infantil; o debate da inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e uso da terra de forma conjunta.

Mesmo que várias destas metas sejam ainda um desafio permanente, a construção do setor de gênero possibilitou um novo significado da luta pela terra, onde todos e todas sentem-se sujeitos participantes de um processo de mudança.

A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadorias!

Além da nossa luta cotidiana, temos dois momentos no ano em que organizamos ações de enfrentamento ao capital, por Reforma Agrária e contra toda forma de violência contra as mulheres: é no 8 de Março – Dia Internacional das Mulheres e no dia 25 de novembro – Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher.

Nesse ano não será diferente. É por isso que já estamos cantando nas nossas assembleias e ecoando esse grito no nosso VI Congresso: "Pode ter copa e eleição, as mulheres em luta seguirão!"



Mulheres do MST em luta: "Sem Feminismo, não há socialismo!"

Conforme aponta Nogueira (2011, p. 37), a luta das mulheres:

não é contra os homens, mas contra a manutenção da organização patriarcal que todos (inclusive parcela de mulheres) produzem e reproduzem, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo e que atendem diretamente aos interesses da lógica do capital. Mas, não é por acaso que a luta das mulheres do MST e da Via Campesina no Brasil, em direção à *igualdade substantiva*, ganha ainda mais radicalidade quando se conforma no confronto direto ao capital, majoritariamente contra o agronegócio.

Nesse sentido, desde 2001 as mulheres do MST vêm se organizando para, nos 08 de março, denunciarem as discriminações de gênero e a utilização de agrotóxicos e de transgênicos e a monocultura (NOGUEIRA, 2011). De fato, trouxemos no começo desse capítulo a ação do 08 de março de 2006, quando milhares de mulheres militantes de várias organizações que compõem a Via Campesina ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul. Uma ação que teve como objetivo não só denunciar a questão de gênero como também os efeitos da produção de celulose em larga escala.

Figura 4 – Matéria retirada do Jornal Sem Terra que mostra o histórico da luta das mulheres no MST de 2006 a 2011



Fonte: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>

Essa matéria tirada do Jornal Sem Terra trás histórico da lutas das mulheres desde 2006 até 2010 e nos mostra que as ações das mulheres nos 08 de março vão no sentido de denunciar a

situação dos trabalhadores e trabalhadoras no campo. Conforme destacamos, o histórico de construção tanto dos debates em torno da participação a mulher e da questão de gênero, bem como as lutas das mulheres contra o agronegócio, nos mostram a busca pela construção de novas formas de viver no campo.

Questão Agrária e o MST

“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher...”

Zé Pinto

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST surgiu no final dos anos 1970, vinculado à Pastoral da Terra. É resultado de longos processos de luta de classes do povo brasileiro, e por isso, é herdeiro dos quilombolas, dos povos originários, dos posseiros, dos meeiros e dos colonos. É, portanto, expressão das mais diversas formas das lutas sociais vivenciadas ao longo desse processo de conformação da propriedade privada da terra e da superexploração da força de trabalho no Brasil (TRASPADINI, 2016). É também fruto de um processo

inerente às contradições de execução do projeto de modernização conservadora na América Latina. Projeto este, que desde os anos 1930, fundou as bases da primazia da indústria sobre a agricultura e da cidade sobre o campo e relegou os camponeses à marginalização e precarização ainda mais intensa, além de intencionalmente invisibilizar as lutas sociais decorridas naqueles espaços no processo de formação das gerações futuras (TRASPADINI, 2016, p.181).

Falar do MST, portanto, é trazer a história da luta de classes e da luta, pela terra em um país cuja terra e o trabalho sempre estiveram subordinados aos interesses dos grandes latifundiários e do capital estrangeiro. Nesse caso, a luta pela terra e por condições dignas de permanência no campo se torna fundamental em um país que, embora o decorrer dos anos, mantém suas bases fincadas sobre a concentração fundiária, a monocultura e a superexploração dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade. Assim, ao remontar a história da formação do campesinato brasileiro, buscamos também a história da ocupação desse território desde antes da chegada dos Portugueses em 1500, já que remontamos a formação do às lutas dos indígenas, dos quilombolas, dos imigrantes, dos caboclos e dos sem-terra. É justamente nesse sentido que Maestri (2012) aponta as cinco principais vias de formação do

campesinato¹⁹ brasileiro: a via nativa, a cabocla, a escravista, a quilombola e a colonial.

Segundo o Maestri (2012), antes da chamada “descoberta”, a ocupação do território era bastante desigual. Essa distribuição heterogênea é explicitada por Cardoso (1985), que aponta para três diferentes tipos de distribuição no continente:

- 1) uma *zona nuclear de povoamento indígena*, descontínua, compreendia uns dois milhões de km² (5% da superfície das Américas somente), mas continha 90% da população, sendo a densidade média de 35 a 40 habitantes por km²: ilha de São Domingos, terras altas do México central, possivelmente uma parte do país maia, o território dos chibchas (na atual Colômbia), os Andes centrais;
- 2) uma zona também de dois milhões de km² - o país maia com seus planaltos e planícies, no sul do México e em parte da atual América Central – apresentava uma densidade de 2 a 5 habitantes por km²;
- 3) por fim, todo o resto do continente – 35 milhões de km², ou 90% da superfície – apresentava densidades populacionais muito baixas (CARDOSO, 1985, p. 13).

O território que hoje corresponde ao Brasil corresponde à terceira zona, a maior em extensão e que concentrava uma parte ínfima da população total do continente. Essa era a zona dos caçadores coletores e pescadores, que às vezes praticavam subsidiariamente a agricultura (CARDOSO, 1985). Segundo Maestri (2012) as comunidades tupi-guaranis, originárias da Amazônia Central e que ocupavam boa parte do território brasileiro, constituíam um complexo civilizacional horticultor bastante desenvolvido, enquanto as demais comunidades se apoiavam em uma cultura de subsistência baseada na caça, na pesca e na coleta. Os territórios que hoje correspondem ao atual Brasil quase não conheceram comunidades que dominassem formas de produção agrícolas como as da América Central e Andina (zonas 1 e 2). Conforme aponta o autor, havia uma difusão das técnicas de cultivo dos tupi-guarani para os demais territórios, e, acredita-se essa que difusão tenha se dado através da “captura e da incorporação de mulheres tupi-guaranis às demais comunidades, já que as práticas horticultoras eram atividades essencialmente femininas, no contexto da divisão sexual do trabalho daqueles grupos humanos” (MAESTRI, 2012, p. 224). Na verdade, o que o autor aponta é que essa cultura da agricultura nativa teve pouco impacto na formação da comunidade camponesa nacional, já que essa foi destruída quando da chegada dos portugueses com a escravização e a absorção dos produtores nativos para a expansão da fronteira agrícola (MAESTRI, 2012).

¹⁹ “Compreendemos como unidade produtiva camponesa o núcleo dedicado a uma produção agrícola e artesanal autônoma que, apoiado essencialmente na força e na divisão familiar do trabalho, orienta sua produção, por um lado, à satisfação das necessidades familiares de subsistência e, por outro, mercantiliza parte da produção a fim de obter recursos monetários necessários à compra de produtos e serviços que não produz; ao pagamento de impostos etc.” (MAESTRI, 2012, p. 218).

Se, segundo Maestri (2012), houve pouca contribuição dos nativos na formação do campesinato brasileiro, a contribuição dos caboclos foi bastante expressiva. Segundo o autor, os caboclos foram “os nativos americanos que se adaptaram à sociedade latifúndio-exportadora através do processo de superação-degeneração das tradições aldeãs nativas (MAESTRI, 2012, p. 231)”, se dedicando então a uma economia de subsistência não aldeã, baseada na caça, na pesca, na coleta e na horticultura itinerante. Com o passar do tempo o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional que se dedicava à economia agrícola de subsistência. E foi justamente essa característica itinerante e não-aldeã, juntamente com a sua posse precária da terra, que facilitou o fim do controle milenar das comunidades tupi-guaranis na faixa litorânea e em outras regiões do atual território brasileiro. Além disso, o avanço da fronteira agrícola levou as comunidades caboclas a abandonarem as terras que detinham a posse por outras, enquanto ainda existiam.

Outra importante parte da construção do campesinato brasileiro foi a contribuição dos negros trazidos da África para trabalhar, em sua grande maioria, nas *plantations*, o que compôs, segundo Cardoso (1985), a Afro-América. Era comum, na Afro-América como um todo e no sistema de *plantation* em específico, que parcelas de terra fossem concedidas aos escravos para usufruto, assim como o tempo necessário para o seu cultivo (geralmente aos domingos, nos feriados religiosos, nas tardes de sábado ou um sábado completo a cada quinze dias). Essa seria, segundo o autor, um importante espaço onde, sem a vigilância dos senhores ou dos feitores, os escravos trabalhavam em grupos familiares e cultivavam a terra com aspectos nitidamente africanos. Além disso, o fruto desse cultivo era consumido pelos escravos como complemento à ração recebida pelos senhores, sendo comum que o excedente fosse comercializado (o que permitia que os escravos comprassem alguns produtos como sapatos, joias, roupas ou alimentos que não eram fornecidos nas *plantations* ou até mesmo eram usados como pecúlio) (CARDOSO, 1982). Entretanto, esse aspecto da escravidão americana é pouco conhecido no Brasil, havendo pouca vinculação com a terra para além daquela forçada pela escravidão. Conforme aponta Maestri (2012), a produção dos escravos para sua própria subsistência foi um fenômeno raro na história do sistema de *plantations* no Brasil, sendo mais comum que os senhores se encarregassem da alimentação dos escravos. Além disso, outros fatores como a lei de terras de 1850 e a forma como foi realizada a abolição da escravatura de 1888, dificultaram a fixação dos camponeses negros nas terras, sendo mais comum que estes se tornassem sem-terras.

Os quilombolas, por outro lado, em sua maioria, tinham a agricultura como forma de subsistência²⁰, dedicavam a produção de subsistência, de forma muito parecida com a forma com que os caboclos se dedicavam. Entretanto, devido à clandestinidade e ao caráter precário, não havia de fato uma ligação com a terra, eles estavam prontos para largarem as terras caso fossem descobertos e recomeçar em outro lugar. Essas comunidades foram aos poucos perdendo a sua gênese quilombola na medida em que foram integrando a luta contra o poder republicano e latifundiário junto com as comunidades caboclas. Ou seja, as comunidades negras que nasceram da ordem escravista tenderam a se misturar com as comunidades em geral por conta da luta pela terra monopolizada pelo latifúndio (MAESTRI, 2012). Atualmente, camponeses negros estão presentes tanto no MST como nos outros movimentos de luta pela terra. Essa característica e essa origem cabocla, indígena, quilombola e de luta contra o latifúndio também foi apontada por Stedile (2004, p. 9-10):

Somos filhos do povo brasileiro. Temos nossos antepassados, pais, avôs na vida do povo brasileiro. Assim, só existimos hoje porque, antes de nós, o povo brasileiro realizou outras formas de organização e de luta por justiça no meio rural. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela conquista da liberdade, quando fugiam e constituíam os quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses, com alguns deles se transformando em verdadeiras epopeias, como Canudos, Contestado e Caldeirão. E muitos outros, não registrados pela história oficial da classe dominante: houve, com certeza, muitas lutas nos cafezais, nos canaviais, nos engenhos, e por esse sertão afora. Somos herdeiros da experiência de organização classista dos camponeses, que construíram muitas organizações nacionais a partir da década de 1950, e depois massacrados pela ditadura militar, como [...] as Ligas Camponesas, o Master. Somos frutos de muitas reflexões. Somos frutos da teorização de muitas experiências de lutas que nos antecederam, dos movimentos camponeses do Brasil ou de movimentos camponeses da América Latina.

Ou seja, a luta pela terra faz parte da história do Brasil desde a colonização dos portugueses, e as suas várias expressões marcam a luta camponesa do presente, que com suas continuidades e rupturas e com a nova forma com que o velho se apresenta como novidade, dão sentido à defesa de uma reforma agrária que vai contra o modelo de produção no campo imposto historicamente pela classe dominante. Hoje temos vários movimentos que dão continuidade às demandas por terra e vida digna no campo, como o próprio MST, ou o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ou o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Via Campesina, entre outros (PEREIRA; ALENTEJANO, 2012). E, assim como nos aponta Stedile (2004), a herança das lutas dos

²⁰ “Havia quilombos na periferia das cidades ou próximos às estradas e caminhos, dedicados à apropriação violenta de bens. Nas florestas, exploravam o extrativismo vegetal e, nas regiões mineiras, a mineração do ouro e de diamantes. Porém, os quilombos dedicados à agricultura de subsistência foram certamente os mais comuns, os mais longevos e os mais populosos” (MAESTRI, 2012, p. 245).

quilombolas, dos movimentos messiânicos, das ligas camponesas e dos sindicatos rurais e as lutas que continuaram durante a ditadura militar.

Atualmente podemos falar da dupla dependência da sociedade agrária brasileira, onde o trabalhador rural se encontra em uma situação de dupla apropriação do produto do trabalho, conforme Ianni (2012, p.131):

O trabalhador rural, portanto, se encontra no centro de um sistema de produção bastante amplo e complexo; é como se fosse o vértice de uma pirâmide invertida. Como fornecedor de força de trabalho produtiva, segundo as condições do setor agrário, o excedente que o trabalhador rural produz é apropriado por diferentes setores do sistema econômico. Esse excedente é repartido entre os seguintes elementos do sistema econômico global: o proprietário, o arrendatário da terra, o comerciante de produtos agrícolas na cidade, o comerciante no mercado mundial, a empresa industrial que consome matéria-prima de origem agrícola e o aparato governamental (IANNI, 2012, p.131).

Assim, a liga camponesa e o sindicato rural são fenômenos contemporâneos que expressam a proletarização da classe camponesa, quando ocorre de fato a separação entre o camponês e a propriedade dos meios de produção e que significou também a redução do espaço disponível para as culturas de subsistência em prol da monocultura. Nesse sentido, tanto o banditismo como as lutas messiânicas e a criação das Ligas Camponesas²¹ e do sindicato rural também são expressão dessa mudança econômica.

Gostaríamos de destacar o importante papel que tiveram Alexina Crespo²² e Elizabeth Teixeira²³ na luta pela reforma agrária. Alexina Crespo, que faleceu em 2013 aos 87 anos, foi uma dirigente das Ligas Camponesas de grande importância. Participou ativamente das Ligas em Pernambuco entre os anos de 1955 e 1964. Foi perseguida durante a ditadura e esteve exilada, junto com seus filhos, em Cuba, onde aprendeu táticas de guerrilha. Teve contato com Che Guevara, Fidel Castro e conheceu Mao Tsé-Tung quando viajou para a China:

Ignorada pelos livros sobre a história recente do país, Alexina Lins Crespo de Paula não foi uma militante de esquerda comum. Ela praticamente respondia pelas relações internacionais das Ligas Camponesas, um dos movimentos sociais mais expressivos do Brasil e que agitou o Nordeste do final dos anos 1950 a meados de 1960. No período anterior ao golpe de 1964, chegou a negociar a entrada de armas no país e a manter entendimentos com líderes como Fidel Castro e Mao Tsé-Tung, por achar que a guerrilha era a melhor forma de realizar a reforma agrária em terras então dominadas econômica e politicamente pelos usineiros, que mantinham seus

²¹ As ligas camponesas surgiram na década em 1950 em um contexto de precariedade de condições de vida e trabalho no meio rural. Simbolizaram não só a reação do trabalhador à essas condições como também representaram o surgimento do proletariado rural também como uma categoria política nova. (MAESTRI, 2012).

²² Para maiores informações: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/158>.

²³ Para maiores informações: <http://www.mst.org.br/2015/02/18/o-parabens-aos-90-anos-de-elizabeth-teixeira.html> e <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/27/eu-continuo-a-luta-diz-elizabeth-teixeira-esposa-de-joao-pedro-teixeira/>.

lavradores em regime de semiescravidão (Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/alexina-militante-que-conviveu-com-fidel-che-mao-tse-tung-4651825>).

Seu importante papel enquanto militante e líder das Ligas Camponesas é pouco conhecido pela história, assim como o de Elizabeth Teixeira, de 93 anos, que também foi uma militante das Ligas Camponesas da Paraíba. Quando seu companheiro, João Pedro Teixeira, fundador e líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, foi assassinado em 1962, Elizabeth assumiu a direção da Liga, se destacando na luta pela reforma agrária. Mãe de 11 filhos, foi perseguida por jagunços e coronéis e pelo regime militar, momento em que teve que se esconder e se separar dos filhos. Elizabeth recusou o asilo em Cuba durante a ditadura militar, tendo escolhido permanecer no Brasil na luta pela Reforma Agrária.

Trouxemos esses exemplos mas são incontáveis as mulheres que estiveram e estão presentes como protagonistas na luta pela terra, assim com estiveram e estão presentes na história mas que sempre estiveram alijadas da história oficial. Geralmente, a forma como se apreende o conteúdo histórico, a forma como são relatados e interpretados os acontecimentos exclui as mulheres, nos dando a impressão de que o protagonismo histórico pertence aos homens, cabendo destaque feminino somente quando se propõe a construir um relato histórico específico. As mulheres sempre estiveram presentes, assim como os homens, nos grandes momentos da história, apenas nosso olhar está condicionado a perceber apenas a participação masculina. Portanto, destacamos a necessidade de se contar uma história de homens e de mulheres, não apenas uma história oficial, dos homens e uma história específica, a das mulheres.

De fato, Elizabeth Teixeira e Alexina Crespo estão inseridas em um contexto mais amplo de luta pela terra. Na década de 1960, no Brasil, existia um amplo movimento popular a favor da Reforma Agrária como parte das “reformas de base” que deveriam resolver o problema do subdesenvolvimento do país. Eram grupos com concepções distintas, mas que, impulsionados por fatores externos e internos, convergiam na crítica à grande propriedade de terras e na reforma agrária. Entre esses grupos temos a Igreja Católica, que acreditava ser essa uma medida necessária para criar uma classe média rural e uma estabilidade política fundamental contra as ideologias radicais, o PCB, que por conta da sua visão etapista acreditava ser indispensável quebrar o poder dos latifundiários, passo fundamental para o desenvolvimento do capitalismo enquanto etapa para o socialismo e as Ligas Camponesas, que tinha a reforma agrária como uma medida revolucionária necessária para a transição para o socialismo

(PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

Essas forças distintas mais as diversas lutas camponesas ocorridas no período impulsionaram o governo a reconhecer a Reforma Agrária como pauta. Em 1962, o então presidente João Goulart (1961-1964) criou a Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e regulamentou o sindicalismo rural, o que levou a proliferação de sindicatos, em 1963 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural que estendia a legislação trabalhista aos trabalhadores do campo. O processo de sindicalização do campo culminou com a criação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, a Contag, uma central sindical que passou a representar os trabalhadores rurais²⁴. Além disso, no dia 13 de março de 1964 João Goulart firmou um decreto que estabelecia para fins de reforma agrária a “expropriação das terras localizadas ao largo de 10 km nas margens das rodovias, ferrovias e represas construídas pelo governo federal (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014, p. 67)”. Dois dias depois, em meio a uma intensa mobilização popular e sindical pelas “reformas de base”, o presidente enviou uma mensagem ao Congresso propondo um conjunto de medidas, entre elas as mudanças legais para a viabilização da reforma agrária. Segundo Pereira e Alentejano (2014), essas medidas eram uma resposta moderada às mobilizações sociais que exigiam a reforma agrária, mas que, entretanto, foram o suficiente. Dias depois se deu o golpe (MAESTRI, 2012; PEREIRA; ALENTEJANO, 2014).

Com o golpe se deu o fim das lutas populares tanto na cidade como no campo da forma como vinham sendo realizadas até então e a afirmação da hegemonia do capital monopolista internacional sobre as demais frações do capital (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014). Segundo Nakatani, Faleiros e Vargas (2012), com o governo militar se deu uma série de reformas desde a implantação do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo de 1964) e com o posterior “milagre econômico”, fase que vai de 1967 até 1973 na qual o país cresceu consideravelmente, que demonstram a plenitude conservadora da modernização imposta para a agricultura e que visava beneficiar os setores da nascente burguesia industrial²⁵. Com o golpe militar veio também uma tentativa de reforma agrária com a criação do Estatuto da Terra,

²⁴ “categoria jurídica imposta pela legislação, a qual abarcava as diversas frações (colonos, meeiros, arrendatários, ocupantes, pequenos agricultores, assalariados temporários, entre outras) que constituíam o mundo camponês (PEREIRA; ALENTEJANO, 2014, p. 67, tradução nossa)”.

²⁵ Entre essas medidas que visavam a ampliação da acumulação de capitais podemos citar o arroxo salarial promovido no período. Segundo Nakatani, Faleiros e Vargas (2012), em 1960 o salário mínimo era de 100,30, tendo sido reduzido a 54,48 em 1974. Como apontam os autores, a razão básica essencial consumia 33,96% do salário mínimo em 1960 e 68,14% em 1974.

até hoje o mais eficaz instrumento para desapropriação de terras para fins de reforma agrária, ainda que a obrigatoriedade da indenização constitucional dos latifúndios desapropriados constitua, nos fatos, adiantamento da renda fundiária, a custa dos recursos nacionais e, portanto, forte entrave à democratização da posse da terra e à expansão econômica geral (MAESTRI, 2012, p. 273).

De fato, com o Estatuto da Terra veio a Lei nº 4504/64 que definiu o conceito de “função social da terra”, utilizado até hoje e transcrito integralmente no artigo 186 da Constituição Federal de 1988²⁶. Apesar dessa tentativa, sabemos que a ditadura resultou em uma época de repressão no que se refere à reforma agrária brasileira (MAESTRI, 2012). Isto é dizer que, apesar do Estatuto da Terra apresentar as bases para a realização da mesma, o que acabou por acontecer foi a promoção de uma modernização conservadora da agricultura, sem a realização da reforma agrária em si, movida por uma modernização produtiva que exigia não apenas a mecanização intensiva do campo, mas também o uso de fertilizantes químicos e de sementes selecionadas, além de concentrar a produção nas grandes propriedades (PEREIRA; ALENTEJANO, 2012).

Destacamos que, se o Estatuto da Terra de 1964²⁷ é um importante ponto da história da questão agrária no Brasil, assim como a modernização conservadora da década de 1970, a questão da mulher só aparece na legislação brasileira na década de 1980, fruto da redemocratização e da luta das mulheres por uma maior igualdade de acesso a terra e às políticas públicas voltadas para o campo. Antes disso, o que se tinha era a subordinação da mulher inclusive nas vias legais. Um exemplo disso é a falta de Políticas Públicas voltadas para as mulheres antes da década de 1980, sendo que o direito dessas ao acesso à terra só foi reconhecido na Constituição Federal de 1988. Mesmo com esse direito reconhecido por lei, é possível perceber através de dados dos anos posteriores que, em 2002, 87% dos beneficiários da reforma agrária continuaram sendo homens. Segundo Melo e Sabbato (2008, p. 48):

A legislação sobre a reforma agrária emanada do Estatuto da Terra de 1964, vigente até 1985, priorizava os chefes de família dedicados às atividades agropecuárias. Esse critério discriminava as mulheres, porque estando o homem presente na família, pelos padrões culturais, ele era designado como chefe. A própria legislação do Incra beneficiava a seleção masculina nesse processo, devido a um sistema de pontuação em que os homens na idade entre 18 e 60 anos ganhavam um ponto e as mulheres

²⁶ A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I. aproveitamento racional e adequado; II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

²⁷ Apesar de considerarmos o Estatuto da Terra como um ponto importante na questão agrária no Brasil, não desconsideramos o papel fundamental da Lei de Terras de 1850 na consolidação da exclusão de grande parte da população do acesso à terra e na consolidação do grande latifúndio como forma hegemônica da exploração da terra. É sobre essas bases que discutimos a questão agrária atual.

nas mesmas condições recebiam apenas 0,75 pontos. A justificativa para essa atitude era de que as mulheres eram consideradas menos experientes no trabalho agrícola. Com um sistema tão discriminatório implantado pelo próprio órgão encarregado de fazer a reforma agrária, não era estranho que as mulheres tivessem tão baixa taxa de participação nos assentamentos de reforma agrária. Mesmo a mudança constitucional de 1988 não alterou muito essa questão: o Incra estabeleceu peso igual para o trabalho de mulheres e homens no sistema de pontuação, mas as mulheres continuaram discriminadas pelos critérios que beneficiavam as famílias mais numerosas e a experiência.

Essa situação só passou por alguma mudança com a implementação da Portaria do Incra nº 981/2003, que tornou obrigatória a titulação conjunta dos lotes de assentamentos constituídos por um casal em situação de casamento ou de união estável. No caso de separação, os homens e mulheres podem requisitar outra vez o acesso à terra e passam a ter prioridade na criação de novos assentamentos, conquista que foi fruto da luta das mulheres, da Marcha das Margaridas daquele ano (BUTTO; HORA, 2008).

Além disso, um dos instrumentos utilizados como forma de tornar viável essa modernização foi a concessão de crédito subsidiado, concedido majoritariamente à agricultura patronal do centro-sul do país que privilegiou os produtos destinados a exportação e vinculados a programas energéticos (como o Programa Nacional do Alcool – Proálcool – criado em 1973). O governo militar também financiou a pesquisa e o ensino técnico para a formação de profissionais da área, ampliou a concessão de incentivos fiscais e crédito subsidiado que estimularam a instalação de capitais privados nacionais e estrangeiros na região amazônica e estimulou a compra de grandes extensões de terras no nordeste e no norte do país por empresários urbanos e, além disso, “impulsionou uma política de transferência massiva de terras públicas aos agentes privados por meio de licitações e leilões, cujas regras e dinâmica estavam montadas para beneficiar a grandes proprietários de terras e grupos industriais e financeiros (PEREIRA; ALENTEJANO, 2012, p. 70, tradução nossa²⁸)”. Ao longo desse processo, o Estado protagonizou a subtração de milhões de hectares que formavam parte do patrimônio nacional (PEREIRA; ALENTEJANO, 2012).

Dessa forma, a modernização conservadora da agricultura brasileira se deu em uma conjuntura internacional favorável por conta da alta demanda de exportações de produtos agrícolas e pela abundância de crédito barato no sistema financeiro internacional (PEREIRA; ALENTEJANO, 2012). Podemos afirmar que, em certo sentido é possível visualizar

²⁸ “se impulsó una política de transferencia masiva de tierras publicas a los agentes privados por medio de licitaciones y remates, cuyas reglas y dinamica estaban montadas para beneficiar a grandes propietarios de tierras y grupos industriales y financieros”.

um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial [...]. No período da “modernização conservadora” estas oligarquias serão novamente assimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização (DELGADO, 2005, p.53-54).

Essa trajetória significou não só a ausência de uma reforma agrária, o aumento da concentração de terras no Brasil e o aumento da desigualdade no campo, significou também o aumento da entrada de capital financeiro na esfera produtiva com favorecimento aos capitais industriais e financeiros nas atividades do setor agrícola. Foi nesse ponto que o latifúndio sofreu uma reconfiguração: se mantiveram as grandes propriedades de terra, a figura do coronel e dos jagunços, mas agora essas grandes propriedades passaram a ser ativos monopolizados por grupos capitalistas altamente concentrados e cada vez mais ligados ao capital financeiro (PEREIRA; ALENTEJANO, 2012).

Essa é a situação da questão de terras nos fins da década de 1970 e início da década de 1980, quando se iniciaram as primeiras lutas por terra no Sul do país e que mais tarde iriam dar origem ao MST. A concentração de terras, mesmo com a intensa mobilização popular em prol de uma maior distribuição de terras nas décadas anteriores ao golpe e mesmo com a implementação do Estatuto da Terra, continuava a ser um problema não resolvido, mas com o agravante da modernização conservadora e da entrada do capital estrangeiro e dos químicos na agricultura. Segundo Pereira e Alentejano (PEREIRA; ALENTEJANO, 2012, p. 74):

Em fins da década de 1970 e começo da seguinte, as lutas sociais no campo assumiram uma nova configuração e magnitude, que alimentou a pressão social contra a ditadura e pela democracia no país. A modernização conservadora da agricultura e as demais políticas aplicadas pelo regime ditatorial haviam produzido ou acelerado transformações profundas no mundo do trabalho e na vida social, ao mesmo tempo que os canais existentes de representação política não eram capazes ou suficientes para processar ou encaminhar reivindicações. Desse modo surgiram novos sujeitos sociais no campo.

Entre essas mudanças apontadas pelos autores, temos a questão da situação dos trabalhadores do campo, que diante dessas mudanças no modelo de produção agrícola no bojo da modernização conservadora, se viram obrigados a migrarem para as cidades e para outras regiões do país, principalmente para as regiões de fronteira agrícola da Amazônia e do Centro-Oeste. Ou seja, houve um êxodo rural crescente motivado pela industrialização do campo e pela predominância do agronegócio responsável por gerar o exército industrial de reserva necessário para ao capital e, aos que sobraram, não restaram muitas alternativas se não a de

resistir no campo e de lutar pela terra (PEREIRA, 2015).

Neste sentido, as lutas pela terra e por reforma agrária representam, no caso brasileiro, a luta contra o modelo capitalista que se implantou e se modernizou no campo brasileiro sem mexer na estrutura da grande propriedade, sem que fosse necessário distribuir a propriedade da terra. Ao contrário, motivado pelos incentivos do governo, envolvendo isenção de impostos, créditos, infraestrutura, etc., aumentou ainda mais a concentração da terra, sobretudo por empresas multinacionais, assim como a exploração das riquezas naturais. É a partir dessa realidade que grandes massas de trabalhadores são mobilizadas no processo de luta e resistência pela terra (PEREIRA, 2015, p. 19).

Conforme destaca Pizetta (1999), não há uma data específica atribuída à criação do MST, mas devemos compreender que este foi fruto de um processo no qual confluíram fatores objetivos e subjetivos em um determinado contexto histórico. Assim, essas lutas ocorridas no final da década de 1970 na Região Sul do país, foram a resposta à situação econômica, política e social do Brasil. Foram uma série de fatores econômicos, sociais e políticos que, interligados, propiciaram as condições sociais e políticas para o surgimento e a multiplicação das lutas camponesas pela terra. Dentre os fatores econômicos temos o processo de expansão do capitalismo na agricultura durante a ditadura militar, a mecanização intensiva da lavoura (responsável pela expulsão de grande parte da mão de obra do campo e pela maior concentração de terras), introdução da monocultura, principalmente da soja, da cana e do algodão. Dentre os fatores políticos temos o avanço das lutas operárias e populares nos centros urbanos que além de enfrentarem a ditadura exigiam reivindicações econômicas, a abertura política e a democracia (que possibilitaram, em grande medida, a conquista de espaços de liberdade de organização e a possibilidade de manifestações através da luta de massas). Já em relação aos fatores sociais, o autor aponta dois aspectos relevantes: o trabalho das igrejas progressistas que tinham como fundamento a Teologia da Libertação através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Pastoral Popular da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e o surgimento de um novo sindicalismo rural que, mais tarde, junto com o sindicalismo urbano, deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) (PIZETTA, 1999).

A participação das mulheres nos movimentos sociais no campo toma um novo rumo a partir da década de 1980, quando são realizados os primeiros encontros voltados para as pautas que lhes são específicas. Isso não quer dizer que não havia participação feminina nas lutas, mas que essa participação se dava através da participação dos maridos ou de outros familiares (CARNEIRO, 2013). As primeiras organizações específicas de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil datam dessa década e foram estimuladas principalmente pela igreja católica, pelo

movimento sindical e pelos partidos políticos (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Além disso, os movimentos sociais rurais têm um relevante papel no desenvolvimento de políticas públicas, como por exemplo, a efetivação da política de assentamento, fruto da luta pela terra, a conquista de direitos como a previdência social e o crédito agrícola voltado exclusivamente para a agricultura familiar, fruto da luta sindical, entre outros. Neste sentido, as autoras destacam o importante papel desempenhado pelos movimentos sociais rurais na redução das desigualdades entre as zonas rurais e urbanas e dos movimentos específicos das mulheres rurais que tiveram e têm um importante papel na reivindicação da construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Dois movimentos que tiveram grande destaque no início da década de 1980 foram o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), que tinham como principais reivindicações o reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural em contraposição à designação de trabalhadora doméstica, o direito a benefícios sociais decorrentes deste reconhecimento, aposentadoria aos 45 anos, auxílio natalidade e o direito à sindicalização (CARNEIRO, 2013). Outras reivindicações estão relacionadas ao direito ao acesso à terra, com as mulheres levantando a bandeira da Reforma Agrária e nela acrescentando pautas específicas da questão de gênero, como a titulação conjunta da terra em nome do casal ou em nome da mulher chefe de família, bem como o direito das mulheres solteiras serem beneficiárias da Reforma Agrária (HEREDIA, CINTRÃO, 2006).

É possível perceber, a partir de um documento publicado pelo MST em 1985 intitulado *Histórico do Movimento Sem Terra*, que de fato, foram várias as lutas que deram origem ao Movimento. Segundo o Histórico (1985), lutas por terra ocorriam desde 1978 na região sul do país, em um momento em que o Brasil passava por uma maior abertura política e fruto, claro, da enorme concentração de terras. Em 1979 houve as lutas nas Fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul, que estavam relacionadas com a Reserva Indígena de Nonai e no Paraná, onde os agricultores que perderam a terra com a construção da barragem de Itaipu foram os protagonistas (o que originou o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná – MASTRO) (MST, 1985). Essas lutas foram de extrema importância para o surgimento do MST, já que inauguraram uma nova forma de luta pela terra no Brasil: a ocupação organizada. Inauguraram também uma nova forma de resistência na terra: o

acampamento permanente, e representaram o embrião de organização do MST (Görge, 1987). Em 1980, 300 famílias ocuparam a Fazenda Burro Branco em Santa Catarina e 400 famílias ocuparam a Fazenda Primavera em São Paulo. No mesmo ano, no Mato Grosso do Sul, se desenvolveu uma intensa luta de resistência pela terra por parte de milhares de famílias que trabalhavam como arrendatários nas fazendas dos Municípios de Naviraí, Glória de Dourados e em todo o Sul do Estado. Em 1981²⁹ surgiu o acampamento da Encruzilhada Natalino, que mais tarde virou Nova Ronda Alta. Esse acampamento teve um importante papel na mobilização da opinião pública nacional e como estimulante para a organização dos trabalhadores rurais sem terra da Região Sul (MST, 1985).

Essas são as lutas e as condicionantes que levaram à organização, em 1984, do I Encontro Nacional do MST que ocorreu em Cascavel, no Paraná, onde foram estabelecidos três grandes objetivos de luta: terra, reforma agrária e transformações sociais (PIZETTA, 1999). Evento organizado pela Comissão Regional Sul, contou com a contribuição da CPT e com a representação de 12 Estados do Brasil e contou com o apoio da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo, o que demonstra a importância dessas forças sociais na formação do MST (PEREIRA, 2015). Foi nesse primeiro Encontro Nacional que de fato se oficializou a formalização do MST como um movimento social de massas, autônomo. Foi também nesse evento que se definiu o Caráter Sindical, Popular e Político do MST:

Caráter Sindical - Pois o MST luta por questões econômicas, a partir da estruturação da produção nas áreas conquistadas. Caráter Popular, já que o MST organiza e mobiliza trabalhadores de diferentes categorias, reúne toda a família, homem, mulher, jovens, crianças e idosos, ou seja, todo o povo. E luta por reivindicações populares que atinge a todos, como: moradia, saúde, educação, etc. Caráter Político – A luta pela terra no Brasil é uma luta de classes, enfrentam-se os interesses do latifúndio, do governo e do Estado, que juntos defendem os interesses da classe dominante (PEREIRA, 2015, p. 21).

No ano seguinte, em 1985, foi realizado o I Congresso Nacional do MST, cujo lema era

²⁹ Com a consolidação do acampamento na Encruzilhada Natalino foi criado um boletim informativo (mais tarde virou o Jornal Sem Terra) que, na sua primeira edição (MST, 1981) trazia uma “Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta”, onde se denunciava a situação das 500 famílias de agricultores acampadas que não conseguiam condições dignas de se manter no campo e denunciando também a enorme concentração de terras. Essa carta também era um pedido de apoio das organizações e da sociedade civil como um todo. Assim, essa primeira edição do boletim tinha como objetivo: “manter ‘aceso o fogo que clareia’ as reivindicações dos trabalhadores rurais e, também, veicular todas as manifestações de apoio e solidariedade que tem recebido. Servirá, ainda, para que os agricultores renovem o seu apelo à sustentação dessa luta e, ao mesmo tempo, manifestem o seu profundo e comovido agradecimento aos que nela, de uma forma ou de outra, já estejam empenhados” (MST, 1981, p. 2).

“Ocupação é a única solução” onde participaram 1.500 delegados de todo o país. Algumas das deliberações desse encontro foram: colocar a reforma agrária em pauta por todo o país, a consolidação do MST nacionalmente, a ocupação de latifúndios improdutivos, a busca por unidade entre os camponeses, o não-pacto com o governo e a compreensão de que a reforma agrária seria alcançada com a luta de massas e com as ocupações (PEREIRA, 2015). Nesse Congresso foram definidos os princípios do MST: a luta pela terra, a reforma agrária e pelo socialismo. É importante destacar que 1985 também foi o ano da eleição indireta pelo parlamento do primeiro presidente da república civil em 21 anos. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985 previa a aplicação do Estatuto da Terra e o assentamento de 1,4 milhão de famílias, mas com o Governo Sarney, o Plano não foi concretizado e apenas 6% das famílias previstas foram assentadas (MST, 2014).

Foi entre os anos de 1986 e 1988 que os movimentos das trabalhadoras rurais, bem como os movimentos feministas urbanos, se engajaram nas mobilizações em torno da Assembleia Constituinte, o que resultou em um maior estímulo e apoio de organizações sindicais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e o Departamento de Trabalhadores Rurais e o Departamento de Mulheres da CUT. Em 1988 aconteceu o primeiro Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais da Contag, o que desencadeou a organização nacional dentro do movimento de trabalhadores rurais, que passou por um grande ampliação geográfica devido à presença dos Sindicatos dos Trabalhadores em todos os estados e em uma grande quantidade de municípios. Ou seja, os sindicatos desempenharam um papel importante na ampliação da participação das mulheres nos congressos e nas resoluções e propostas voltadas para as mulheres rurais que serviram de elemento de negociação para a criação de políticas públicas (HEREDIA, CINTRÃO, 2006).

Na década de 1990 foram realizados dois Congressos Nacionais do MST: o II Congresso Nacional, que ocorreu em Brasília (local onde foram realizados todos os demais Congressos Nacionais) entre os dias 8 e 10 de maio de 1990, evento que contou com a presença de 5.000 delegados de 19 estados onde o MST estava organizado mais 23 representantes de organizações camponesas da América Latina e o III Congresso, realizado entre os dias 24 a 27 de julho de 1995 com a participação de cinco mil e duzentos delegados de 22 estados mais convidados de várias organizações. O lema do II Congresso foi “Ocupar, Resistir, Produzir” e está diretamente ligado às dificuldades enfrentadas no período, com forte repressão às lutas sociais no campo e o não avanço da reforma agrária no contexto do Governo de Fernando

Henrique Cardoso, já o do III Congresso foi “Reforma Agrária, uma luta de todos” (MST, 2014; PEREIRA, 2015).

Devido à crise da liquidez internacional do final de 1998, que afetou não só a América latina como um todo, tendo reflexos negativos inclusive na economia brasileira, a solução encontrada pelo governo foi recorrer à empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (foram pegos três empréstimos: em 1999, 2001 e 2003). O governo de Fernando Henrique Cardoso passou a adotar, então, uma política de comércio voltada para suprir o saldo negativo da Conta Corrente que tinha sido abandonada desde 1994. Assim, a partir dos anos 2000 passou a ser colocada em prática uma nova política cambial que mudou a forma de inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho com a forte incorporação do país no mercado mundial de commodities. De fato, a essa política de reprimarização e de expansão do agronegócio que começou a ser implantada no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso teve continuidade com os governos Lula e Dilma e foi, entre os anos de 2003 a 2007, o período em que de fato os saldos comerciais via exportação de *commodities* foram capazes de tornar a “Conta-Corrente” superavitária (DELGADO, 2010).

A adoção dessa política significou então que, a partir dos anos 2000, houve um maior aprofundamento do agronegócio através da adoção de medidas por parte do governo que, não só mantiveram a grande propriedade fundiária, como também tornaram viável um projeto de acumulação de capital baseado no agronegócio e na apropriação da renda da terra. Algumas das medidas tomadas no âmbito interno foram a concessão de crédito público bancário aliada a mecanismos de apoio e garantias de comercialização agropecuária; o aumento dos preços das terras e dos arrendamentos rurais e o conseqüente aumento do preço das *commodities*; e a ampliação das cadeias agroindustriais de beneficiamento dessas matérias primas (DELGADO, 2010; FALEIROS, NAKATANI, VARGAS, 2012). Dados trazidos por Nakatani, Faleiros e Vargas apontam que de fato houve, durante esse período, um crescimento não só de terras destinadas ao cultivo dessas *commodities*, mas também um incremento no maquinário e um aumento na produtividade que de fato geraram divisas para o país:

A área destinada ao cultivo da soja se ampliou de 11.487.303 para 23.290.696 hectares entre 1990 e 2010, a de cana-de-açúcar, de 4.272.602 para 9.146.615 no mesmo período. O número de cabeças de gado abatidas, entre 1990 e 2009, elevou-se de 13.374.663 para 27.974.982, e o de aves abatidas nesse mesmo período passou de 962.029.422 para 4.776.233.239. Interessante notar que nas lavouras voltadas mais diretamente ao mercado interno, tais como milho, arroz, feijão e trigo, a área de cultivo pouco se ampliou, apesar do destacado aumento de produtividade, indicando que a incorporação de novas terras — o avanço da fronteira agrícola — e mesmo a reconversão de áreas mais antigas, ocorreu no sentido de uma

especialização na produção de gêneros agrícolas com preços crescentes no mercado internacional (inflação de *commodities*), dos quais a soja merece destaque (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 229).

Ou seja, é justamente essa política agrícola, voltada para a produção de *commodities* que oferece incentivos e créditos bancários para os grandes produtores em detrimento da produção de alimentos saudáveis e dos incentivos à produção camponesa, que foi denunciada pelas mulheres no 8 de março de 2006, quando da ocupação da fazenda da então Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul. Foi justamente nesse contexto que foram realizados os três últimos Congressos Nacionais do MST: IV Congresso Nacional, que ocorreu entre os dias 7 e 11 de agosto de 2000, onde participaram mais de onze mil delegados de vinte e três estados e cento e setenta convidados de organizações sociais de vinte e cinco países. Entre suas deliberações estavam: a intensificação da aliança entre o campo e a cidade, a discussão de gênero em todas as atividades do movimento, a luta contra o imperialismo representado por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a construção de uma nova estrutura social nos assentamentos rurais. O lema desse Congresso foi: “Por um Brasil sem latifúndio”; o V Congresso Nacional, que ocorreu entre os dias 11 e 15 de julho de 2007, cujo lema era “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”, e que contou com mais de quinze mil delegados de todas as regiões do país e foi o maior congresso camponês da América Latina até então (MST, 2014). Nesse Congresso foram debatidas as linhas políticas estratégicas do MST, “deixando entrever que o Movimento vislumbrava um projeto popular para a agricultura que atendesse as necessidades dos camponeses e da população brasileira e combate ao modelo das elites” (PEREIRA, 2015, p. 26). O VI Congresso Nacional, que ocorreu entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2014, teve como lema: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”. Nele estiveram presentes cerca de dezesseis mil delegados de 23 estados e do Distrito Federal e mais de duzentos convidados dos cinco continentes (MST, 2014). Esse último Congresso teve como marco a aprovação do Programa Agrário de Reforma Agrária Popular, a alternativa de reforma agrária defendida pelo MST e que vai muito além da distribuição de terras (PEREIRA, 2015; MST, 2014).

O programa agrário do MST ganha uma maior importância quando levamos em conta o contexto da expansão do agronegócio, da produção de *commodities* para exportação, de intensificação do uso de agrotóxico³⁰ e da intervenção de capitais estrangeiros na agricultura.

Segundo dados da Fiocruz, somente no ano de 2015, se tem o registro de mais 2344 pessoas intoxicadas por agrotóxicos em todo o país. Dessas, 1543 são homens e 793 são mulheres. O Espírito Santo, assim como o Rio

Nesse sentido, a proposta de reforma agrária defendida pelo MST tem como fundamento o seu caráter popular e a busca por outra forma de viver e produzir no campo, diferente do modelo imposto pelo agronegócio que é excludente, monocultor, que degrada o meio ambiente, aliado com o capital estrangeiro. O que o Programa da Reforma Agrária Popular, aprovado no VI Congresso Nacional do MST, propõe é a democratização do acesso e do uso das terras; a não privatização e a subordinação dos recursos naturais como a água e as florestas aos interesses de toda a população; a organização da produção agrícola de forma a produzir; a soberania alimentar e uma maior organização da produção agrícola de forma a produzir alimentos saudáveis para toda a população etc (MST, 2013).

Um dos princípios do MST desenvolvido ao longo dos anos é o trabalho coletivo e a organização de cooperativas sob controle dos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Pereira (2015, p. 23)

À medida que o MST foi se expandindo, os desafios foram aumentando, especialmente nas áreas da produção, educação e na formação política e ideológica, exigindo do movimento capacidade operativa e criatividade para buscar soluções. Referente à produção nos assentamentos, o problema encontrava-se no desenvolvimento econômico das áreas conquistadas. A falta de assistência técnica, acesso ao crédito, infraestruturas básicas nos assentamentos e apoio à comercialização, entre outros, incidiu na inovação de diversas experiências de cooperação agrícola, tais como: mutirão, associações, cooperativas, agroindústrias, etc. e mobilizações na perspectiva reivindicatória para o desenvolvimento social e econômico das famílias.

Ou seja, o trabalho coletivo, a cooperação e a auto-organização em todos os setores e áreas, foi a forma encontrada pelo Movimento de fazer frente aos desafios enfrentados de forma coletiva e organizada. Atualmente, com a aprovação da Lei 13.465 de 11/07/2017³¹, outro desafio enfrentado pelo MST é o risco de privatização das terras dos assentamentos. Essa lei busca conceder o título de propriedade privada para as terras das famílias assentadas que, possuindo esse título, poderão vender as terras, o que antes era proibido por lei, e até mesmo colocar seus lotes como garantia em operações bancárias. Além disso, conforme apontam Mafort e Reis (2018), essa aprovação tem causado efeitos diretos na vida das trabalhadoras rurais, uma vez que alguns homens que se separaram das companheiras e deixaram o lote para

Grande do Sul, está entre os estados com mais casos de intoxicação: foram 491 homens e 280 mulheres intoxicadas somente em 2017, representando 32,89% do total de pessoas intoxicadas. O Rio Grande do Sul apresenta 418 homens e 179 mulheres, representando 25,60%. Já em relação aos óbitos por intoxicação, o Espírito Santo mais uma vez lidera, no mesmo período foram 11 homens e 7 mulheres, representando 47,37% do total.

³¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm . Acesso em: 27/07/2018.

a mulher e os filhos agora estão exigindo que esse seja titulado e vendido e que o valor obtido seja dividido por dois. Ou seja, a conquista das mulheres de obter a titulação do lote também em seu nome e de permanecer com a posse em caso de separação, também está em risco. Para além disso, a titulação privada, junto com a falta de políticas públicas e de investimentos na pequena agricultura, pautas do governo Temer, podem causar uma reconcentração de terras e de renda à favor da burguesia, causando sérios danos à distribuição de terras realizada até então. As medidas adotadas por essa lei também atingem os indígenas e os quilombolas devido aos retrocessos na demarcação de terras e de reconhecimento desses territórios e incentivam a grilagem de terras (MAFORT; REIS, 2018). De fato,

São muitas as medidas dos golpistas que atingem as trabalhadoras do campo. Central destacar que o golpe tem um forte protagonismo dos ruralistas – do agronegócio e da mineração, contando com a maior bancada no Congresso Nacional. Citemos mais alguns exemplos: o projeto de lei — PL 6299/2002 do Veneno (em tramitação), que flexibiliza a legislação e controle atual; o bloqueio ao PL 6670/2016, que institui a PNARA – Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (em tramitação); mudanças no código da mineração; renegociação das dívidas do Funrural (cerca de R\$ 50 bilhões de Reais); o PL 4059/2012, que permite aquisição ilimitada de terras por estrangeiros (em tramitação); decreto de outubro de 2017, que isenta os ruralistas em 60% do pagamento de multas ambientais (R\$ 4,6 bilhões); prorrogação do prazo para adesão ao Refis, refinanciamento com descontos de até 99% aos ruralistas que devem cerca de R\$ 135 milhões para a União (MAFORT; REIS, 2018, p. 44)

Ou seja, nesse cenário de corte das políticas públicas e de retrocesso nas conquistas dos movimentos sociais, são muitos os desafios a serem enfrentados para a realização da Reforma Agrária, para a manutenção dos pequenos agricultores de forma digna no campo e para a conquista de melhores condições para as mulheres no campo, nesse sentido, o trabalho coletivo e a auto-organização se apresentam como essenciais para a continuidade da luta.

MST no Espírito Santo

Assim como a história do MST no Brasil, a história do MST no Espírito Santo é marcada por conflitos provenientes tanto da forma como a terra foi ocupada pelos portugueses desde o século XVI quanto da forma como se deu a ocupação posterior (por caboclos, por imigrantes europeus, índios ou quilombolas) e dos conflitos resultantes da disputa pelo território que se acirraram na década de 1950 e 1960, quando do avanço do capital estrangeiro aqui no estado (SOUZA, ET. AL., 2005). Assim, a trajetória do Movimento no estado está ligada à história e ao desenvolvimento do MST nacionalmente, mas apresenta particularidades às quais é necessário apontarmos. Para delinear essa trajetória de mais de trinta anos, nos baseamos

principalmente em duas obras: um Trabalho de Conclusão de Curso de Joselma Maria Pereira intitulado “O papel da organicidade para o MST: Uma análise a partir do Assentamento Vale da Esperança - Santa Teresa – ES”, defendido pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um capítulo do livro “A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade” intitulado “Entre Luta, Esperança e Utopia: A caminhada do MST no ES no período de 1985 a 2005”, escrito por Adelar João Pizetta e Ademilson Pereira Souza, ambos escritos por integrantes do MST/ES. Também utilizamos a obra de Vanda de Aguiar Valadão, intitulada “Assentamentos e Sem Terra: a importância do papel dos mediadores”, que trás um importante apanhado histórico da questão agrária e do surgimento do MST no estado.

De fato, o histórico da colonização do solo capixaba e o tipo de cultivo desenvolvido e a forma como a força de trabalho foi utilizada no século XIX e o conseguinte desenvolvimento do estado no início do século XX refletem diretamente na questão da falta de distribuição de terras e de expulsão da mão-de-obra do campo nas décadas finais do século XX, quando se inicia a construção do MST no Espírito Santo. Conforme aponta Valadão (1999), o desenvolvimento da agricultura capixaba se deu por meio da especialização em um único produto, o café. Além disso, a colonização e a expansão das áreas cafeicultoras se deram de forma diferente nas diversas regiões do estado. O Sul, próximo ao Vale do Paraíba, região forte na produção de café, contava com uma farta disponibilidade de terras férteis, o que atraiu um importante fluxo de fazendeiros dos estados do Rio de Janeiro e de Minas. Foi justamente esse movimento de deslocamento da fronteira agrícola que propiciou “o primeiro grande movimento de ocupação demográfica do interior sul-espírito-santense, motivado pela crescente elevação dos preços internacionais do café e atraído pela farta quantidade de terras incultas” (VALADÃO, 1999). Essa região passou a ser, nesse período, a principal produtora de café do estado, utilizando para isso mão-de-obra escrava.

Já a colonização da região sul se deu por meio da ocupação de imigrantes estrangeiros. Essa imigração foi patrocinada pelo estado, que tinha como objetivo a formação de pequenas propriedades rurais. Sendo assim, essa região também passou a ser produtora de café, mas com uma forte produção de subsistência. Segundo Valadão (1999), foi justamente a colonização dessa região em pequenos núcleos coloniais que permitiu um incremento das contas públicas estaduais, já que o café produzido, apesar de não ser em quantidades tão significativas como no sul, era escoado pelo porto de Vitória, ao contrário daquele, que era

escoado pelo complexo portuário do Rio de Janeiro.

Por sua vez, a colonização da região norte se deu de forma tardia, comparada com a das outras regiões. Até início do século XX, as terras localizadas ao norte do Rio Doce eram pouco exploradas. O processo de ocupação dessa região se deu de forma mais intensa a partir das décadas de 1920 e 1930 através de distintas formas de posse e de exploração da terra. Uma dessas formas era a exploração que se iniciava com a extração de madeira, para então passar para a lavoura temporária e depois o plantio de café. Uma outra forma se deu devido à baixa fertilidade do solo, onde se desenvolveu a pecuária extensiva de gado bovino, que passou a ganhar maior expressividade a partir da década de 1940 (VALADÃO, 1999).

Assim, no início do século XX, o Espírito Santo era um estado cujo principal produto era o café e que, além disso, teve o seu desenvolvimento norteado pela produção dessa cultura. Conforme aponta Valadão (1999), à medida que a cafeicultura foi sendo desenvolvida no estado, houve a promoção do desbravamento das florestas, o incremento da imigração e a fixação dos imigrantes europeus não-portugueses, a construção de estradas e de caminhos vicinais e o desenvolvimento da navegação à vapor e a implantação de um sistema ferroviário que permitisse o escoamento do produto. Entretanto, o início do século XX também demonstrou a fragilidade de se ter apenas um produto comercial exportado. As crises do café do começo desse século demonstraram a fragilidade da economia capixaba e a necessidade de se promover uma agricultura diversificada e que estivesse ligada a um setor industrial, que ainda precisava ser desenvolvido.

De fato, desde o final do século XIX já vinham sendo feitas várias tentativas de implementar um setor industrial apoiado pela agricultura que beneficiasse os produtos aqui produzidos, mas essas tentativas não foram bem sucedidas e, no início do século XX o café ainda era o principal produto comercial de exportação. Dessa forma, foram organizados vários empreendimentos por parte de vários governos, aliados à elite cafeicultora local, tendo em vista a superação dessa dependência e a implementação de um parque industrial. Durante o governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954), por exemplo, foi lançado o Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo, que teve como objetivo atacar os principais problemas de infraestrutura. Esse plano incluía a expansão da rede elétrica, a instalação de um parque carvoeiro, algumas obras infraestruturais, empreendimentos comerciais, industriais e portuários. Assim,

Contando com condições infraestruturais e estimuladas por uma política de

subsídios governamentais e de incentivos fiscais, empresas significativas foram instaladas, ampliadas ou modernizadas, com atuações em diferentes campos econômicos: Itapuã Calçados, Fábrica de Chocolates Garoto, Fábrica de Cimento Nassau, entre outras (VALADÃO, 1999, p. 44).

Apesar disso, ao final da década de 1950 e início da década de 1960, muito pouco das atividades industriais tinha peso sobre a arrecadação tributária do Espírito Santo. Além disso, o principal produto econômico continuava sendo o café, com expressivos 60% da produção agrícola. Nesse sentido, os anos de 1960 e 1970 foram decisivos para a reorientação do padrão de produção capixaba. Na verdade, a modernização pela qual o estado passou não é diferente da ocorrida no resto do país no mesmo período. Inclusive, os interesses das elites capixabas e das elites nacionais confluíam no sentido e nos moldes dessa modernização (VALADÃO, 1999).

Com a década de 1960 e com o golpe militar houve uma maior intervenção estatal no sentido de comandar a modernização. Assim, não houve uma reforma agrária com vistas a modificar o padrão da distribuição de terras, mas sim a atualização das forças produtivas via capital monopolista tendo por objetivo aumentar a produtividade e a eficiência do setor agrícola. Um dos principais instrumentos utilizados para isso, assim como ocorreu nacionalmente, foi a concessão de crédito subsidiado (VALADÃO, 1999). Conforme aponta Pizetta (1999), esse processo pelo qual passou o Espírito Santo esteve em consonância com o que vinha ocorrendo no resto do país, tendo sido ao mesmo tempo excludente e desigual. “Excludente porque ignorou, no processo de modernização, a ampla maioria dos pequenos agricultores e, ao invés de incluí-los nesse processo, acabou expulsando-os em proporções alarmantes” (PIZETTA, 1999, p. 82). Até finais da década de 1990, cerca de 40 milhões de pessoas haviam sido expulsas do campo. E desigual “porque priorizou algumas regiões do país em detrimento de outras, e alguns produtos voltados para a exportação, em detrimento do abastecimento interno” (PIZETTA, 1999, p. 82). Conforme aponta Valadão (1999, p. 47),

Promover um processo de transformação com vistas a sua integração à dinâmica industrial de produção mediante a implantação e consolidação de complexos agroindustriais capazes de influir sobre os demais setores da área agrícola, forçando a sua modernização. Em linhas gerais, este seria um resumo adequado das diretrizes transformadoras que condicionaram e dirigiram o processo de mudança do padrão produtivo da agricultura capixaba, especialmente modelar na região norte do Estado.

Nesse sentido, uma das medidas adotadas pelo governo local em consonância com o que vinha sendo feito a nível nacional, foi a erradicação dos cafezais. Essa iniciativa tinha como objetivo erradicar os cafezais antieconômicos e aumentar a quantidade de áreas disponíveis para o cultivo de alimentos. Desde 1962 que essa medida havia sido implantada, tendo

chegado ao Espírito Santo somente no seu segundo período, em 1966/67, quando, graças a um exitoso processo de incentivo e indenização, todas as metas de erradicação foram batidas. Segundo Valadão (1999, p. 48):

Entre 1966/67 foram destruídos, no Brasil, mais de 655 milhões de pés liberados e 674 mil hectares de terra. Cerca de 35% desses totais (235 milhões de pés e 293 mil hectares) corresponderam à contribuição capixaba, ou seja, o Espírito Santo foi o estado relativamente mais atingido pela política de erradicação, superando em mais de duas vezes a cota estabelecida para ele.

Com a erradicação do café veio também a decadência dessa cultura e a necessidade de se buscar alternativas para a implementação da economia. Nesse caso, a saída encontrada foi através da industrialização, e a postura dos governos e das elites locais, alinhados ao projeto nacional, foi de incentivo à implantação de projetos de impacto voltados para a produção industrial de produtos semi-elaborados para exportação. Seguindo esse direcionamento, foi planejada a construção de complexos siderúrgicos, navais e portuários (apenas o naval não foi concretizado), além disso, nos anos 1970 e 1980 foram implantados vários desses grandes projetos, como a inauguração em 1978 da empresa Aracruz Celulose, a implantação do Projeto Proálcool, implementado nos anos 1980 aqui no estado, quando já estava implementado no plano nacional. Além disso, o governo ofereceu crédito subsidiado para incentivar o investimento e a produção de matérias primas para esses setores, o que significou o incentivo ao plantio de eucalipto e de cana de açúcar (VALADÃO, 1999).

Na época da pesquisa realizada por Valadão (1999), 95% da área plantada de eucalipto estava localizada na região litoral norte do estado, sendo as empresas Aracruz Florestal e Floresta Rio Doce donas de 85% da área de plantio. Além disso, um dos primeiros efeitos da implementação do Programa Proálcool no Espírito Santo foi justamente a concessão de crédito agrícola para a produção de cana-de-açúcar em detrimento da produção alimentar também no norte do estado. Os impactos ambientais e sociais desses empreendimentos foram enormes. Segundo Valadão (1999, p. 57):

Sem que tivesse havido, paralela a esse desenvolvimento e a essa estratégia de industrialização e modernização da agricultura, a acomodação progressiva e sustentada de suas inevitáveis consequências, a configuração dos fatores sociais, humanos e ambientais foi alterada para pior. A concentração de terras, a expulsão de pequenos proprietários e grupos indígenas de suas terras, a transformação qualitativa do emprego rural e das relações de trabalho no campo, a devastação de importantes reservas da mata atlântica, os problemas causados por culturas homogêneas para o solo e o meio ambiente (poluição das águas causada pelo cozimento da madeira, por exemplo), são algumas das consequências de forte impacto social e ambiental causadas pela presença desses grandes empreendimentos.

Assim, a modernização da agricultura capixaba seguiu os moldes da modernização

conservadora da agricultura em nível nacional. Após a erradicação dos cafezais não houve, de fato, uma maior disponibilidade de terras para os pequenos agricultores e a produção de alimentos. O que se deu foi a manutenção do grande latifúndio com inovações tecnológicas que significaram a utilização de equipamentos agrícolas mais modernos e de insumos químicos. Boa parte da mão-de-obra do campo passou a estar disponível, o que significou também um crescente êxodo rural nesse período. Um exemplo dessa modernização é a volta da expansão da cafeicultura na década de 1970, após a erradicação dos cafezais, incentivada pelo Plano Trienal de Renovação e Revigoração de Cafezais (vigente entre os anos de 1972/75), que se deu com um maior investimento na infraestrutura, com a utilização de insumos industriais que passa a gerar emprego, mas em níveis significativamente inferiores em relação ao período anterior (VALADÃO, 1999).

Assim, o MST no Espírito Santo tem origem no ano de 1985, como fruto de um processo de luta pela terra que já vinha sendo desenvolvida desde os anos anteriores. Como explicitado anteriormente, a luta pela terra e por melhores condições de trabalho e de vida no campo sempre esteve presente na história do campesinato brasileiro (MAESTRI, 2012; IANNI, 2012), não sendo diferente no Espírito Santo. Desde o final dos anos 1970, ainda no período da ditadura militar, houve uma mobilização em torno da luta pela terra organizada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, segundo Pizetta e Souza (2005) constituíam um importante espaço organizado pela Igreja Católica que, à luz da Bíblia, buscava entender qual o projeto de Deus para os homens e o projeto que estava sendo colocado em prática e o que poderia ser feito para melhorar a situação. Desta feita,

Desenvolveu-se aí uma pedagogia que propiciava o estudo da realidade por meio das experiências individuais e coletivas. Principalmente à luz da Bíblia, confrontavam-se dois projetos: o dos homens (realidade) e o de Deus (Bíblia), e buscava-se entender o que de errado estava acontecendo e o que deveria ser feito para que o projeto de Deus estivesse de acordo como projeto da vida (PIZETTA; SOUZA, 2005, p. 74).

Essa reflexão feita tanto pelas CEBs quanto pela CPT teve como consequência a conscientização política e despertou a identidade dessa população camponesa excluída enquanto sem-terra, assim como convenceu outros segmentos sociais da importância da luta pela reforma agrária como uma forma de combater os efeitos da concentração fundiária, ou seja, a desigualdade social e a existência de milhares de famílias espalhadas por todo o Espírito Santo e por todo o Brasil sem a posse da terra e de condições dignas de sobrevivência (PIZETTA; SOUZA, 2005; PEREIRA, 2005). A CPT iniciou, em 1977, um trabalho de

formação do movimento de oposição sindical no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, quando promoveu um “intenso debate e questionando as diretorias sindicais, tirando-as das mãos dos pelegos” (PEREIRA, 2005, p. 44-45).

Conforme apontam Pizetta e Souza (2005), na década de 1970 foram expulsos quase 147 mil trabalhadores do campo no Espírito Santo, além disso, nesse mesmo período, mais de 11 mil pequenas propriedades deixaram de existir, o que significa que houve um aumento da concentração de terra e incremento populacional de 79,15% nas cidades. Assim, como reflexo dessa realidade e fruto dessa conscientização protagonizada pelas CEBs e pela CPT, se concretizando o processo de formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), entre 1977 e 1983 as oposições sindicais foram vitoriosas nos municípios de Colatina, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha, Linhares, Nova Venécia, Pancas e São Mateus. Esses sindicalistas passaram a participar dos Congressos e Encontros Nacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde passaram a entrar em contato com lideranças Sem Terra, principalmente do Sul do País.

Como resultado desse processo de organização e luta, no ano de 1983 no bairro Pé Sujo, atualmente Vila Nova, em São Mateus, surgiu o primeiro grupo de Sem Terra (PIZETTA; SOUZA, 2005; PEREIRA, 2015). Assim, segundo Pereira (2005, p. 45)

O trabalho de acompanhamento a esse grupo era realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mateus e por padres ligados à pastoral social da igreja católica. Nesse mesmo ano, em diversos municípios da região norte, outros grupos de famílias de trabalhadores rurais foram sendo organizados pelos novos sindicatos. Nos municípios onde não havia sindicatos com diretoria autêntica, as mediações com os trabalhadores eram feitas pela CPT. O objetivo desses grupos era, através de negociações com o Governo do Estado, assegurar a conquista da terra.

Pizetta e Souza (2005) dividem a história do MST no Espírito Santo em seis períodos distintos. O primeiro período, “A Terra Negociada”, que vai de 1983 a 1985. O segundo período, que vai de 1985 a 1988, denominado “O Esgotamento da Estratégia Anterior e a Implantação do MST/ES”. O terceiro período, denominado “O Imprevisto: conflito, repressão e refluxo”, que vai de 1989 a 1991. O quarto período, chamado Resistindo à Violência: Novos Aliados, Novas Lutas, vai de 1992 a 1994. O quinto período, denominado “Solidificação do MST”, começa em 1995 e termina em 2002. E o sexto período, chamado “A expectativa frustrada: a reforma agrária no governo Lula 2003 a 2005”. Dessa forma, o primeiro período, denominado A Terra Negociada, que vai de 1983 a 1985, é justamente esse momento quando a luta pela terra era caracterizada principalmente pelo trabalho de conscientização

desenvolvido por essas entidades da Igreja Católica e pela conquista de alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A forma de luta pela terra protagonizada por essas entidades se dava por meio da negociação com o governo, geralmente através de abaixo-assinados encaminhados geralmente ao Governo do Estado. Desse período e dessa forma de luta são fruto os Assentamentos de Córrego de Areia (o primeiro do estado, criado em 13 de setembro de 1984), onde foram Assentadas 31 famílias, o Assentamento Córrego da Onça, onde foram assentadas 9 famílias e o Assentamento São Roque, onde foram assentadas 10 famílias, todos no município de Jaguaré, beneficiando ao todo 49 famílias (PIZETTA; SOUZA, 2005; PEREIRA, 2015).

O segundo período é o da implementação, de fato, do MST no Espírito Santo, ao qual Pizetta e Souza (2005) denominam de “O esgotamento da estratégia anterior e a implantação do MST”, significa justamente esse momento em que a estratégia de conquista da terra por meio de negociação começa a se esgotar. Sobre esse período de implementação do MST no Espírito Santo, Pizetta e Souza (2005, p.80, grifo dos autores) afirmam:

A identidade coletiva que os transformou em sujeitos de processos também coletivos - o caso da conquista coletiva da terra - não foi resultante apenas das condições objetivas do norte do Espírito Santo, mas também de encontros, estudos, reflexões, celebrações, negociações, que desempenharam um papel importante na formação de indivíduos e que resultaram em lutas concretas pela posse da terra. Da articulação de ambas - *conscientização e lutas* - implanta-se, em 1985, o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST* - no estado do Espírito Santo, como articulação autônoma de trabalhadores rurais. Autônoma, mas com forte vínculo e relação, não sem conflitos, principalmente com setores sindicais dos trabalhadores rurais.

Do I Congresso Nacional do MST, que aconteceu em 1985, participaram várias lideranças do movimento sindical, das CEBs e da CPT daqui do estado, entre eles os sindicalistas Silvio Manoel dos Santos do STR de Linhares e José Rainha Júnior do STR de Linhares, que compuseram a 1º Coordenação Nacional do MST. Foi nesse Congresso que ficou definida a ocupação como principal estratégia de luta pela terra e pela reforma agrária. Foi a partir da participação dessas lideranças nesse Congresso que se organizou, em abril de 1985, um encontro onde se definiu a criação do MST no Espírito Santo. Ao final desse encontro que criou o MST em 1985 o MST apresentou uma série de reivindicações como a entrega de 30.000 hectares devolutos às famílias de trabalhadores rurais, a desapropriação imediata de 59.000 hectares de terras da Floresta Rio Doce S/A (subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, que naquela época ainda era uma estatal), divulgação dos recursos do Fundo Fundiário do Estado para aplicação nos assentamentos e nas famílias dos lavradores e a assistência às

famílias assentadas na forma de uma infraestrutura e a liberdade dos assentados poderem escolher o que produzir na terra (PIZETTA; SOUZA, 2005).

Nesse período ainda existiam divergências acerca da forma como deveria ser realizada a luta, se continuava a ser feita de forma negociada, como vinham fazendo a CPT as CEBs e os STR ou se iriam de fato utilizar a tática de ocupações do MST. De fato, ainda através do processo de negociação foram criados no ano de 1985 e início de 1986 mais seis Assentamentos: Rio Preto e Rio Itaúnas, Bela Vista, Córrego do Balão, Nova Venécia e Onze de Agosto. Entretanto, tendo-se em vista a decisão política de se implantar o MST no Espírito Santo, no dia 27 de outubro de 1985 aconteceu, após meses de trabalho de base e de articulação das famílias Sem Terra, a primeira grande ocupação do MST no estado, onde participaram aproximadamente 300 famílias. Foi a ocupação da Fazenda Georgina, localizada no distrito de Nestor Gomes no município de São Mateus (PIZETTA; SOUZA, 2005, PEREIRA, 2015). Dessa ocupação foram conquistados os Assentamentos Vale da Vitória (39 famílias), Georgina (80 famílias), Pratinha (17 famílias) e Pontal do Jundiá (49 famílias), todos localizados no município de São Mateus (PEREIRA, 2015). Além dessas conquistas, houveram outras ocupações e a conquista de outros acampamentos, como por exemplo a ocupação de um minifúndio improdutivo, ainda em 1986, em uma área da Floresta Rio Doce também em São Mateus, que, aliada à ocupação da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultou na conquista de mais três Assentamentos: Juerana e Rio Quartel em Linhares e o Pip-Nuk, em Nova Venécia.

Essas conquistas não foram alcançadas sem repressão, todas as ocupações ocorreram com o enfrentamento das famílias acampadas com o despejo da polícia e com os fazendeiros. Além disso, e seguindo também uma conjuntura nacional, em 1986 foi criada a União Democrática Ruralista (UDR) no Espírito Santo, que tinha como prática contratar pistoleiros que atuavam junto com a Polícia Militar e com o Poder Judiciário na tentativa de impedir as ocupações de terra. De fato, no início do ano de 1988, no dia 05 de fevereiro, foi assassinado o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Pancas. Apesar disso, nesse período a luta pela conquista de terra e as ocupações continuaram, inclusive com uma grande ocupação no mês de setembro na área da Acesita Energética na qual participaram aproximadamente 550 famílias, a maior ocupação do estado até então. O ano de 1988 também foi marcante, uma vez que significou um salto na própria organização interna do Movimento, que criou uma Executiva Estadual, responsável pelos setores de atividades do MST e a Coordenação

Estadual, composta por membros escolhidos nos Assentamentos.

O início do terceiro período, que vai de 1989 a 1991, denominado por Pizetta e Souza (2005) de “O imprevisto: conflito, repressão e refluxo”, é marcado por um acontecimento que marcou os passos seguintes do Movimento no Espírito Santo. Na madrugada do dia 03 de junho de 1989, na quinta ocupação do MST aqui no estado na Fazenda Ipuera, um grupo composto por 100 famílias foi surpreendido por policiais que impediram a ocupação, prenderam algumas das lideranças que, segundo Pizetta e Souza (2005, p. 94) “foram interrogadas, reprimidas, torturadas”. Um outro grupo, de aproximadamente 50 famílias que tinham chegado antes ao local, ficou esperando o restante do grupo já na fazenda. Na madrugada do dia 05 de junho, o proprietário, junto com um policial P2 e meia dúzia de pistoleiros se dirigiram à fazenda. Houve um confronto com troca de tiros que resultou no ferimento do proprietário da fazenda, José Machado, e na morte do policial, Sérgio Narciso (PIZETTA; SOUZA, 2005, PEREIRA, 2015).

Esse episódio, ainda segundo Pizetta e Souza (2005), desencadeou uma série de repressões e de perseguições. Várias lideranças do Movimento foram ameaçadas e algumas inclusive tiveram que deixar o estado. Além disso, houve também a perseguição e inclusive o assassinato de líderes sindicais e religiosos:

Em julho [de 1989], Paulo Damião Tristão, de apelido “Purinha”, tesoureiro do PT em Linhares, foi assassinado. Um mês depois, o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Montanha, Verino Sossai, também foi assassinado. Em setembro, foi emboscado e morto Valdício Barbosa dos Santos, membro da igreja católica e animador da comunidade eclesial de Pedro Canário. Outras lideranças do MST, CPT e sindicatos rurais foram ameaçadas de morte e, para garantir suas vidas, foram afastados da região (PEREIRA, 2015 p. 49).

Essa onda de violência e repressão protagonizada pela UDR em aliança com a Polícia Militar e com o Poder Judiciário, dificultou a ação do MST na forma de novas ocupações, que só foram ocorrer novamente a partir do dia 22 de julho de 1990, com a ocupação da fazenda da Floresta Rio Doce por aproximadamente 80 famílias. Dessa ocupação resultaram dois assentamentos no município de Ecoporanga, o 22 de Julho e o Bom Jesus (PIZETTA; SOUZA, 2005). Mesmo assim, no fim desse terceiro período, o MST conquistou 8 assentamentos, totalizando 172 famílias assentadas (PEREIRA, 2015).

Foi também nesse terceiro período que aconteceu a primeira tentativa de expansão do MST para o Sul do estado. Foi justamente a repressão à luta pela terra na região Norte que fez com que o Movimento adotasse como estratégia a expansão para o Sul, tanto que, no dia 20 de

maio de 1991, houve uma tentativa de ocupação com mais de 100 famílias na fazenda Caxeta, no município de Presidente Kennedy. Essa ocupação, também devido à repressão policial, não foi bem sucedida. Além disso, segundo Pizetta e Souza (2005, p. 101), durante a ação da polícia uma militante do MST do Ceará que estava contribuindo com o MST do Espírito Santo foi “sequestrada, torturada e violentada a principal liderança do MST na região, com tal brutalidade, que, mais tarde, ela passou a ter problemas de saúde”. A expansão para o Sul do estado só ocorreu, de fato, no ano de 1996.

O quarto período, que vai de 1992 a 1994, denominado “Resistindo à Violência: novos aliados, novas lutas”, foi o período em que o MST passou a se reorganizar para continuar com as ocupações, mesmo com a ofensiva dos latifundiários. No dia 1º de agosto de 1992, foi realizada a primeira ocupação de grande porte após o ocorrido na Fazenda Ipuera em 1989. Essa ocupação, que contou com mais de 250 famílias, aconteceu no município de Conceição da Barra e marcou também uma nova fase na articulação do Movimento com outros setores da sociedade, principalmente o sindical. Houve a reintegração de posse e, em resposta a isso, mas de 60 Sem Terra montaram acampamento na capital, Vitória. Segundo Pizetta e Souza (2005, p. 106):

Esse foi um episódio marcante na trajetória do MST. O fato de os Sem Terra estarem ali, numa praça central da Capital próximo à sede do Governo, se transformou em denúncia, em alerta e a sociedade da Grande Vitória se deu conta da gravidade da situação. Inúmeras palestras foram realizadas nas escolas, nas comunidades, nos grupos de jovens, com o objetivo de se discutir a situação dos Sem Terra, a Reforma Agrária e os empasses com os órgãos responsáveis pela sua implementação.

Outro acontecimento que marcou esse período foi a criação do Fórum Campo-Cidade em junho de 1993. Esse Fórum representou uma articulação mais direta com as entidades, pastorais, movimentos e sindicatos do MST com o meio urbano e que tinha por objetivo fortalecer a luta pela Reforma Agrária no Espírito Santo. Como fruto dessa articulação entre campo e cidade, no dia 21 de fevereiro de 1994, dez anos após a conquista do primeiro Assentamento do MST no ES, foi realizada a ocupação da Fazenda São Sebastião, no município de Pinheiros. Essa ocupação, que contou com a participação de mais de 300 famílias, foi marcada pela ação repressiva por parte da Polícia Militar (PIZETTA; SOUZA, 2005). Esse período, de recesso da luta pela terra no Espírito Santo, significou a conquista de apenas uma área e o assentamento de apenas 7 famílias.

Já o quinto período, que vai de 1995 a 2002, é denominado “A solidificação e expansão do MST” justamente porque nesse período o Movimento avançou na luta e na conquista da terra

e consolidou a aliança que vinha sendo construída desde o período anterior como o Fórum Campo-Cidade de setores sindicais como a CUT. Nesse período, foram conquistados 22 novos assentamentos, totalizando 1.440 famílias assentadas (PEREIRA, 2015). Assim, foram várias as conquistas realizadas nesse período, mas merece destaque a ocupação realizada na fazenda Boa Vista, no município de Conceição da Barra, da qual participaram por volta de 350 famílias. Essa ocupação, fruto da articulação com o Fórum Campo-Cidade, foi considerada a maior ocupação até então no Espírito Santo, não só pelo número de famílias participantes como também pela capacidade de resistência: foram quase sete meses resistindo na área, de 7 de outubro de 1996 a 15 de abril de 1997. Além disso, em 1996, cinco anos após a primeira tentativa frustrada de expansão para o Sul do estado, no dia 5 de dezembro, 50 famílias provenientes do acampamento Boa Vista ocuparam a fazenda Santa Rita, que já estava em processo de desapropriação pelo INCRA, no município de Bom Jesus do Norte (PIZETTA; SOUZA, 2005).

Em 1997 aconteceram outras grandes ocupações. Uma no município de Pinheiros, no dia 16 de abril, quando participaram 630 famílias, sendo 400 novas e 230 remanescentes do acampamento Boa Vista. Esse acampamento deu origem ao Assentamento 17 de Abril, que homenageia os 19 Sem Terras que foram assassinados em Eldorado dos Carajás no dia 17 de abril de 1997. No dia 9 de outubro houve uma grande investida do Movimento quando mais de mil famílias ocuparam ao mesmo tempo as fazendas Aliança (em Linhares, por 350 famílias), Santos Dumont (em Barra de São Francisco) e a fazenda Novo Horizonte (em Mucuri, por 450 famílias) (PIZETTA; SOUZA, 2005). É também nesse período que se deu o crescimento da capacidade de mobilização do MST, as ocupações e o número de famílias participantes aumentou. Até 1995 haviam sido assentadas 819 famílias, já nos anos 1996 e 1997 foram assentadas 730. Além disso, foi nesse período que houve a expansão para outras regiões do estado.

Os Assentamentos nos quais fizemos a nossa pesquisa de campo, o Vale da Esperança e o Florestan Fernandes, foram conquistados nesse período. A ocupação que resultou no Vale da Esperança aconteceu na madrugada do dia 07 de outubro de 1996, quando cerca de 350 famílias do Norte do estado ocuparam a fazenda Boa Vista, no município de Conceição da Barra. Já o Assentamento Florestan Fernandes, no qual foi realizado o outro grupo focal, é fruto da ocupação que aconteceu do dia 21 de janeiro de 2001, na fazenda Castelo I e II, no município de Guaçuí (PIZETTA; SOUZA, 2005).

O sexto e último período demarcado por Pizzeta e Souza (2005) vai do ano de 2003 a 2005 trata da reforma agrária no Governo Lula, período que é estendido por Pereira (2015) até o ano de 2015, já no governo Dilma. A análise feita por esses autores considera o governo Lula como uma continuação do governo Fernando Henrique Cardoso, pelo menos do ponto de vista da reforma agrária. Assim, a luta do MST pela reforma agrária continuou e nesse período foram realizadas várias ações importantes. Conforme avaliou Pereira:

Já se foram três décadas de existência do MST no Espírito Santo, as lutas e resistência resultaram na conquista de 63 assentamentos, beneficiando diretamente mais de 2.760 famílias, presente em 26 municípios capixabas. A criação de assentamentos de reforma agrária representa o esforço coletivo de famílias que se articulam e lutam para a conquista de terra e de melhores condições de vida. A terra representa a base essencial para outras conquistas. As famílias assentadas (re)constroem sua identidade camponesa através do trabalho familiar e da organização social (PEREIRA, 2015, p. 51).

Atualmente podemos falar de uma nova fase da luta pela reforma agrária, não só no Espírito Santo como no Brasil como um todo, e que tem início com o governo Temer. Desde então, foram realizadas várias medidas tendo em vista a não realização da reforma agrária. Os cortes orçamentários que já vinham acontecendo se aprofundaram, inclusive o orçamento destinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao INCRA, órgãos responsáveis pela execução de programas agrários, além disso, foi aprovada a lei número 13.465 de 2017, que além de permitir a titulação privada dos lotes de terra dos assentados também flexibiliza as regras para a regularização fundiária, incentivando a grilagem.

A luta do MST no Espírito Santo é, assim, um reflexo da situação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, da concentração fundiária, da expansão do monocultivo e do capital estrangeiro no estado. O MST está presente no Espírito Santo desde o ano de 1985, com um histórico de conquistas e de lutas que se expressa nos 63 Assentamentos de Reforma Agrária, tal como se pode verificar no Anexo I, e nos vários acampamentos que seguem na luta pela terra mesmo em um cenário de retrocesso para a política de Reforma Agrária que se expressa também na forma da Lei 13.465 de 11 de julho de 2017. Dessa forma, além de representar a luta contra o latifúndio e agronegócio, o Movimento também representa a luta pela reforma agrária que vai para além da conquista da terra, pela garantia de vida digna no campo, pela preservação dos recursos naturais, pela produção de alimentos saudáveis, a luta pela participação igualitária de homens e mulheres e pelo fim da violência contra a mulher,

Nesse histórico do MST no Espírito Santo montado pelos autores, principalmente Pizetta e Souza (2005), a luta das mulheres aparece de forma pontual. Em todas as ocupações, quando

se aponta o número de famílias, se fala também das mulheres que estiveram presentes nas ocupações, que sofreram despejos e que resistiram até a conquista da terra e que continuaram resistindo mesmo após isso. Além disso, o Movimento tem como orientação a participação das mulheres de forma igualitária com os homens nas várias instâncias políticas e de deliberações, isso inclui os acampamentos. Um exemplo disso é o grupo de mulheres do Assentamento Vale da Esperança. Atualmente elas estão organizadas em torno da produção com a Agroindústria Camponesas, mas o histórico de auto-organização dessas mulheres remonta desde a época do acampamento³².

Pizetta e Souza (2005) também destacam algumas das ações e lutas realizadas ao longo dos anos pelas mulheres nos 08 de março, como é o exemplo do acampamento realizado do dia 05 ao dia 08 de março de 2001, o Acampamento de Mulheres que aconteceu em Vitória e reuniu mulheres do campo e da cidade para discutirem demandas específicas e também para lutarem pela reforma agrária. Outra realização importante da luta das mulheres no Espírito Santo foi a realização, nos dias 06 a 09 de março de 2003, do I Encontro de Mulheres da Via Campesina, que aconteceu no município de São Mateus e contou com a participação de mulheres representantes dos índios Tupiniquins e Guaranis, das comunidades quilombolas e camponesas. Ao final desse Encontro foi feita uma marcha em São Mateus, quando as mulheres paralisaram por mais de uma hora na BR 101 as carretas que transportavam eucalipto para a Aracruz Celulose (PIZETTA; SOUZA, 2005).

Figura 5 - Foto da ação das mulheres do MST e de outros movimentos sociais no dia 08 de março de 2018

³² Essa é uma informação disponível graças à pesquisa de campo, discutida com mais profundidade no Capítulo 3.



Fonte: <http://www.mst.org.br/2018/03/08/mulheres-ocupam-jornal-o-globo-em-defesa-da-democracia.html>

Essa figura (Figura 1Figura 5), também retirada do site do MST, mostra uma das ações ocorridas no 8 de março de 2018, quando mulheres do MST e de outros movimentos sociais ocuparam a sede do Jornal O Globo, no Rio de Janeiro. Paralela a essa ação ocorreram várias em todas as regiões do país denunciando o uso de agrotóxicos, a venda de recursos naturais para o capital estrangeiro e a manipulação midiática. Ou seja, a pauta das lutas das mulheres do MST parte de condições concretas vivenciadas cotidianamente no campo e que são reflexos de uma conjuntura maior. Essas condições são reflexo da forma como o Brasil está inserido na divisão internacional do trabalho e da forma como expropriação de terra e o trabalho na América Latina foram e seguem sendo essenciais para a acumulação capitalista. Desenvolvimento e subdesenvolvimento enquanto faces a mesma moeda. Nesse sentido, nos propomos a apresentar, no próximo capítulo, uma problematização teórica acerca do papel da trabalhadora rural no capitalismo dependente para a acumulação capitalista, tendo como objetivo compreender o lugar ocupado pelas mulheres do MST.

CAPÍTULO 2

A TRABALHADORA RURAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar a situação da mulher rural no capitalismo dependente, buscando entender como o intercâmbio desigual e os mecanismos de compensação adotados pelas economias dependentes incidem sobre a vida das trabalhadoras rurais brasileiras. Nesse sentido, para compreender a situação da trabalhadora rural no Brasil atualmente, precisamos levar em conta que as relações de produção e reprodução da força de trabalho, de consumo e de vivência no campo são fruto de um processo histórico marcado por dominações e resistências. Precisamos, também, fazer um breve apanhado sobre a forma de inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho e do papel central desempenhado pela terra pelo trabalho³³ tanto na época do capitalismo monopolista quanto no capitalismo em sua fase superior. Assim, consideramos que a inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho foi definida desde a colônia, tendo como central a terra e o trabalho (TRASPADINI, 2016). Hoje em dia podemos falar sobre a marginalização dos trabalhadores rurais frente ao avanço do monopólio do agronegócio (BARTRA, 2006), mas para isso precisamos ter a clareza de que isto é fruto de um processo mais amplo. Para tanto, é importante demarcar que, nosso olhar sobre a América Latina de ontem e de hoje tem como referência principal a Teoria Marxista da Dependência³⁴, o que nos permite outro olhar sobre a realidade das trabalhadoras rurais brasileiras.

³³ Ao colocar terra e trabalho como categorias centrais para a exploração e subordinação da América Latina, não desconsideramos o trabalho como categoria central em Marx (1989), através do qual o homem modifica a natureza, inclusive a terra, e produz valor. Segundo Marx: “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1989, p. 297).

³⁴ É importante destacar que a Escola da Dependência possuía desde o início duas vertentes: a marxista, representada por teóricos como Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Algustín Cueva e a vertente weberiana, schumpeteriana e capitalista, representada por Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto. A corrente marxista, utilizando do método materialista histórico dialético e da teoria do desenvolvimento do imperialismo, explicavam o caráter permanente do capitalismo desigual, destacando este caráter como fundamental para a manutenção do modo de produção capitalista. Já a corrente capitalista defendia que o problema do atraso da América Latina era interno e não externo, estando ligado diretamente à forma conservadora como a burguesia nacional atuava no mercado (TRASPADINI; STEDILE, 2011).

A inserção da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho: acumulação primitiva, terra e trabalho

O que ainda não foi reconhecido é que a caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno. Isso porque o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado, em uma época na qual a comunidade camponesa já começava a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social (FEDERICI, 2017, p. 294).

Acreditamos que não há a separação entre a acumulação primitiva e a questão de gênero. Conforme destaca Federici (2017) em sua obra *Calibã e a Bruxa*, a forma como se desenvolveu o capitalismo, tanto na Europa como nas colônias, esteve intimamente ligada à sujeição das mulheres. Ou seja, houve uma reconfiguração do papel das mulheres na passagem da Idade Média para a Moderna que se deu juntamente com a transição para o capitalismo e que foi necessária na medida em que foi se formando a classe de trabalhadores assalariados livres (por meio da expropriação das terras e do rompimento dos laços de servidão medievais), destituídos dos meios de produção. Como destaca a autora:

A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução estatal. Neste sentido, de um modo similar ao ataque contemporâneo à cultura popular e ao “Grande Internamento” de pobres e vagabundos em hospícios e *workhouses* [casas de trabalho], a caça às bruxas foi um elemento essencial da acumulação primitiva e da “transição” ao capitalismo (FEDERICI, 2017, p. 294).

Na Europa e nas Colônias a sujeição das mulheres foi fundamental como parte do processo de acumulação primitiva e de (con)formação da classe trabalhadora, entretanto, nas colônias ela foi fundamental também para uma maior exploração dos escravos e dos nativos. Conforme aponta Federici (2017):

Na Europa, a coação de mulheres à procriação havia levado à imposição da pena de morte pelo uso de contraceptivos. Nas *plantations*, onde os escravos estavam se transformando em uma mercadoria valiosa, a mudança para uma política de criação tornou as mulheres mais vulneráveis aos ataques sexuais, embora tenha levado a certas “melhorias” nas suas condições de trabalho: foram reduzidas as horas de trabalho, construíram-se casas de parto, ofereceram-se parteiras para assistirem o

parto, expandiram-se os direitos sociais, por exemplo, de viagem e de reunião³⁵ (FEDERICI, 2017, p. 224).

Essa sujeição dos corpos das escravas à procriação foi um meio encontrado pelos donos de escravos de controlar a reprodução de acordo com as necessidades de trabalho, no entanto essa foi uma prática que se tornou sistemática após a abolição do tráfico negreiro em 1807 através da primeira lei de abolição do comércio de escravos no Caribe e nos Estados Unidos e em 1831 no Brasil. Como retrata Angela Davis (2016), nas décadas que antecederam a guerra civil nos Estados Unidos, as mulheres negras passaram a serem avaliadas pela sua fertilidade (ou falta dela): “aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro” (DAVIS, 2016, p. 19). Isso não significava, segundo a autora, que essas mulheres tivessem um status ou uma condição melhor do que aquelas designadas ao trabalho doméstico ou no campo, na verdade, essas eram vistas apenas como instrumentos que garantiam a reprodução da força de trabalho escrava, “eram ‘reprodutoras’ – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de se multiplicar³⁶” (DAVIS, 2016, p.19).

Na verdade, as diferenças de gênero e de raça que prevaleceram no “Novo Mundo” remontam desde a chegada dos colonizadores, que trouxeram na bagagem toda a discriminação do “Velho Mundo”. Temos como exemplo casos como o do Peru e do México, onde o incentivo ao trabalho feminino doméstico se deu por conta do declínio populacional. Diante disso, foi instituída uma nova hierarquia sexual pelas autoridades espanholas, na qual os homens e os maridos passaram a ter o controle sobre as mulheres, que perderam a sua autonomia perante os seus familiares masculinos. “Sob as novas leis, as mulheres casadas tornaram-se propriedade dos homens e foram forçadas (contra o costume tradicional) a seguirem seus maridos às casas deles” (FEDERICI, 2017, p. 220). Além disso, os espanhóis criaram um sistema que colocava as crianças sob autoridade dos homens e estabeleceram leis que afirmavam que ninguém poderia separar marido e mulher, forçando assim as mulheres a seguirem seus maridos, mesmo quando esses iam trabalhar sob o regime de *mita*³⁷, elas

³⁵ Apesar de citar essas “melhorias”, Federici (2017) argumenta logo após que essas não eram capazes de reduzir os danos causados às mulheres pelo trabalho nos campos e nem a amargura causada pela falta de liberdade.

³⁶ Um ano depois da interrupção de importação de escravos, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas fêmeas não tinham quaisquer exigências legais sobre os seus filhos. Consequentemente, de acordo com esta decisão, as crianças podiam ser vendidas para longe das suas mães a qualquer idade porque as crianças escravas estavam no mesmo nível que os outros animais (DAVIS, 2017, p. 20).

³⁷ “Nas primeiras épocas da colônia, foram intensamente usadas formas de exploração do trabalho que não separavam definitivamente o índio de suas comunidades: *mita* (Peru), *concierto* (Colômbia), *cuatéquitl* (México) – na verdade, todos estes nomes não passavam de denominações locais do *repartimiento de índios*” (CARDOSO, 1985, p. 49).

querendo ou não (*ibidem*, 2017). Assim como foram necessários séculos de caça às bruxas para a subjugação do corpo feminino, também foi necessário que nas colônias se implementassem normas, leis e práticas que controlassem a reprodução e a produção dos corpos femininos para o pleno desenvolvimento do capitalismo. Além disso, também foi instituída nas Colônias uma caça às bruxas que inicialmente serviu para justificar o genocídio e a escravidão dos nativos, mas que também teve, assim como na Europa, a perseguição das mulheres, inclusive seguindo os mesmos rituais.

Ao falar de um processo de inquisição que ocorreu no ano de 1660 no *repartimiento* de Huarochirí pelo sacerdote Don Juan Sarmiento, Federici (2017, p. 396, *apud* SPALDING, 1984, p. 284) aponta que este aconteceu seguindo o mesmo modelo que os europeus, ou seja, o julgamento teve início com a leitura de um édito contra a idolatria, seguido de denúncias secretas feitas por informantes anônimos. Logo em seguida teve o início do interrogatório dos suspeitos com a utilização de tortura com o objetivo de conseguir as confissões e, com as confissões, se ditava a sentença, o que variava desde castigos públicos e outras formas de humilhação até o exílio. Assim,

Não é coincidência que ‘a maioria dos condenados na investigação de 1660 em Huarochirí (28 em um total de 32) fossem mulheres’ (SPALDING, 1984, p.258). Também não é por acaso que as mulheres tivessem maior presença no movimento Taki Onqoy³⁸. Foram as mulheres que defenderam de forma mais ferrenha o antigo modo de existência, e que se opuseram com mais veemência à nova estrutura de poder – provavelmente devido ao fato de serem também as mais afetadas (FEDERICI, 2017, p. 400).

Daí a necessidade de se ter uma perseguição, às mulheres, assim como na Europa, já que essas, como demonstrado pela existência de importantes divindades femininas pré-colombianas, tinham uma importante posição de poder dentro dessas sociedades. Conforme aponta Federici (2017), antes da chegada dos europeus, as mulheres americanas tinham organizações próprias, tinham suas atividades reconhecidas socialmente e, apesar de não serem consideradas iguais aos homens, suas atividades eram consideradas complementares às atividades masculinas, tanto na família como na sociedade. As mulheres, antes da chegada dos europeus, eram agricultoras, donas de casa, tecelãs, produtoras de panos coloridos que eram utilizados tanto na vida cotidiana quanto nas cerimônias, eram oleiras, curandeiras e sacerdotisas. Entretanto,

³⁸ O Taki Onqoy era “um movimento nativo milenarista que argumentava contra a colaboração dos indígenas com os europeus e a favor de uma aliança pan-andina dos deuses locais (*huacas*) para pôr fim à colonização” (FEDERICI, 2017, p. 392).

Tudo mudou com a chegada dos espanhóis, que trouxeram sua bagagem de crenças misóginas e reestruturaram a economia e o poder político em favor dos homens. As mulheres sofreram também nas mãos dos chefes tradicionais, que, a fim de manter seu poder, começaram a assumir a propriedade das terras comunais e a expropriar das integrantes femininas da comunidade o uso da terra e seus direitos sobre a água. Na economia colonial, as mulheres foram assim reduzidas à condição de servas que trabalhavam como criadas para *encomenderos*³⁹, sacerdotes e *corregedores*, ou como tecelãs nos *obrajes*⁴⁰. As mulheres também foram forçadas a acompanhar seus maridos no trabalho de *mita* nas minas – um destino que era considerado pior que a morte –, uma vez que, em 1528, as autoridades estabeleceram que os cônjuges não podiam ser separados um do outro: mulheres e crianças seriam assim compelidas a trabalhar nas minas, além de prepararem a comida para os trabalhadores homens (FEDERICI, 2017, p. 401).

O que queremos destacar com isso, é que, não é que nas sociedades americanas pré-colombianas não houvesse divisão sexual do trabalho ou a definição de papéis de gênero, mas que, para a consolidação do capitalismo, foi fundamental que também nas colônias fosse instituída a divisão sexual do trabalho e que o poder detido por essas mulheres fosse retirado, da mesma forma como aconteceu na Europa.

Ao analisar o caso específico das mulheres na América Latina atualmente, levamos em conta também que a integração da América Latina ao capitalismo internacional foi um processo violento e que gerou as bases para a América Latina de hoje, tanto em sua forma econômica como social, fundiária e política. As colônias desempenharam uma função primordial de serem territórios anexados às metrópoles no período de fundação das bases do modo de produção capitalista. A riqueza latino-americana serviu como acumulação primitiva mercantil europeia, riqueza que foi saqueada e espoliada, fruto também da “implementação interna de novos processos produtivos ancorados na abundância de terra e trabalho (*Mesoamérica*)” (TRASPADINI, 2016, p. 119, grifo da autora). A invasão da América Latina foi determinante, não só pela descoberta em termos de riqueza natural territorial e da aprendizagem de técnicas e organizações sociais que passaram a compor a estrutura de poder da burguesia europeia nascente, mas também pelo que estaria a ser descoberto e explorado, tanto de riqueza proveniente da terra como do trabalho. Assim,

³⁹ A *encomenda* “consistia em que, como prêmio do esforço de conquista, a alguns dos conquistadores fossem confiadas (entregues ‘em encomenda’) comunidades indígenas que ficariam sob sua responsabilidade em matéria de catequese e defesa; em troca, o *encomendero* poderia exigir-lhes tributos em gêneros e prestação de trabalho. Os *encomenderos* formavam um reduzido grupo de privilegiados: das 2300 famílias que viviam nos domínios hispânicos no Novo Mundo e 1570, apenas 4000 dispunham de *encomendas*” (CARDOSO, 1985, p.40).

⁴⁰ *Obrajes* eram manufaturas que produziam tecidos de lã e um dos fatores que favoreceu seu surgimento foi a multiplicação da criação de carneiros em várias partes da América Espanhola, o que tornou a lã uma matéria prima barata ano século XVI. A mão de obra dos *obrajes* era submetida a péssimas condições de trabalho, sendo as oficinas, que se pareciam com prisões, frequentemente trancadas. No México, era comum usar o trabalho forçado de prisioneiros condenados pela justiça (CARDOSO, 1985, p. 64).

Na gênese do capital presente na invasão colonial da América Latina, encontramos parte das raízes da exploração em geral e da superexploração em particular que serão estruturadas como forma-conteúdo do capital sobre a terra e o trabalho em todos os âmbitos. Ontem e hoje, a terra e o trabalho são o que fundamentam a produção social e a apropriação privada da riqueza capitalista. Através de ambos – terra e trabalho – a história sanguinária do capital relata as mais perversas faces do bárbaro sentido dado à ideia de “desenvolvimento” pelo capital, como se a projetada “modernização” pudesse, de fato, dar um sentido humano ao capital (TRASPADINI, 2016, p.111).

Ao tratar da acumulação primitiva, Mandel (1985) destaca que, se durante a fase do capital monopolista a produção de mais-valia em grande escala se limitava quase que exclusivamente à Europa ocidental e à América do Norte, o processo de acumulação primitiva ocorria em várias partes do mundo em ritmo irregular (e que possibilitou a integração de países como o Japão e a Rússia), durante a fase do capitalismo imperialista houve a subordinação do processo de acumulação primitiva em economias anteriormente não capitalistas à reprodução do grande capital ocidental (MANDEL, 1985). Nessa fase, os países do “Terceiro Mundo” tiveram o seu desenvolvimento capitalista sufocado por um processo que em primeiro lugar absorveu os recursos locais disponíveis para acumulação primitiva, recursos esses que foram continuamente expropriados pelo capital estrangeiro (e que de outra forma estariam disponíveis para o desenvolvimento local). Em segundo lugar, essa dinâmica concentrou recursos remanescentes em setores denominados por Gunder Frank como “desenvolvimento do subdesenvolvimento” ou como “desenvolvimento dependente”, segundo Theotônio dos Santos (MANDEL, 1985). Segundo Mandel (1985):

A imagem que assim se forma é a de um sistema mundial imperialista constituído a partir do desenvolvimento desigual da acumulação de capital, composição orgânica do capital, taxa de mais vala e produtividade do trabalho, consideradas em escala mundial. O que levou a Revolução Industrial ter início no Ocidente foi o fato de ali se terem acumulado, nos trezentos anos precedentes, o capital monetário e as reservas de ouro e prata internacionais – em resultado da pilhagem sistemática do resto do mundo através das conquistas e do comércio colonial (MANDEL, 1985, p. 40).

Ou seja, desde a sua invasão no século XV,

A apropriação das terras produtivas da América, escravização dos índios ou o sistema seguinte de mantê-los “livres”, combinados com o tráfico de escravos africanos, aprisionando ambos pelo trabalho, conformou na América Latina uma forma de ser inerente ao conteúdo que nascia na Europa. América Latina foi mais do que somente um território de pilhagem e saqueio. Foi o coração da acumulação originária e segue como os pulmões da acumulação capitalista (TRASPADINI, 2016, p. 128).

Assim, se durante a fase do capitalismo de livre concorrência a América Latina foi fundamental para a acumulação primitiva dos países centrais, na transição para o capitalismo imperialista clássico houve uma mudança na forma de dominação capitalista sobre a

acumulação de capital local. Conforme afirma Mandel (1989), se na era do capitalismo de livre concorrência o que se tinha era o controle sobre a produção e exportação de matéria prima por parte da burguesia local, com o imperialismo clássico o que se tem é a formação de uma “aliança social e política a longo prazo entre o imperialismo e as oligarquias locais, que congelou as relações pré-capitalistas de produção no campo” (MANDEL, 1989, p. 37), fato que gerou uma limitação decisiva na extensão do mercado interno e tolheu a industrialização dos países periféricos.

Apesar da dependência não ter ocorrido durante o período colonial (como explanado anteriormente, ela só se dá entre nações formalmente independentes), os traços que a dão vida estão presentes desde as colônias (TRASPADINI, 2016), ou seja, desde a conquista, a terra e o trabalho se apresentaram centrais para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo nos países centrais e para a conformação das economias periféricas. Na verdade, conforme apontam Nakatani, Faleiros e Vargas (2012, p. 214), o Brasil talvez seja o “único ‘grande’ país que vivenciou um profundo e complexo processo de crescimento e desenvolvimento econômico sem promover profundas mudanças na questão da propriedade fundiária”. Isso significa dizer que, desde a colonização portuguesa, passando pela Lei de Terras de 1850⁴¹, pelo processo de industrialização do século XX, pelo Estatuto da Terra de 1964⁴² e pelas mudanças na Constituição de 1988 (DEERE, 2004), a questão da concentração fundiária permaneceu quase inalterada, apesar das crescentes contradições econômicas e sociais e do aumento da violência no campo⁴³ (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Na época da colônia a ocupação de terras no Brasil correspondeu ao papel que este representava na produção de gêneros agrícolas que complementavam a produção mercantil da metrópole (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Podemos citar como características desse período a “recorrência de grandes unidades produtoras de amplas escalas, um tipo de agricultura altamente especializada, sendo absolutamente subsidiária à produção de outros

⁴¹“A lei de 1850 representou a introdução do sistema de propriedade privada das terras, estabelecendo, desde então, um mercado de terras. (...) Na verdade, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso à terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 219)”.

⁴²O Estatuto da Terra de 1964 foi uma lei adotada durante o governo militar do general Castelo Branco. Essa lei permitia que grandes latifundiários fossem expropriados com compensações, quando isso fosse de interesse local (DEERE, 2004).

⁴³De 2015 a 2016 os conflitos no campo aumentaram em 26% e bateram recorde, segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), esses dados são os mais elevados em 31 anos. Dados disponíveis em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/18/conflitos-aumentam-e-violencia-no-campo-bate-recorde-diz-comissao-pastoral-da-terra/>> Acesso em: 21/07/2017.

gêneros e culturas, e a adoção da mão de obra escrava africana” (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 215). O processo de superação do estatuto colonial na América Latina foi, segundo os autores, um processo dual: de um lado representou processos revolucionários de independência uma vez que internalizaram os centros de decisão e criaram um centro político que representava os interesses das burguesias locais, do outro não rompeu com o modelo agroexportador nem com a divisão internacional do trabalho protagonizada pela Inglaterra. No Brasil pós-independência do século XIX quase não houve transformações, tanto no sentido econômico quanto no social: a economia continuou mantendo sua heterogeneidade, a questão fundiária não sofreu quase nenhuma modificação e a escravidão continuou até 1888 (o que representou um entrave à formação de uma estrutura social que possibilitasse um amplo acesso a terra) (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Durante o século XX também não houve grandes alterações na questão fundiária, já que o modelo agroexportador não foi rompido. Entretanto, na década de 1930, durante a Era Vargas, houve uma expansão industrial que provocou um deslocamento da importância da agricultura e do latifúndio, que continuaram a ser centrais para a economia brasileira, mas perderam centralidade do ponto de vista da dinâmica econômica (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Devido a esse processo de mudança de eixo econômico, o que ocorreu foi uma drástica redução e controle sobre os salários urbanos e sobre os preços dos produtos agrícolas e um aumento das taxas de juros para o campo. Os autores destacam sobre esse período que não houve, juntamente com o processo de modernização da indústria, um aumento na composição técnica do capital no campo. Ao contrário, as atividades agrícolas brasileiras continuaram sendo desenvolvidas tendo como base a superexploração da força de trabalho (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Nas últimas décadas do século XX,

Os camponeses da periferia transitaram da exploração para a marginalidade, de suportar a expansão industrial produzindo alimentos baratos para o mercado a colher precariamente matérias primas destinadas a mercados globais cada vez mais saturados, flutuantes e monopólicos (BARTRA, 2006, p.20, tradução nossa⁴⁴).

Ou seja, se da década de 1940 os camponeses latino-americanos produziam comida barata para o mercado interno devido à demanda por baixos salários, desde a década de 1970, o que se tem é uma produção decrescente para o mercado interno e o deslocamento do interesse da

⁴⁴ “Los campesinos de la periferia transitaron de la explotación a la marginación, de soportar la expansión industrial produciendo alimentos baratos para el mercado interno a cosechar precariamente materias primas destinadas a mercados globales cada vez más saturados, fluctuantes y monopólicos” (BARTRA, 2006, p.20).

indústria de obter alimentos baratos para a agroindústria de exportação (BARTRA, 2006). A agroindústria de exportação, além de ser um setor dominado por transnacionais e abastecido por um pequeno grupo de produtores, coloca esse pequeno grupo de produtores em um estado de vulnerabilidade devido à flutuação do mercado e à volubilidade da demanda (BARTRA, 2006).

Assim, consideramos que da mesma forma que a superexploração da classe trabalhadora da periferia é necessária para a exploração da classe trabalhadora do centro (capaz de manter um padrão de consumo superior à classe trabalhadora da periferia graças à superexploração), a divisão sexual do trabalho também é necessária para a apropriação de mais-valia por parte do capitalista. No caso das trabalhadoras latino-americanas, maior exploração do trabalho e superexploração atuam juntas. Entretanto, não é só a superexploração e a maior exploração da força de trabalho atuando conjuntamente que caracterizam a diferença entre as mulheres do centro e da periferia.

Existem outros condicionantes próprios dos países periféricos que incidem diretamente sobre a vida das mulheres. Um exemplo é a questão do aborto apontada por Constantino e Laterra (2017), que apresentam de forma bem clara a diferença nas questões legais do aborto no mundo e como essas diferenças são parte da forma como o capital atua a nível mundial sobre a vida das mulheres ao trazerem a tese de que as disposições legais do aborto a nível mundial cumprem as funções de: “(i) limitar o incremento do valor da força de trabalho nos países centrais; (ii) permitir o incremento da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva nos países dependentes; e (iii) permitir a superexploração do trabalho nos países dependentes” (CONSTANTINO, A.; LATERRA, P., 2017, p. 153, tradução nossa) e de que essas são levadas à cabo através de quatro vias, a via do custo de vida nos países centrais, a das cadeias globais de cuidados, a da taxa de desemprego “necessária” para a superexploração da força de trabalho nos países dependentes e a do custo de vida nos países dependentes. De fato, as autoras nos apontam a diferença com que a lei do aborto é tratada nos países centrais e nos países periféricos, demonstrando que na maioria dos países centrais o aborto possui uma legislação mais permissiva, ao contrário das leis sobre aborto nos países dependentes, onde são mais restritivas, como é possível observar no mapa abaixo:

Imagem 6: Mapa da distribuição das leis de aborto no mundo em 2014



Os países marcados em vermelho são aqueles em que o aborto é proibido exceto em casos onde a vida da gestante está em risco, de laranja estão marcados os países onde o aborto é permitido para proteger a vida e a saúde da gestante, em amarelo estão marcados os países onde o aborto é permitido por razões socioeconômicas e em verde os países em que a prática do aborto é permitida sem restrição. As autoras (CONSTANTINO; LATERRA, 2017) destacam também que os países que permitem o aborto sem restrição (verde) estão localizados em sua maioria no hemisfério Norte, com exceção da China, da Austrália e do Uruguai e da África do Sul, e são, com algumas exceções, países desenvolvidos. São 61 países que compreendem 39,5% da população mundial e, inclusive, países como os Estados Unidos, o Canadá e a África do Sul, reconhecem o direito da gestante de escolher sobre a interrupção de sua gravidez sem a interferência do Estado. A maior parte dos países da América Latina, da África, os países muçulmanos e cinco países europeus (Islândia, Irlanda, Polônia, Inglaterra e Finlândia) fazem parte dos países que ou só permitem o aborto em caso de risco de vida da gestante, ou em casos de risco de vida e de saúde ou em por questões socioeconômicas. A maioria desses países, portanto são países periféricos. São 66 países que permitem apenas em caso de risco de vida (vermelho), incluindo o Brasil, o que significa 25% da população mundial, sendo a maioria do Hemisfério Sul, com exceção dos países da Ásia Central e Oriental. São 59 os países que permitem o aborto para proteger a vida e a saúde da mulher (amarelo), o que corresponde a 13,8% da população mundial. Os países que permitem o

aborto por razões socioeconômicas são 13 que se estendem por todo o mundo, representando cerca de 21,3% da população mundial (CONSTANTINO; LATERRA, 2017).

Apesar de ser possível perceber a diferença na distribuição das leis e no acesso ao aborto entre os países do centro e da periferia, as autoras destacam que somente essa análise não é suficiente para afirmar que nos países dependentes de fato há menor acesso ao aborto e são duas as razões para isso: “por um lado, a existência de leis mais permissivas não garantem o efetivo acesso a prática e por outro, o fato de que não existe uma plena legalidade ou acesso à prática não impede que as pessoas com capacidade gestante abortem” (CONSTANTINO; LATERRA, 2017, p. 156, tradução nossa). Assim, a questão do aborto nos países dependentes passa também por outras condicionantes. As autoras incorporam à análise a planificação (não)reprodutiva e as gravidezes não desejadas, mostrando que são justamente as pessoas com capacidade gestante⁴⁵ dos países dependentes as que mais sofrem com a falta de acesso ao aborto legal.

Ou seja, à mulher na América Latina continua sendo imposto o controle sobre sua reprodução, assim como a caça às bruxas foi e ainda é necessária para a acumulação primitiva (FEDERICI, 2017), o controle sobre os corpos das mulheres e a reprodução é fundamental para a acumulação capitalista e inclusive para a superexploração. Podemos perceber que, assim como o controle sobre o corpo das mulheres e da reprodução foi fundamental para a acumulação primitiva, foi também essencial o controle exercido sobre a reprodução das escravas, principalmente após proibição do tráfico negreiro. E continua sendo fundamental para a acumulação capitalista, conforme podemos perceber quando trazemos a diferença entre as leis do aborto nos países centrais e nos periféricos. Um dos mecanismos descritos por Marini (2011) como necessários para manter o trabalhador sendo remunerado abaixo do valor da força de trabalho é a existência de um grande exército industrial de reserva. Nesse sentido, o controle da reprodução descrito por Federici (2017) como fundamental para a acumulação primitiva, continua sendo fundamental para a acumulação capitalista.

Superexploração e divisão sexual do trabalho: a mulher na América Latina

A América Latina foi forjada no século XVI pela expansão comercial do capitalismo crescente, tendo se desenvolvido assim em estreita consonância com a dinâmica do

⁴⁵ Por uma questão de inclusão, as autoras têm a preocupação de utilizar “os/as” ao invés de uma nomenclatura binária que não respeita as diferentes percepções identitárias de sexo-gênero (CONSTANTINO, A.; LATERRA, 2017).

capitalismo internacional. Em um primeiro momento, o papel da América Latina nessa dinâmica se deu através da enorme extração de metais preciosos e gêneros exóticos que contribuíram para o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentando assim o sistema manufatureiro europeu e permitindo a criação da grande indústria (MARINI, 2011). A revolução industrial dá início a uma nova forma de integração da América Latina, cujos países passaram por um processo de independência durante o século XIX que fez surgir nações independentes politicamente que passam a girar em torno da Inglaterra⁴⁶ (MARINI, 2011). É nesse momento que a América Latina e os centros capitalistas europeus se inserem na estrutura da Divisão Internacional do Trabalho, que determinou o sentido do seu desenvolvimento posterior. É a partir deste momento também que se configura a dependência, entendida por Marini (2011, p. 134) “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Segundo Traspadini e Stedile (2011), a dependência é entendida então como “o mecanismo central de subordinação do território, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional”.

Ao fazer um resgate crítico da teoria da dependência, Carcanholo (2017) aponta para a forma como se dá essa relação de dependência e os condicionantes estruturais que a determinam. Assim, “a situação dependente se caracteriza porque uma parte do (mais)valor produzido nessa economia não é apropriado nela, e sim nas economias centrais, e passa a pertencer, portanto, à dinâmica de acumulação de capital dessas, e não das primeiras” (CARCANHOLO, 2017, p. 77, tradução nossa⁴⁷). Esse mecanismo de transferência de valor, denominado pelos teóricos da dependência nos anos 1960 como troca desigual, foi explicitado por Marini (2011) através de dois mecanismos: um correspondendo às aplicações específicas das leis de troca e o outro que adota mais abertamente a transgressão dessas leis. Para Carcanholo (2017), essa transferência se daria também em um terceiro nível, que corresponderia a outro nível de abstração, o do nível dos preços efetivos de mercado:

Quando determinados capitais têm um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, isso permite manter, durante um tempo, preços de mercado

⁴⁶ “ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas” (MARINI, 2011, p. 134).

⁴⁷ “la situación dependiente se caracteriza porque una parte del (plus)valor producido en esa economía no es apropiado en ella, sino en las economías centrales, y pasa a pertenecer, por tanto, a la dinámica de acumulación de capital de éstas, y no de las primeras” (CARCANHOLO, 2017, p. 77).

acima dos preços de produção de mercado, ou seja, permite manter temporariamente volumes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estariam, nessa situação, acima dos preços de produção, além das oscilações conjunturais, esses capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo mais elevado do que a média, uma massa de valor apropriado maior do que, de fato, foi produzida por esses capitais (CARCANHOLO, 2017, p. 80, tradução nossa⁴⁸).

São esses mecanismos que nos permitem entender a forma como se dão os condicionantes estruturais da dependência, nos permitindo compreender também a dinâmica internacional da circulação de mercadorias. O resultado dessa integração dependente é um desenvolvimento desigual, que combina países desenvolvidos e subdesenvolvidos como processos indissociáveis da reprodução do capitalismo internacional (TRASPADINI; STEDILE, 2011). A superexploração é, então, um mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar a troca desigual, um mecanismo que ao invés de atuar no nível de mercado, atua em nível da produção interna. A superexploração consiste na aplicação (geralmente conjunta) de três mecanismos: o aumento da intensidade do trabalho, o que significa o aumento da mais-valia através da maior exploração do trabalhador, e não do incremento da sua capacidade produtiva; o prolongamento da jornada de trabalho, que consiste simplesmente em aumentar o tempo de trabalho excedente; e a diminuição do consumo do operário além do limite normal, convertendo parte do fundo de consumo do operário em um fundo de acumulação do capitalista, uma forma de remunerar o operário abaixo do valor da sua força de trabalho e de aumentar o tempo de trabalho excedente⁴⁹ (MARINI, 2011). O que ocorre é que

as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2011, p. 147).

O que Carcanholo (2017) aponta é que esse mecanismo seria a única forma que o capitalismo dependente possui para se desenvolver, sendo, portanto, uma especificidade. Na verdade, o autor afirma que o específico das economias dependentes não são essas formas de se elevar a

⁴⁸ “Cuando determinados capitales tienen un grado de monopolio razonable en sus mercados específicos, eso les permite mantener, durante un tiempo, precios de mercado por encima de los precios de producción de mercado, o sea, permite sostener temporalmente volúmenes de producción por debajo de las demandas. Como los precios de mercado estarían, en esa situación, por encima de los precios de producción, más allá de las oscilaciones coyunturales, esos capitales podrían apropiarse de una ganancia efectiva más elevada que la media, una masa de valor apropiado mayor que la que, de hecho, fue producida por esos capitales” (CARCANHOLO, 2017, p. 80).

⁴⁹ Além desses três mecanismos de superexploração apontados por Marini (2011), Carcanholo (2017) aponta para outras formas de superexploração, algumas mencionadas por Marini em outras obras. Seriam eles: 1) O valor da força de trabalho tende a aumentar devido às determinações históricas e sociais, dadas em grande parte pela luta de classes. Uma outra forma de superexploração ocorre quando esse aumento do valor da força de trabalho não é correspondido pelos salários. 2) Outra forma se dá pelo aumento do exército industrial de reserva, que tende a pressionar os salários para baixo, independente do valor da força de trabalho.

taxa de mais-valia, que também são aplicadas nos países do capitalismo central. O específico “do capitalismo dependente é que, para enfrentar a transferência de valores – e que esta é sua característica central, diferente das economias centrais – não tem a alternativa de aumentar a produtividade, freando essa transferência” (CARCANHOLO, 2017, p. 85, tradução nossa⁵⁰).

É importante destacar que além dessa especificidade, há também a diferença entre a opressão da classe trabalhadora do centro e da periferia:

À opressão da classe trabalhadora nos centros, corresponde uma identidade de consumo e de endividamento, que os torna refêns, situação expressa na venda de sua força de trabalho como única realização possível de acesso à sociedade de consumo. Processo idealizado para todos pelo capital. Na periferia, essa opressão se mescla com uma arraigada trajetória de condicionamento do ser menos, desenhado pela hierarquia superior-inferior, instituída na desigualdade inerente ao desenvolvimento do capital. A encarnação do subdesenvolvimento moldou ideias nas consciências dos países do Norte e do Sul. E fez, na diferença concreta de salários e consumos entre os países do Norte e do Sul da América, a migração de parte da classe trabalhadora superexplorada no Sul com o fim de tentar um “destino” melhor no Norte (TRASPADINI, 2016, p. 58).

Esse processo se acentua com a intensificação da exploração no centro, os postos de trabalho precários que antes eram ocupados pelos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes⁵¹ da periferia passam a ser agora reivindicados pelos trabalhadores e trabalhadoras no centro. Ao mesmo tempo, fica explícito o crescimento da desigualdade na periferia⁵²:

Na história da exploração em geral, as opressões se reatualizam conforme o grau da precarização das condições de trabalho no Norte. E no Sul, o crescimento das desigualdades exalta, no sentido comum social da práxis alienada, a tendência à reprodução histórica das opressões originadas do conservadorismo de classe, no interior da classe trabalhadora (TRASPADINI, 2016, p. 60).

Assim, a dependência latino-americana se apresenta, segundo a crítica da economia política de Marini, como característica inerente ao modo de produção capitalista, independente da fase⁵³, e não como situação conjuntural. A dinâmica da troca desigual e do desenvolvimento desigual e combinado que aparecem como conjunturais e passíveis de superação, são desvendados por Marini como parte integrante da dinâmica capitalista (TRASPADINI, 2016),

⁵⁰ “del capitalismo dependiente es que, para enfrentar la transferencia de valores – y que ésta es su característica central, distinta a las economías centrales –, no tiene la alternativa de elevar la productividad, frenando dicha transferencia” (CARCANHOLO, 2017, p. 85).

⁵¹ Na verdade, Jules Falquet (2008) destaca que uma considerável proporção dos que migram são mulheres, trazendo inclusive dados da ONU que afirmam que metade das migrações internacionais é feita por mulheres. Essa mão de obra que migra é majoritariamente feminina e precarizada.

⁵² Apesar de Traspadini utilizar os termos Norte e Sul para explicitar (e talvez tornar mais gráfica) as migrações que de fato ocorrem do Sul para o Norte do hemisfério, preferimos a utilização dos termos centro e periferia.

⁵³ Segundo Traspadini (2016), Marini divide em quatro fases distintas do capitalismo dependente na América Latina. A primeira fase vai de meados de 1850 a 1930, a segunda vai de 1930 até 1964, a terceira de 1964 até 1984 e a quarta é a de 1984 em diante. Para maior aprofundamento ver Traspadini (2016).

e o papel desempenhado pela América Latina no processo de desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista concorrencial e na fase imperialista aparece como fundamental para a conformação desse processo de dependência (MARINI, 2011).

Essa superexploração e a maior precariedade do trabalhador da periferia em relação aos do centro, característica inerente à dependência, ganham outros contornos quando falamos das mulheres trabalhadoras. Nesse sentido, precisamos falar também da divisão sexual do trabalho⁵⁴ enquanto algo que hierarquiza o trabalho de homens e mulheres e subalterniza os trabalhos considerados naturalmente femininos (CISNE, 2015).

Essa divisão tem por característica destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (KERGOAT, 2009, p. 1), levando ao fortalecimento da hierarquia entre homens e mulheres. A esfera da produção é tida como a da produção da riqueza e como um espaço privilegiadamente masculino enquanto a esfera da reprodução, entendida por nós como as atividades necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho, é considerada um espaço feminino (CISNE, 2014). Assim, Kergoat (2009) define a divisão sexual do trabalho como uma categoria histórica e, portanto, passível de adaptações dependendo da sociedade e que possui dois eixos invariáveis: o princípio de separação (divisão entre trabalho de homens e de mulheres) e o princípio de hierarquização (a diferença de valor entre o trabalho dos homens e trabalho das mulheres em detrimento dessas). Kergoat considera a divisão sexual do trabalho como uma construção social, resultado das relações sociais, portanto, se esses princípios organizadores permanecem os mesmos, o que varia de sociedade para sociedade são suas modalidades: o lugar da mulher no trabalho mercantil, concepção de trabalho produtivo etc (KERGOAT, 2009). Assim, segundo a perspectiva abordada pela autora (2009; 2010), nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre as outras.⁵⁵ Na verdade, Kergoat (2009) considera que “relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis e que formam epistemologicamente um sistema; a divisão sexual do trabalho tem o status de *enjeu* das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 71).

⁵⁴ Segundo Cisne (2015, p. 117), a divisão sexual do trabalho “resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados”.

⁵⁵ Para Kergoat (2010, p. 94) uma relação social é “uma relação antagonica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [*enjeu*]. É uma relação de produção material e ideal. (...) Toda relação social é, assim, uma relação conflituosa”.

Já Christine Delphy (2015), afirma a existência de dois modos de produção: o industrial, no qual são produzidas quase todas as mercadorias e o modo familiar, no qual são produzidos os trabalhos domésticos e a criação dos filhos. No modo industrial se dá a exploração capitalista e no familiar a exploração patriarcal. Podemos considerar que esses denominados “modos de produção” e esses tipos de exploração não se dissociam. Uma mulher que faz uma dupla jornada de trabalho não sofre exploração patriarcal somente nas relações familiares, assim como não é explorada pelo sistema capitalista apenas no seu trabalho assalariado. Da mesma forma, uma mulher que não vende sua força de trabalho também é explorada pelo modo de produção capitalista. Assim, acreditamos que existe apenas um modo de produção, mas que não se restringe apenas à esfera produtiva, até porque a esfera da produção depende “da reprodução social que, por sua vez, é garantida em grande medida pelo que Delphy (2009) denomina de ‘modo de produção doméstico’” (CISNE, 2014, p. 86). Na verdade, ao tratar do trabalho doméstico feminino do ponto de vista material, Delphy (2009), afirma que não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica as forma como se dão suas relações de produção, mas que, ao contrário, são essas relações que explicam que o trabalho doméstico feminino seja excluído do mundo do valor. É importante destacar que Delphy (2009) a todo momento aponta que o trabalho doméstico feminino pode até ser excluído do mercado da troca, mas isso não significa que sua produção também seja excluída. O trabalho doméstico feminino é condição indispensável para o funcionamento do capitalismo, já que esse é uma peça chave do processo de reprodução do trabalhador e é parte do processo de reprodução da força de trabalho, e as mulheres, quem geralmente o realizam, parte do processo de produção de mais-valia (RUBIN, 1993).

Assim, é possível perceber que a exploração da mulher ocorre de maneira mais acentuada em relação à do homem, e que são vários os mecanismos utilizados pelo capitalismo para tornar isso possível. Portanto, quando falamos de trabalho feminino na América Latina devemos considerar não apenas maior exploração do trabalho devido à divisão sexual do trabalho, à dupla jornada e à precarização do trabalho, mas também a superexploração, enquanto característica inerente às economias dependentes e como único mecanismo de compensação da troca desigual. É importante destacar também que a construção de uma nova ordem patriarcal que tornou as mulheres servas da força de trabalho masculina foi de extrema importância para o desenvolvimento do capitalismo e que foi justamente sobre essas bases que se assentou uma nova divisão sexual do trabalho, o que diferenciou não só as tarefas masculinas das femininas, mas também as experiências, as relações com o capital e com

outros setores da classe trabalhadora de homens e mulheres (FEDERICI, 2017). Desse modo, como aponta Federici (2017, p. 232), “assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder. Uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação primitiva”.

Gênero e trabalhadoras rurais: a situação da mulher no campo

É importante delimitarmos qual é a perspectiva teórica por nós adotada quando utilizamos gênero enquanto categoria, já que, no decorrer do seu desenvolvimento, o conceito de gênero foi (e ainda é) dotado de diversas perspectivas, e esta diversidade é provocada tanto por polêmicas políticas e teóricas dentro das ciências humanas e exatas, quanto por esse ser um conceito que possui um estudo relativamente recente. Além do marxismo, o conceito de gênero tem como principais matrizes teóricas a psicanálise, o pós-estruturalismo, as teorias sobre poder de Foucault e o pós-modernismo (CISNE, 2015). Destacamos que adotamos a concepção marxista de gênero, entendendo que, apesar da opressão da mulher não ter surgido no capitalismo, foi por ele apropriada já que:

Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir custos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um modo de manter uma divisão e competição de interesses e privilégios dentro do proletariado, assegurar um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos e aumentar a situação de desumanização e alienação do proletariado, dificultando, assim, o desenvolvimento de sua consciência como classe dominada e, portanto, da sua capacidade de revolta” (GODINHO, 2005, p.34).

Portanto, entendemos que a superação dessa opressão segue junto com a luta anti-capitalista (GODINHO, 2005), da mesma forma que consideramos que uma alteração no modo de produção descolada da perspectiva feminista não garante a emancipação das mulheres (CISNE, 2014).

Desde o início dos estudos de gênero, nas décadas de 1970 e 1980, (influenciados principalmente por acadêmicas feministas que tinham como objetivo historicizar e desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres), o conceito de gênero foi considerado pelas acadêmicas feministas um avanço em relação à possibilidade de análise oferecida pela categoria mulher (CISNE, 2015). Temos como uma das pioneiras, a antropóloga estadunidense Gayle Rubin, que foi uma das primeiras a inaugurar o conceito de gênero com a obra “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”, publicado originalmente em 1975. Nesta obra Rubin parte da busca pela origem da opressão

das mulheres por parte dos homens. Ao contrário de Engels⁵⁶ (2012), que busca a origem dessa opressão no surgimento da propriedade privada e da passagem do direito materno⁵⁷ ao direito paterno, Rubin parte das obras de Freud e Levi-Strauss. Assim, a autora nos apresenta um sistema de sexo/gênero, definido como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2), sistema esse que parte da dicotomia entre sexo e gênero. Segundo Saffioti (1992), essa necessidade de Rubin de utilizar o termo sexo junto de gênero mostra uma preocupação em destacar que a sexualidade exercida não é apenas diferente da sexualidade com a qual se nasce, mas é um padrão oposto a essa. Entretanto, a grande questão trazida pela obra de Rubin é a dicotomia estabelecida entre homem e mulher, como se ambos fossem “portadores de uma sexualidade ‘natural’, na qual estão inscritos impulsos e necessidades que não variam, pois são associadas” (SAFFIOTI, 1992, p. 186). Ou seja, segundo a análise feita por Rubin, o sistema de sexo/gênero está assentado na dicotomia entre a natureza e a cultura e, além disso, na naturalização do sexo.

Outra contribuição importante da obra de Rubin é a necessidade apontada por esta de incluir no marxismo clássico a discussão em torno da opressão sexual. Um exemplo disso é a ênfase que a autora dá à relação entre o trabalho doméstico e a produção da mais valia. Segundo Rubin:

A comida precisa ser cozinhada, roupas limpas, camas feitas, lenha cortada etc. O trabalho doméstico é, portanto, uma peça-chave no processo de reprodução do trabalhador do qual a mais-valia é extraída. Sendo as mulheres quem usualmente realiza o trabalho doméstico, elas são articuladas ao nexo global da mais-valia, condição *sine qua non* do capitalismo, através da reprodução da força de trabalho (RUBIN, 1993, p. 4).

Nesse sentido, a autora aponta que a opressão da mulher, apesar de ser útil ao sistema capitalista, não é própria desse, tendo o capitalismo apenas se apropriado e reciclado noções

⁵⁶Para o autor, a primeira divisão do trabalho, a Divisão Sexual do Trabalho, surgiu junto com a instituição da monogamia e do patriarcado, definida por Engels como uma “forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos” (ENGELS, 2012, p.87). Engels (2012) associa o surgimento da propriedade privada à passagem do direito materno ao direito paterno, já que, à medida que as riquezas iam aumentando a importância do trabalho do homem em relação ao da mulher na família crescia e a necessidade de uma herança paterna se tornava imprescindível. A monogamia estaria então ligada diretamente à produção de excedentes e à concentração de riquezas nas mesmas mãos, as de um homem, e ao desejo de que essas riquezas fossem passadas aos seus filhos.

⁵⁷Direito materno segundo Engels (2012, p. 75) significa: “enquanto a descendência só se contava por linha feminina, e segundo a primitiva lei de herança imperante nas *gens*, os membros dessa mesma *gens* herdavam, no princípio, do seu parente gentílico falecido. (...) Devido à sua pouca importância, esses bens passavam, na prática, desde os mais remotos tempos, aos parentes gntílicos mais próximos, isto é, aos consanguíneos por linha materna”.

de feminino e masculino que o antecederam. Cisne (2015) destaca que é a partir dessa análise sustentada sobre bases naturais e no estabelecimento de sistemas duais como sexo-gênero, natureza/cultura, que irão surgir, ao longo da década de 1990, críticas ao pensamento de Rubin. Foi durante essa década que surgiram variações em torno da discussão desse conceito, que passou por reformulações. Uma das críticas a essa concepção foi Judith Butler, autora pós-estruturalista que, em 1993, com a obra “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”, critica a dicotomia sexo/gênero, passando a historicizar também o sexo. Assim, segundo Butler:

A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir - demarcar, fazer, circular, diferenciar- corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o “sexo” é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo (BUTLER, 1993, p. 110).

Ou seja, para Butler (1993) o sexo não é algo natural, mas sim um processo através do qual se materializam normas regulatórias. Assim, a autora não considera sexo como algo estático, mas um processo através do qual as normas regulatórias materializam o sexo através de uma reiteração forçada das normas (BUTLER, 1993).

Outra importante contribuição para o desenvolvimento do conceito de gênero é a obra da historiadora estadunidense, também pós-estruturalista, Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicada originalmente em 1986⁵⁸. Nesta obra Scott (1995) define gênero como um elemento constituído de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de dar significação às relações de poder. Sendo assim, a autora (SCOTT, 1995) expõe quatro elementos inter-relacionais nas quais são baseadas essas relações sociais. Os primeiros destes elementos seriam os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e frequentemente contraditórias, como por exemplo, Eva e Maria como símbolos de representação da mulher na tradição cristã ocidental, mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, etc. O segundo seria os “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas”, esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que dão forma à oposição

⁵⁸Posteriormente esta obra foi revista pela autora, o que resultou em uma obra de 2010 intitulada: “Gender: still a useful category of analysis?”, na qual Scott rebate as críticas feitas ao artigo de 1986.

binária do que é ser homem e mulher, do significado do masculino e do feminino. O terceiro seria as instituições e organizações sociais, aí incluso as relações de parentesco assim como a educação, o sistema político, o mercado de trabalho etc. O quarto elemento seria a identidade subjetiva, sendo que esses quatro elementos atuam juntos.

Já para Saffioti (2015), autora marxista brasileira que desde a década de 1970 discute as características do trabalho feminino, o conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, apesar de ser útil enquanto tal, mas diz respeito a uma categoria teórica, cuja investigação demandou e ainda demanda muito investimento intelectual e, enquanto tal, pode ser concebido em várias instâncias:

como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (Saffioti, 1992; 1997b; Saffioti e Almeida, 1995) etc (SAFFIOTI, 2015. p.47).

Ou seja, diante dessa gama de possibilidades⁵⁹, cabe a cada feminista dar destaque a determinados aspectos do gênero. Nesse sentido, reconhecemos que essa é uma das principais críticas feitas pelas teóricas francesas do feminismo materialista (CISNE, 2015). Saffioti (1992; 2004; 2015) reconhece essa crítica, e nesse sentido, destaca que o conceito de gênero isolado não implica necessariamente em uma desigualdade entre homens e mulheres, pois a hierarquia é apenas presumida⁶⁰: algumas autoras enxergam essa hierarquia independente do tempo histórico estudado e esse é um grande problema teórico, que, segundo a autora, pode ser resolvido com a utilização do conceito de patriarcado junto ao conceito de gênero, entendendo que a apreensão desse conceito é fundamental para a compreensão do caráter histórico da dominação masculina. Assim, segundo a perspectiva abordada por Saffioti (2015), gênero não é apenas uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica e que, apesar de tratar tanto do homem como da mulher, pode perfeitamente fazer parte dos estudos sobre a mulher.

Como aponta Cisne (2014, p. 61), “gênero e relações sociais de sexo são distintos, embora, muitas vezes, encontremos textos que os tratam como sinônimos”, e a primeira grande distinção entre essas duas categorias está na origem. Se a categoria gênero teve origem com as

⁵⁹Apesar dessa vasta possibilidade de enfoques, há o consenso de que o gênero é a construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2015).

⁶⁰Crítica que, conforme apontamos anteriormente, Falquet (2012) também faz.

feministas norte-americana nos anos 1970 e 1980, a categoria “relações sociais de sexo” surgiu com a escola feminista francesa (no original do francês, *rappports sociaux de sexe*). É importante destacar que na língua francesa existem duas palavras para o termo relações: *rappport e relations*,

que abordam dois níveis de apreensão da sexuação do social (tornar o social sexuado). A noção de *rappport* social aborda a tensão antagônica que se desenrola, em particular, em torno da questão da divisão sexual do trabalho e que termina na criação de grupos sociais com interesses antagônicos. A denominação *relations* sociais remete às relações concretas que os grupos e indivíduos mantêm. Assim, as formas sociais ‘casal’ ou ‘família’, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (*rappports*) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social (KERGOAT, 2009, p. 72).

Assim, a categoria de *rappports sociaux de sexe* é utilizada de forma a acentuar o fato de que as relações entre os sexos são permeadas por conflitos, hierarquias e antagonismos correspondentes às relações de exploração e opressão. Estas não são relações que dizem respeito a homens e mulheres, mas sim são compostas por relações estruturantes, consubstanciadas e coextensivas (termos cunhados por Kergoat para se referir à forma como se dão as relações sociais, conforme veremos mais adiante) aos conflitos de classe e “raça” (CISNE, 2015).

Cisne (2014), ao criticar a utilização do conceito de gênero, destaca outra dimensão importante do termo *rappports sociaux de sexe*⁶¹: o fato desse ter surgido no início da década de 1980 já estreitamente relacionado com os estudos sobre divisão sexual do trabalho. Assim, a utilização desse conceito, “além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas (CISNE, 2014, p. 63)”. Seguindo a sua argumentação, Cisne aponta que o conceito de gênero, por vezes é utilizado sem que haja essa noção de hierarquia entre os sexos e sem que as outras desigualdades estruturantes sejam também consideradas⁶². Além disso, a autora aponta também, utilizando Jules Falquet (2012, p. 108), que o conceito de gênero foi muitas vezes utilizado como forma de evitar o estigma que acompanha o termo “feminismo” ou para fornecer um “plus” para a palavra mulher, sendo que esta forma de utilização muitas vezes apaga a noção de hierarquia entre os sexos.

⁶¹Considerando que este é um termo em francês específico cujo significado pode sofrer alteração quando traduzido para o português, preferimos manter no original em francês.

⁶²Problema também considerado por Saffioti, que por isso utiliza o conceito de patriarcado junto ao de gênero (SAFFIOTI, 2015).

Ao falar das *rappports sociaux de sexe*, precisamos destacar a consubstancialidade e coextensividade das relações sociais, conceitos importantes para o campo do feminismo materialista e do feminismo como um todo, desenvolvidos por Danielle Kergoat desde os anos 1970-1980 na busca da compreensão “não mecânica das práticas sociais entre homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul) (KERGOAT, 2010, p. 93)”. Consubstancialidade e coextensividade das relações sociais são conceitos que, primeiramente, não têm referências em noções como adição, imbricação, interseção e multi-posicionalidade. Ao contrário, as relações sociais são consubstanciais porque formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, apenas na perspectiva da análise sociológica e são coextensivas, pois ao se desenvolverem as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010). A ideia de consubstancialidade não implica que tudo está vinculado a tudo, mas implica uma forma de leitura da realidade social. Ou seja, é o entrecruzamento complexo das relações sociais que se constroem de forma recíproca, cada uma imprimindo sua marca na outra. Já o conceito de coextensividade procura dar conta do dinamismo das relações sociais, que se reproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010).

O conceito de consubstancialidade desenvolvido por Kergoat também é utilizado por Jules Falquet ao tratar das relações sociais de sexo, classe e raça. A autora (2008) considera indispensável a análise dos efeitos conjugados de várias relações sociais de poder: relações de sexo, de classe e de raça, considerando que essas relações não se sobrepõem ou se adicionam, mas sim são imbricadas, consubstanciadas e co-formadas. Além disso, para a autora há um *continuum* entre estas três formas de trabalho: o trabalho de manutenção, tanto doméstica como comunitária, e trabalho sexual e de produção e cuidados dos filhos. Esse *continuum* (de trabalho remunerado ou não) é denominado de “trabalho considerado feminino”, constituindo a maior parte do “trabalho desvalorizado”.

Na verdade, Falquet (2008) discorre também sobre o conceito de sexagem desenvolvido por Colette Guillaumin, um conceito muito importante não só para o feminismo materialista como para o feminismo em geral. Segundo Falquet (2008), Guillaumin construiu o conceito de sexagem para se referir à apropriação do corpo, dos produtos do corpo, do tempo e da energia das mulheres por parte dos homens. Para Guillaumin (1992) as mulheres constituem uma classe social de sexo que é apropriada pela classe dos homens e essa apropriação se dá através

da relação social de sexagem. Relação que pode ser tanto individual, como por exemplo, no matrimônio heterossexual ou coletiva, como é o caso das mulheres solteiras e das freiras.

Esses conceitos do feminismo materialista deixam claro a importância da contribuição dessas autoras para a construção do feminismo como um todo, entretanto, consideramos que a utilização do conceito de gênero, quando feita de forma crítica e correlacionada com outras relações sociais, como é o caso da relação entre gênero, classe social e raça/etnia, que para Saffioti (2015), interagem na forma de um nó, em uma relação parecida com a estabelecida por Kergoat quando fala da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais. Nesse ponto concordamos com Almeida (2017), que ao fazer o debate sobre a utilização dessas duas categorias, destaca que:

O fato do termo [gênero] não ser corrente na França faz com que as feministas francesas, articulando a crítica do esvaziamento teórico do conceito de gênero, preferiram utilizar a terminologia de relações sociais de sexo. Portanto, não se trata diretamente e especificamente apenas de diferenças teórico-políticas, mas, em alguns casos, tão somente da diferença de significados em linguagens diferentes (ALMEIDA, 2017, p. 78).

Se na França o termo gênero não é comumente utilizado, na América Latina e no Brasil ele é amplamente aceito desde a década de 1980, tendo sido incorporado politicamente pelos movimentos feministas⁶³. Além disso, está presente nas políticas que têm como proposta a igualdade entre homens e mulheres e também é um conceito abordado na maior parte da nossa literatura feminista (ALMEIDA, 2017). Saffioti (1992, p. 185) destaca que a opção (com a qual concordamos) por utilizar o conceito de relações de gênero ao invés de *rappports sociaux de sexe* se dá porque o termo gênero está “linguisticamente impregnado 3do social, enquanto é necessário explicitar a natureza social da elaboração do sexo”, ou seja, a utilização do termo (ou categoria) gênero já indicaria que há uma construção social, ao contrário da utilização da categoria sexo, cuja utilização remete ao biológico, sendo necessário afirmar a sua biologização.

Na verdade, Saffioti (1992) utiliza o conceito de relações de gênero, entendendo que:

Como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações sociais de gênero deve ser capaz de captar a

⁶³É importante destacar que o conceito de gênero é utilizado pelas mulheres do MST desde 1980, quando da organização da Comissão Nacional de Mulheres do MST, que teve como objetivo lutar por uma maior participação das mulheres nos espaços políticos dentro do próprio Movimento (HONÓRIO, 2005). Destacamos também a criação do Setor de Gênero (criado no Encontro Nacional de Mulheres do MST em 2000) e o fato de que desde então, muitas conquistas foram alcançadas, sendo os coletivos de auto-organização de mulheres do Espírito Santo (objeto de estudo desta pesquisa) um exemplo concreto dentro das várias conquistas.

trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar. As relações de gênero não resultam da existência de dois sexos, macho e fêmea, como fica explícito no conceito de sistema sexo/gênero, de Rubin. O vetor direciona-se, ao contrário, do social *para* os indivíduos que nascem. Tais indivíduos são transformados, *através das relações de gênero*, em homens e mulheres, cada uma destas categorias excluindo a outra (SAFFIOTI, 1992, p. 187).

Ou seja, Saffioti utiliza tanto o conceito de gênero como o de sexo de forma histórica, tendo o cuidado de relacionar gênero também com a trama de relações sociais que compõe a sociedade. Nesse sentido, a autora (2015) utiliza a palavra nó para expressar a forma como essas relações sociais interagem:

Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (SAFFIOTI, 1998). Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987) – historicamente constituída (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

Essa forma de trabalhar gênero, que correlaciona essa categoria com outras relações sociais, que considera as contradições e distinções entre cada período histórico não tem nada de neutro, como criticam as teóricas do feminismo materialista. Para Saffioti (2015), o conceito de gênero é mais ideológico que o de patriarcado. O que a autora defende é a utilização do conceito de gênero e patriarcado, considerando gênero muito mais amplo que o de patriarcado⁶⁴; a utilização simultânea dos conceitos de gênero, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios; “a impossibilidade de aceitar, mantendo-se a coerência teórica, a redutora substituição de um conceito por outro” (SAFFIOTI, 2015, p. 141).

Nesta altura da nossa argumentação consideramos importante destacar o que entendemos por patriarcado. Primeiramente, precisamos deixar claro que a autora considera patriarcado como processo histórico recente, cujo processo de instalação teve início nos anos 3100 a.C., mas só foi consolidado no ano 600 a.C. Pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos se fizermos a contagem desde o começo do processo de mudança ou com 2.603-4 anos se contarmos a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher. Por isso, ao utilizar juntos os conceitos de gênero e de patriarcado Saffioti (2015) faz outras

⁶⁴Levando-se em conta os 250 mil anos, no mínimo, da sociedade (SAFFIOTI, 2015).

considerações, já o primeiro é entendido como muito mais vasto que o segundo, as relações se dão de formas diferentes: se no patriarcado as relações são de hierarquia entre seres socialmente desiguais, o gênero compreende também relações igualitárias. Assim, “o patriarcado é um caso específico de relações de gênero (SAFFIOTI, 2015, p. 126)”. Além disso, para a autora (2015) patriarcado se configura como uma relação civil, não como uma relação privada, que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição, e se configura como um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade. Também tem uma base material, se corporifica e, por último, representa uma estrutura de poder que se baseia tanto na ideologia como na violência.

Assim, destacamos a historicidade da categoria relações de gênero, destacando a importância de que esta seja relacionada com outras relações sociais, conforme nos aponta Safiotti (2015). Portanto, quando falamos das relações de gênero às quais as trabalhadoras rurais no capitalismo dependente estão submetidas, devemos destacar o papel desempenhado pelo agronegócio e pelo grande latifúndio na perpetuação da opressão e da pobreza femininas: desde o início do século XVI a sociedade brasileira está assentada sobre o latifúndio, um fruto da colonização portuguesa, e que perdura até os dias de hoje, em estreita aliança com o agronegócio, aliança que além de aumentar a concentração de terras aumenta também a pobreza (CAMPOS, 2011). Em um trabalho onde analisa os direitos das mulheres a terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira, Deere (2004) demonstra que além da luta contra o agronegócio, as mulheres enfrentam também dificuldade de acesso a terra, dificuldade na hora de arranjar emprego ou de ter a sua independência. Compreendemos o agronegócio, assim como Campos (2011, p. 22) como:

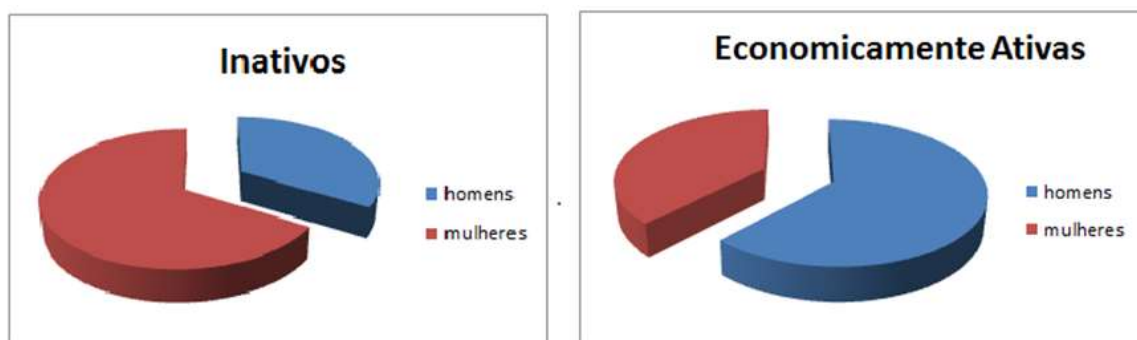
uma completa articulação de capitais, direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal, sob a hegemonia de grupos multinacionais, e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um locus privilegiado de acumulação capitalista, intensificando múltiplas desigualdades socioespaciais.

Além disso, o agronegócio apresenta como característica a “organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos

produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo (STEDILE, 2013, p. 32)”.

Ao analisar a participação política das mulheres no campo, Carneiro (2013) aponta para o aumento da utilização de mão de obra feminina no mercado de trabalho agrícola no início da década de 1980, que de 1970 até 1982 cresceu 132,7%, enquanto a mão-de-obra masculina decresceu em 5,4%. Aliado a estes dados está o fato de que a utilização da mão-de-obra feminina na produção de alimentos destinados ao mercado interno não é vista como trabalho, portanto, o trabalho feminino que aparece incorporado à produção agrícola é basicamente o trabalho assalariado (geralmente eventual) nas grandes lavouras para exportação. Essa situação não se modificou recentemente, segundo dados trazidos por Campos (2011), em 2006 o número de mulheres ocupadas em atividades agrícolas e que não recebem nenhum tipo de remuneração é de 80,7%, enquanto que o percentual de homens é de 27%. Dados mais recentes do Dieese (2011) mostram que a posição ocupada pelas mulheres nas atividades agrícolas não sofreram grandes mudanças. É possível observar no gráfico abaixo que apenas 37,9% das mulheres residentes em área rural se declararam economicamente ativas, contra 62,1 % dos homens. Já do total da população inativa 66,4% são mulheres, contra os 33,6% de homens.

Gráfico 1 – Distribuição de pessoas economicamente ativas e dos ativos residentes na área rural por sexo – Brasil 2009 (em %)

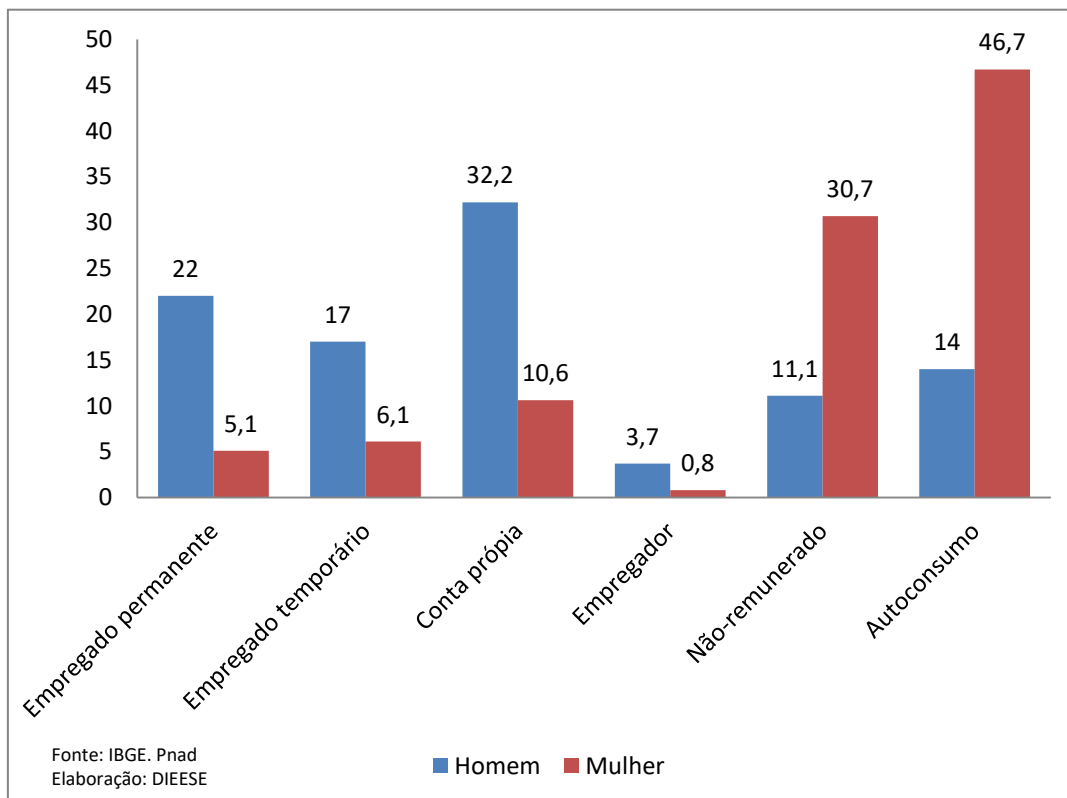


Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE
Obs: Exclue as pessoas sem declaração

Esses dados deixam claro que a invisibilidade do trabalho da mulher no campo é algo ainda presente na realidade brasileira. Outra questão da realidade específica das mulheres no campo

ligada à invisibilidade do trabalho feminino é o fato de que muitas vezes as mulheres e os filhos pertencentes a uma unidade familiar vão com o marido realizar os trabalhos, mas o pagamento é único, indivisível e feito ao homem, chefe de família (HEREDIA; CINTRÃO, 2008). Uma série de dados da PNAD de 2002 revelam que as atividades agrícolas realizadas pelas mulheres estão concentradas nos itens “produção para consumo” e “trabalho não remunerado”, que absorviam 42% e 39% das mulheres respectivamente, totalizando 81%, uma porcentagem que equivaleria às mulheres que não apresentam nenhum rendimento. Segundo Heredia e Cintrão (2006), esse é um indicativo de que o trabalho da mulher está concentrado na produção para consumo e que é visto como uma extensão do trabalho doméstico (não remunerado), o que reforça a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura. É possível observar no gráfico abaixo, com dados do PNAD de 2009, que as características do trabalho feminino não sofreram grandes mudanças, as mulheres trabalhadoras rurais continuam concentradas nos itens “trabalho não remunerado” (30,7%) e “autoconsumo” (46,7%), totalizando 77,4%, contra 25,1% dos homens.

Gráfico 2 - Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação, segundo sexo - Brasil 2009 (em %)



Esses dados de 2009 demonstram que não houve grande mudança nas características do trabalho efetuado pela mulher no campo. O trabalho feminino no campo ainda tem como principal característica a não remuneração, estando a maior parte das mulheres ocupadas na produção para o autoconsumo, posição, como destacamos anteriormente, essencial para a manutenção do trabalhador no campo e para a apropriação de uma quantidade maior de mais-valia. É possível perceber, por meio dos dados apresentados, que a maior parte do trabalho realizado pelas trabalhadoras rurais é do tipo não-remunerado e para autoconsumo. O que pode ser comprovado também com dados de 2013 sobre o assalariamento rural:

Tabela 1 - Assalariados rurais segundo sexo (pessoas de 10 anos ou mais de idade)
Brasil – 2013

Gênero	Empregados Rurais		Empregados Rurais Com Carteira Assinada		Empregados Rurais Sem Carteira Assinada	
	Nº absoluto	Em %	Nº absoluto	Em %	Nº absoluto	Em %
Masculino	3.609.914	88,9	1.430.973	86,9	2.178.941	90,3
Feminino	449.593	11,1	216.050	13,1	233.543	9,7
Total	4.059.507	100,0	1.647.023	100,0	2.412.484	100,0

Fonte: IBGE. Pnad 2013

Elaboração: DIEESE. Subseção Contag

Conforme podemos perceber através desses dados, tanto os números absolutos quanto as porcentagens deixam claro tanto a condição de precariedade dos empregos rurais, estando a maioria das pessoas trabalhando sem carteira assinada, quanto a diferença significativa de assalariados homens e mulheres. Sobre isso, Bambirra (1971) utiliza da análise de Margaret Benston para falar da materialidade da exploração da mulher no capitalismo. Benston (1989) foi uma das primeiras a escrever sobre a economia política da liberação da mulher e seu trabalho, publicado originalmente em 1969, teve grande impacto no diálogo feminista na época (MILES ET AL, 1993). Para Benston (1989), o trabalho doméstico, incluindo o cuidado dos filhos, constitui uma grande quantidade de produção socialmente necessária que, na sociedade capitalista baseada na produção e venda de mercadorias, não é considerado um trabalho real. Na verdade, a autora considera o trabalho doméstico como um trabalho pré-capitalista, posição com a qual Bambirra (1971) também concorda. É pré-capitalista já que, com o aparecimento do modo de produção capitalista houve uma mudança na forma do trabalho masculino, entretanto,

a maior parte do trabalho doméstico na sociedade capitalista (e nas sociedades socialistas existentes) remonta ao estágio pré-mercado. Este é o trabalho que é reservado para as mulheres e é nesse fato que podemos encontrar a base para a definição de mulheres (BENSTON, 1989, p. 3, tradução nossa)⁶⁵.

Nesse sentido, as diferenças entre o trabalho dos homens e das mulheres na sociedade capitalista repousam tanto no fato de que o trabalho doméstico ter origem pré-capitalista como no fato de que as mulheres⁶⁶, além de não estarem excluídas do trabalho produtivo, carregam a responsabilidade pelo trabalho doméstico, diferente dos homens, que não carregam nenhuma responsabilidade pelo trabalho doméstico. Na verdade, a participação da mulher no trabalho assalariado ocorre, mas as mulheres, como um grupo, não possuem responsabilidade estrutural, sendo essa participação normalmente considerada transitória. Essa afirmação de Benston (1989), de que as mulheres, como um grupo, estão excluídas do trabalho produtivo, está relacionada com outra posição adotada pela autora, que considera o trabalho doméstico como pré-capitalista no sentido que esse produz valor de uso e está localizado fora do mercado. Assim, apesar desse tipo de trabalho ser responsável por uma grande quantidade da produção socialmente necessária, “em uma sociedade baseada na produção de mercadorias, não é comum considerar ‘trabalho real’ aqueles que estão localizados fora do comércio e do Mercado” (BENSTON, 1989, p. 3, tradução nossa⁶⁷). Neste sentido, como aponta Bambirra (1971, p.3, tradução nossa),

ou a mulher é superexplorada quando trabalha também fora do lar ou, então, quando isto não se verifica, ‘a manutenção de sua família é uma carga oculta do assalariado, seu salário compra a força de trabalho de duas pessoas’, e que este ‘trabalho não pago do lar é necessário para que todo o sistema funcione’⁶⁸.

Assim, fica claro que o trabalho doméstico é necessário para o sistema capitalista e é por ele integrado. Para Benston (1989) e Bambirra (1971) o trabalho doméstico é pago pelo salário do marido, o que significa que a mulher passa a ter pouco controle sobre as condições que governam a sua vida. Além disso, a mulher que sai para o mercado de trabalho passa a ser

⁶⁵ “most household labour in capitalist society (and in the existing socialist societies, for the matter) remains in the pre-market stage. This is the work which is reserved for women and it is in this fact that we can find the basis for a definition of women” (BENSTON, 1989, p. 3).

⁶⁶ Na verdade, Benston (1989, p.3) define as mulheres como “um grupo de pessoas responsáveis pela produção de simples valores de uso naquelas atividades associadas com o lar e a família”.

⁶⁷ “in a society based on a commodity production, it is not usually considered ‘real work’ since it is outside of trade and the Market place (BENSTON, 1989, p. 3)”

⁶⁸ “o la mujer es super-explotada cuando trabaja también fuera del hogar o, entonces, cuando esto no se verifica, ‘la mantención de su familia es una carga oculta del assalariado, su sueldo compra la fuerza laboral de dos personas’, y que esta ‘labor no pagada en el hogar es necesaria para que todo el sistema funcione’” (BAMBIRRA, 1971, p. 3).

superexplorada fora de casa (além de acumular as funções do lar). Como destaca Benston (BENSTON, 1989, p. 8, tradução nossa⁶⁹):

Em todos os momentos o trabalho doméstico é de responsabilidade das mulheres. Quando elas estão trabalhando fora de casa, elas devem arranjar uma forma de administrar para que ambos, o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico, sejam feitos (ou elas supervisionam uma substituta para o trabalho doméstico).

Ou seja, mesmo quando a mulher passa a trabalhar fora de casa, a responsabilidade pelo trabalho doméstico permanece sendo feminina. A mulher que trabalha fora passa então a acumular tanto o trabalho fora de casa como o trabalho doméstico. Além do mais, a necessidade de manutenção do trabalho doméstico feminino é, segundo Benston (1989), funcional ao capital em dois aspectos principais:

Primeiro, o montante de trabalho não pago realizado pelas mulheres é muito grande e muito lucrativo para aqueles que possuem os meios de produção. Pagar as mulheres pelo seu trabalho, mesmo que em uma escala salarial mínima, iria implicar uma massiva redistribuição de riqueza. (...) E segundo, há o problema de se a economia pode se expandir o suficiente para que todas as mulheres façam parte da força de trabalho normalmente empregada (BENSTON, 1989, p. 8, tradução nossa⁷⁰).

Assim, tanto o trabalho feminino não pago quanto a força de trabalho feminina no mercado de trabalho são funcionais ao capital. E mais, a força de trabalho feminina não é funcional apenas nos momentos de expansão da economia, mas também na desvalorização do trabalho da mulher, que está inserida em postos de trabalhos precários e com salário inferior ao dos homens. Se para Benston e Bambirra o trabalho doméstico é pago pelo salário do marido, Delphy (2015) parte do preceito de que este é um trabalho não pago, gratuito, e que essa gratuidade não depende da natureza dos serviços prestados, mas do fato de serem realizados por mulheres dentro de casa. Delphy (2015) também se propõe a fazer uma análise da materialidade da opressão da mulher. Nesse sentido, a autora critica a posição adotada por Benston⁷¹ (1989) que reconhece o trabalho doméstico como produtivo⁷², mas que sugere que

⁶⁹“At all times household work is the responsibility of women. When they are working outside the home they must somehow manage to get both outside job and housework done (or they supervise a substitute for the housework)” (BENSTON, 1989, p. 8).

⁷⁰ “First, the amount of unpaid labour performed by women is very large and very profitable to those who own means of production. To pay women for their work, even at minimum wage scales, would imply a massive redistribution of wealth. (...) And second, there is the problem of whether the economy can expand enough to pay all women to work as a part of the normally employed labour force” (BENSTON, 1989, p. 8).

⁷¹ Essa crítica de Delphy (2015) parte de duas afirmações de Benston : 1) “Their [women] participation occurs; but as a group, they have no structural responsibility in this area[commodity production] and such participation is ordinarily regarded as transient (BENSTON, 1989, p.3).” e 2) “In structural terms, the closest thing to the condition of women is the condition of others who are or were also outside of commodity production, i. e., serfs and peasants (BENSTON, 1989, p.4).”

o não-valor ou a sua não remuneração e exclusão do campo da troca seria resultado da própria natureza do trabalho doméstico. A posição de Delphy (2015, p. 102), ao contrário, considera que:

(...) não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor. São as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção.

Ou seja, é o fato do trabalho ser efetuado pelas mulheres que determina a sua não-remuneração, e não a natureza do trabalho. Assim, ao tratar da natureza do trabalho feminino, Delphy (2015) faz algumas pontuações. Primeiro, que não há distinção entre o trabalho doméstico no que diz respeito às produções destinadas ao consumo familiar ou às produções destinadas ao mercado quando produzidas no âmbito doméstico no quesito remuneração. Ambos os tipos de produção não são remuneradas. Segundo, a autora afirma que “não há diferença entre o serviço doméstico realizado pelas mulheres e os outros bens e serviços ditos produtivos, realizados e consumidos na família” (DELPHY, 2015, p. 105). Na verdade, além de não haver diferença entre esses serviços, quando o trabalho doméstico realizado pela mulher no lar passa a ser realizado no mercado (por exemplo: serviços de lavanderia, creches, alimentação) ele passa a ser pago. Isso demonstra que não é a natureza do trabalho realizado pelas mulheres que faz com que este não seja pago, mas sim o fato dele ser realizado por mulheres dentro de casa que o torna não remunerado (DELPHY, 2015). Para exemplificar essa afirmação, a autora (2015) utiliza como exemplo o trabalho feminino no campo, já que no campo os bens produzidos pelo trabalho feminino podem tanto serem consumidos pela família quanto serem comercializados, o que significa que não há uma distinção entre valor de uso e valor de troca. Além do mais,

O mesmo bem que é consumido e que tem, portanto, um valor de uso para a família também tem naturalmente um valor de troca, visto que pode ser vendido no mercado; por outro lado, se não fosse produzido internamente, deveria ser substituído por seu equivalente comprado no mercado (DELPHY, 2015, p. 105).

É através do autoconsumo rural que a autora afirma que de fato a gratuidade do trabalho não depende da natureza do trabalho efetuado, já que quando não são produzidos em casa esses produtos devem ser comprados no mercado. Além disso, todos os produtos domésticos existem no mercado (DELPHY, 2015).

⁷² Lembrando que, em Marx (1985, p. 106) “O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar”.

Apesar dessa discordância, todas essas autoras concordam que o trabalho doméstico é parte fundamental da produção capitalista, posição que compartilhamos. Na verdade, a divisão sexual do trabalho como um todo é extremamente funcional ao capital e aos homens enquanto setor da sociedade (GODINHO, 2015). No caso da mulher camponesa temos, além destas questões, outras condicionantes que agravam essa condição, e representam além da exploração, a superexploração do trabalho. Superexploração que é condicionada também, pela dominação da agroindústria de exportação e do capital estrangeiro no campo (BARTRA, 2006).

Saffioti e Ferrante (1983) tratam dessas questões ao trazerem para a análise da situação da mulher nos países periféricos a questão do capitalismo agrário e em como isso incide nas condições de vida das mulheres, já que, na dinâmica contraditória estabelecida entre os setores capitalistas e não-capitalistas das economias periféricas, o que se tem é uma utilização permanente da força de trabalho, tanto a capitalista, assalariada, como a não-capitalista. Assim,

A articulação do modo de produção capitalista com as formas não-capitalistas de trabalho incide diretamente sobre a situação da mulher, uma vez que esta se situa, de preferência, em atividades organizadas em moldes não-capitalistas. Este fenômeno adquire maior intensidade nas formações sociais subdesenvolvidas, onde o peso relativo das formas de trabalho não-capitalistas é mais significativo do que o existente nas formações sociais altamente industrializadas (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983, p. 68).

As formas não-capitalistas referidas por Saffioti e Ferrante (1983) são justamente a força de trabalho familiar e as relações de subsistência encontradas principalmente no campo e que são funcionais ao capital tanto em momentos de maior mobilização de mão-de-obra como em momentos de refluxo, quando as atividades de subsistência passam a ser alternativas para aqueles que antes estavam em regime assalariado. É importante destacar que o imperialismo elimina parte da necessidade de uma recriação permanente dessas relações não-capitalistas nas nações do centro, justamente porque são as atividades não-capitalistas realizadas no interior das nações da periferia as responsáveis por manter as vantagens das nações do centro. Assim, “os contingentes humanos que se dedicam a atividades não-capitalistas são objeto de exploração por parte do ‘capitalismo nacional’ e do capitalismo internacional (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983, p. 67)”. Portanto, as mulheres que, em sua maioria, estão inseridas em atividades não-capitalistas, são exploradas duplamente: pelo capital nacional e pelo capital internacional. Consideramos que, apesar desse texto, publicado na década de 1980 falar de relações não-capitalistas no campo em uma época em que as relações sociais eram outras

tanto no campo como no meio rural e considerando as importantes mudanças ocorridas nas mais de duas décadas desde sua publicação, a ideia principal continua (infelizmente) atual. O trabalho familiar e as atividades de subsistência continuam sendo praticadas no campo, sendo realizados principalmente pelas mulheres. Trabalho, como demonstramos anteriormente, muitas vezes invisível e não remunerado.

A superexploração, enquanto característica inerente ao capitalismo dependente, permeia as relações entre capital e trabalho na América Latina. No caso do Brasil e das trabalhadoras rurais não é diferente, apesar das particularidades que envolvem também as relações femininas no campo, marcadas pela grande concentração de terra e pelo avanço do agronegócio. No caso das trabalhadoras do campo e da cidade existe também, além dessa superexploração, a invisibilidade e não-remuneração do trabalho feminino doméstico. Dessa forma, ao trazer a importância da divisão sexual do trabalho e do trabalho feminino gratuito para a produção e reprodução da força de trabalho para o capital, procuramos demonstrar a importância de se pensar para além dos mecanismos de exploração dos trabalhadores como um todo. É preciso termos em conta que a classe operária tem sim dois sexos, não segregando a classe, mas entendendo que a exploração e a superexploração ocorre para os dois, e que no caso das trabalhadoras rurais possui outros condicionantes específicos que precisam ser explicitados, para que então seja possível pensar na sua superação.

CAPÍTULO 3

OS COLETIVOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DO MST NO ESPÍRITO SANTO

Introdução - Sobre o método e a metodologia

Quando pensamos e organizamos essa pesquisa não imaginávamos o alcance que ela teria nas nossas relações pessoais. Ao ir à Campo, muitas das perguntas que tínhamos nos proposto responder no âmbito dos objetivos da pesquisa foram sendo respondidas, mas também foram se formando vínculos, amizades e uma relação que se estendeu para além dos Grupos Focais. Já tínhamos um contato com o Movimento e com algumas das mulheres que vinha desde antes da pesquisa, mas esse contato além de prosseguir se aprofundou. Participamos de um Encontro Estadual, conseguimos acompanhar o progresso da Agroindústria Camponesas do Assentamento Florestan Fernandes e estivemos presentes em alguns outros espaços que foram além do âmbito da pesquisa. Ao longo desse processo fomos percebendo que pesquisadora e pesquisa não estão tão separadas como a princípio imaginávamos. Assim, nesse processo, fomos buscando respostas às novas inquietações que surgiram. Até onde vai a pesquisa e onde começa o pessoal?

De fato, passamos a compreender que nosso objeto de pesquisa e o conhecimento teórico acerca desse objeto não é algo externo, mas sim é “uma relação em que o sujeito está implicado no objeto” (NETTO, 2011, p. 23) e que isso significa que não há uma neutralidade por parte do pesquisador no seu olhar sobre o objeto. Isso não significa dizer, entretanto, que não haja objetividade, mas que nosso olhar para com o nosso objeto de pesquisa não está separado da nossa percepção enquanto sujeito. Percepção essa, inclusive, que é carregada de experiências pessoais e de reflexões possibilitadas pelo acúmulo teórico adquirido ao longo da nossa formação. Além disso, temos em conta que o objeto da pesquisa possui uma existência objetiva independente da consciência, da reflexão do pesquisador (NETTO, 2011), sendo essa a forma como encaramos a pesquisa de campo.

Devido à forma como essa pesquisa foi organizada e o nosso objeto foi delimitado, não é possível garantir totalmente o anonimato das mulheres que participaram dos Grupos Focais, portanto, nos comprometemos a garantir sua privacidade através da utilização de

pseudônimos. O objeto de nossa pesquisa são dois coletivos de auto-organização de mulheres, duas agroindústrias e dois assentamentos, sendo de fundamental importância para atingirmos o objetivo ao qual nos propomos, que esses coletivos e os assentamentos onde estão localizados sejam identificados, que a história de luta que os originou e a história de luta dessas mulheres na busca pela conquista da terra sejam contadas e que as condições concretas de produção de cada região sejam apontadas.

As mulheres do MST são lutadoras. Fazer parte de um Movimento que luta contra o latifúndio e que propõe uma outra forma de vivência e de produção no campo em um país onde o latifúndio é a base da economia, através do qual o Brasil se insere na Divisão Internacional em consonância com o agronegócio e o monocultivo, significa ir contra o modelo de desenvolvimento agrário e de produção impostos pela sociedade. É essa a forma como entendemos o papel dos acampamentos e dos assentamentos do MST, e portanto, das mulheres que dele fazem parte, as acampadas e as assentadas que também já passaram por um processo de ocupação. É esse o significado que damos ao escolher os pseudônimos das treze mulheres que participaram dos grupos focais, que serão identificadas com o nome de lutadoras do povo brasileiro que fizeram parte da história do Brasil. São elas: Patrícia Galvão (Pagu), Olga Benário, Alexina Crespo, Bárbara Alencar, Rosa Bittencourt, Laura Brandão, Maria Celeste, Maria Aquino, Elizabete Teixeira, Anatólia de Melo, Helenira Rezende, Margarida Alves, Sônia Rangel⁷³. A escolha desses pseudônimos se justifica também porque a história, da maneira como é comumente apresentada nos livros didáticos, é uma história dos homens, com pouco ou nenhum espaço para as mulheres que compuseram não só a história de luta do Brasil, mas a história como um todo (MISTURA, L.; CAIMI, F. E., 2015).

Como explicitado anteriormente, optamos pela utilização do Grupo Focal como técnica de coleta de dados, já que, segundo Gatti (2012):

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros (GATTI, 2012, p. 11).

⁷³ Para maiores informações sobre essas mulheres e as lutas das quais fizeram parte: <http://averdade.org.br/2013/03/as-mulheres-revolucionarias-nas-lutas-do-povo/>

Assim, essa escolha se deu a partir do momento que identificamos que todos os grupos de mulheres estudados já estavam previamente estabelecidos, portanto, havia um assunto e uma história em comum entre essas mulheres, sendo muito mais interessante, portanto, aplicar uma técnica que permitisse não só a obtenção de mais informações em um menor espaço de tempo (GATTI, 2012), mas que também respeitasse e aproveitasse o fato de que há um trabalho e uma organização coletiva desses grupos, o que nos permitiria identificar questões individuais de cada uma das participantes e também compreender o papel de cada uma no coletivo e como esse as afeta individualmente. Foram realizados, assim, dois Grupos Focais em dois coletivos diferentes. Um no Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Guaçuí, e o outro no Assentamento Vale da Esperança, localizado no município de Santa Teresa.

A técnica de análise dos dados escolhida foi a Análise de Conteúdo, segundo a qual utilizamos a análise temática segundo Bardin (1977), e Gomes (2016). Dividimos, assim, a análise em quatro grandes temas: As Agroindústrias, Superexploração e Divisão Sexual do Trabalho, Gênero, Desafios. Esses temas foram escolhidos após a realização dos grupos focais como forma de responder aos nossos objetivos e ao objeto de pesquisa e, apesar da separação, eles estão relacionados entre si. Quando olhamos para a realidade e vivenciamos essas experiências, os sentimos na pele e por eles somos perpassadas, quando falamos da forma de organização do trabalho dessas mulheres, da divisão de tarefas e da forma como elas se organizam, das dificuldades enfrentadas e das formas de superação. Entretanto, como parte do método que orienta essa pesquisa e em consonância com o método de análise de dados, esses quatro temas estão diretamente ligados às categorias de análise que norteiam esse trabalho: Dependência e Questão Agrária, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho.

O município de Guaçuí está localizado na região sul do estado e faz divisa com o estado do Rio de Janeiro. A história da formação do município de Guaçuí pode ser remontada desde o início do século XIX, época em que começou a haver uma preocupação e um interesse por parte do Estado, então na figura de D. João VI, com a colonização da região limítrofe entre as então as Capitânicas de Rio de Janeiro e Espírito Santo. De fato, essa colonização se deu em grande parte pela expulsão e/ou assassinato das comunidades indígenas que ocupavam a região, principalmente os botocudos, bem como com a criação de pequenos povoados por onde os portugueses passavam (PMG, 2018). Conforme apontam Teodoro (2014), a colonização dessa região que mais tarde viria a ser chamada de Guaçuí se deu através da

utilização de mão-de-obra escrava oriunda da região de Bananal, no Vale do Paraíba. Portanto, Guaçuí, assim como a região sul do estado, teve como principal produto o café (e que continua sendo um dos principais), produzido nas grandes lavouras cafeeiras que até fins do século XIX utilizavam sobretudo mão-de-obra escrava.

Já o município de Santa Teresa, está localizado na Mesorregião central do Espírito Santo, na região serrana. Cerca de 40% do seu território é composto por Mata Atlântica preservada, e 50% é destinado para a agricultura. Além disso, o município é o maior produtor de vinho do estado, representando 80% da produção total. A colonização de Santa Teresa também teve início no final do século XIX, quando vieram os primeiros imigrantes europeus para o Brasil. De fato, Santa Teresa foi denominada a primeira cidade de fundação italiana no Brasil. Mais tarde chegaram também imigrantes alemães, poloneses e suíços (PMST, 2018).

As Agroindústrias

O primeiro Grupo Focal foi realizado no Assentamento Florestan Fernandes, que fica localizado no município de Guaçuí e faz divisa com o Rio de Janeiro. Dentro do seu terreno há a Usina Hidroelétrica de Rosal, o que proporciona um agradável barulho de água caindo e vários pontos para tomar banho (aproveitados tanto por pessoas como por animais). Há também uma cachoeira e uma área de convivência, onde antes também ficava a escola, hoje desativada⁷⁴. É nessa área de convivência que as mulheres produziam os pães para a merenda escolar quando acessaram o PNAE⁷⁵, produzem os doces e geleias e irão produzir as polpas na agroindústria que está sendo construída. São quatorze anos de assentamento, tendo sido três anos de acampamento (que teve início no dia 18 de abril de 2000), antes da conquista dos lotes. Ali residem 33 famílias, cuja produção é bem variada: desde criação de animais de pequeno porte, frutas, café, mogno, até criação de animais de grande porte como bovinos (e conseqüentemente produção de leite), legumes e vegetais, sendo grande parte produzida sem a utilização de agrotóxicos. O terreno é dividido segundo o modelo conhecido como “quadrado

⁷⁴ O fechamento dessa escola está inserido em um processo mais amplo de fechamento das escolas do campo que vem sendo denunciado pelo MST. Segundo dados da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), de 2002 até 2017 foram fechadas cerca de trinta mil escolas. Para maiores informações acessar: <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/09/cresce-o-numero-de-escolas-fechadas-no-campo-no-brasil/>.

⁷⁵ Programa Nacional de Alimentação Escolar, criado em 1997. Este programa tem como base a junção da agricultura familiar e a alimentação escolar. Sendo executado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, o PNAE determina que no mínimo 30% do valor repassado para os estados, municípios e para o Distrito Federal para a execução do programa deve ser utilizado na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>

burro”, ou seja, o terreno foi dividido em um lote onde cada família mora e produz (CONCRAB, 2001).

O coletivo de auto-organização desse assentamento é o “Camponesas”, cujo regimento interno (Anexo II) permite ter uma noção sobre o processo de construção do coletivo enquanto uma agroindústria. Esse é formado por sete pessoas, cinco mulheres e dois homens e é fruto da organização das mulheres que começou em 2011, quando participaram do curso de plantas medicinais oferecido pela UFES de Alegre. Esse curso contava com a participação de onze mulheres que recebiam uma ajuda de custo para manter os filhos em idade escolar. Após o término do curso, apenas cinco mulheres continuaram na produção de pães para a merenda escolar através do PNAE. Foram dois anos produzindo pães para a merenda escolar, antes de ser organizado outro grupo para a produção de polpa de fruta. Mais tarde o grupo de pães e o grupo de polpa se juntaram e formaram o grupo de mulheres. Com o coletivo de mulheres funcionando, as mulheres descobriram que tinha um edital para produção de polpa para o Município de São José dos Calçados e começaram a se mobilizar para tentar acessar esse edital. Fizeram curso do SEBRAE, que foi realizado no próprio assentamento. Conforme podemos perceber pela fala de Elizabeth Teixeira sobre o surgimento do grupo:

Elizabeth Teixeira: De onde surgiu a ideia do grupo? Nós tínhamos uma professora da Universidade [UFES], de Alegre, que ela começou a dar o curso pra nós de plantas medicinais. E aí veio o grupo de mulheres... pra trabalhar com as plantas. Através desse curso, que foi um ano de curso.

Moderadora: Esse curso era da onde?

Elizabeth Teixeira: De, da Universidade de Alegre, UFES. Aí nós tínhamos uma casinha aqui que ela estava em ruínas, estava caindo essa casinha. Através desse curso que a gente estava fazendo aí, da Universidade, conseguimos um projeto via Samarco para reforma dessa casa aqui. Reforma dessa casa e compra de embalagens pra fazer os produto (sic). Só que nessa época era 11 mulheres que tinha uma ajuda de custo, pra cada mãe que tinha filho estudando receberia um... uma ajuda de 100 reais por criança. E tinha 11 mulheres fazendo esse curso, quando terminou o curso a casinha já estava pronta, tinha até muita embalagem, mas aí cabou (sic) o curso as mulheres desistiram também de continuar com as [incompreensível] das dificuldades de vendas, né, e aí parô, parô (sic) com o curso. Aí de repente, a casa pronta e nós, e estava sem utilidade. Aí de repente surge uma chamada pública da merenda escolar, e nessa chamada pública tinha pães, tinha pães caseiro.., pães de leite. Aí eu perguntei como que a gente podia participar: pode participar e a vigilância sanitária pode vir aí, ver como é que tá aí o local e aí corremos atrás, corri atrás da vigilância sanitária, veio, aí teve que adequar alguma coisa, colocar tela na janela, e nós falamos que ia entregar o pão. Mas, foi difícil, porque nós não tínhamos maquinário, imagina a gente fazer 400 pãezinhos. Na mão. Enroladinho na mão, só no cilindrinho.

Foi dessa forma que o grupo começou a se organizar, lá em 2011, através de um incentivo por parte da UFES de Alegre, e atualmente conta com uma produção de geleias, polpas, compotas e licores feitas com as frutas produzidas dentro do próprio assentamento, sem a utilização de

agrotóxicos, coisa que elas fazem questão de destacar. Para a construção da Agroindústria “Camponesas” as mulheres enfrentaram vários desafios, começando com a restauração da casa que estava abandonada e que mais tarde passou a ser o local de produção, até a organização das mulheres para produzirem pão para a merenda escolar através do PNAE e até a conquista de maquinário especializado na produção de pães.

Figura 7 – As mulheres da agroindústria “Camponesas” mostrando sua produção.



Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/2018/05/03/as-camponesas-grupo-de-mulheres-do-mst-promovem-agroecologia-com-fruticultura/>

As mulheres que fazem parte dessa agroindústria são:

Elizabeth Teixeira, 58 anos, há seis anos como Direção Estadual do MST. Participa da produção de doces e geleias e da agroindústria. Está no assentamento desde o início, há 14 anos, mais os 3 anos de ocupação.

Anatália de Melo, 48 anos, antes do Assentamento trabalhava em uma fazenda. Seu marido era campeiro e ela ganhava 100 reais. É feirante tanto no município de São José dos Calçados como em Guaçuí, participa do programa PNAE também nos dois municípios e da produção de doces e geleias.

Helenira Rezende, 49 anos, que participa da produção de geleias e da agroindústria. Mora há

14 anos no Assentamento e é da região (nasceu na Fazenda Castelo). Antes do Assentamento morava em Bom Jesus e trabalhava de doméstica.

Margarida Alves, 32 anos, era de Bom Jesus e está há nove anos no Assentamento, desde que sua irmã foi embora. Trabalhava de doméstica em Bom Jesus e hoje trabalha na horta, na polpa, na geleia

Laura Brandão, 57 anos, 14 anos de Assentamento. É da região.

Olga Benário: participa da agroindústria e da feira.

O segundo Grupo Focal foi realizado no Assentamento Vale da Esperança, em Santa Teresa, onde vivem 39 famílias. Esse Assentamento, ao contrário do Florestan Fernandes, foi dividido segundo os moldes da vila agrícola: é formada uma vila, onde ficam as casas dos assentados e assentadas, e as terras são divididas em lotes mais ou menos iguais, mas que também variam de acordo com o tipo de produção e com a necessidade específica de terra para a sua produção. Ao contrário do Assentamento Florestan Fernandes, a escola do Vale da Esperança está funcionando, inclusive com a atuação de um grupo auto-organizado de educadoras. Por conta da crise hídrica que assola o estado há alguns anos, o Assentamento tem passado por um período de mais ou menos quatro anos de escassez de água, o que afeta não só o cotidiano das famílias, mas que prejudica principalmente a produção. Uma das dificuldades enfrentadas pelo coletivo é justamente a falta de água para produzir suas próprias matérias primas.

Figura 8 – Foto do Assentamento Vale da Esperança



Para a realização do Grupo Focal, chegamos ao Assentamento (depois de pegar um ônibus e uma carona na caçamba de uma caminhonete) em um Sábado à noite, já que no Domingo às 14h as mulheres iriam fazer uma reunião de rotina da Agroindústria da qual participamos antes de realizarmos o Grupo Focal, o que nos permitiu ter uma ideia inicial de como as mulheres se organizam para produzir. O coletivo de mulheres do Assentamento Vale da Esperança também se chama “Camponesas” e está organizado há quatro anos. A agroindústria surgiu de uma demanda concreta da realidade, a necessidade de renda própria. Entretanto, as mulheres desse assentamento possuem um histórico de auto-organização que vem desde a época de acampamento, permaneceu durante a fase do assentamento, sendo anterior à formação da Agroindústria. Conforme apontamos anteriormente, uma das questões da trabalhadora rural é a invisibilidade e, portanto, a não remuneração do seu trabalho, seja ele na roça ou no cuidado com a casa e com os filhos, e foi justamente essa questão, mais a tradição da região de produção e consumo de massas, que levou as mulheres a se organizarem para montar uma agroindústria de panificados. A organização da Agroindústria Camponesas do Assentamento Vale da Esperança se deu através de um Projeto da Prefeitura de Santa Teresa de equipamentos de cozinha industrial.

As componentes dessa agroindústria são:

Patrícia Galvão, que mora no Assentamento há 19 anos, além de trabalhar na agroindústria, na roça e em casa também tem um emprego fora do Assentamento, no IFES.

Maria Aquino, 48 anos, mora no Assentamento há 19 anos, antes morava no Assentamento Vale da Vitória, foi morar no Vale da Esperança para contribuir com a organização da Brigada.⁷⁶

Alexina Crespo: 35 anos, filha de meeiro, se mudou pra região quando tinha sete anos de idade. Depois de casada, o marido, que também era meeiro que trabalhava na fazenda, se juntou ao Movimento quando da ocupação. Na agroindústria trabalha fazendo pão, coisa que já fazia em casa, antes mesmo do curso de capacitação, e faz pão em casa para vender também.

Bárbara Alencar: 89 anos, também trabalhava de meeira na fazenda quando da ocupação do Movimento, quando o filho se juntou e trouxe a família com ele. Mora com mais duas netas, uma que trabalha e outra que estuda na cidade. Bárbara Alencar participa da agroindústria

⁷⁶ O MST divide os assentamentos e acampamentos de acordo com regiões, as brigadas.

fazendo bolacha.

Sônia Rangel: Assentada há 19 anos. Quem participou do processo do acampamento foi a sua mãe, tendo ela se juntado ao Movimento depois.

Maria Celeste: Quando da realização do Grupo Focal, em novembro de 2017, estava há mais ou menos um ano morando no Assentamento, tendo logo se integrado na produção de bolacha junto com a Bárbara Alencar.

Figura 9 – Foto tirada após a realização do Grupo Focal com as participantes da Agroindústria Camponesas do município de Santa Teresa.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Superexploração e Divisão Sexual do Trabalho

Temos então, como foco da nossa análise, dois coletivos diferentes, organizados em assentamentos distintos, em torno de duas agroindústrias igualmente diferentes, uma de produção de geleias, doces e de polpa de fruta e outra com a produção de biscoitos e pães. O quê cada uma produz está ligado ao histórico e à realidade de cada região, parte das condições

concretas de produção de cada assentamento, o que depende da escassez ou da abundância da água e também do clima da região. Da mesma forma, a formação dessas agroindústrias parte da realidade concreta dessas trabalhadoras rurais, que por serem mulheres do campo em um país dependente são diretamente impactadas por essa condição. Isso significa dizer que fazem parte de um país cuja história recente remonta à exploração e o saqueio da terra e do trabalho e que, desde a sua independência formal está inserido na divisão internacional do trabalho enquanto produtor de matéria prima e de *commodities* para o mercado externo, que vão beneficiar diretamente o capital internacional e servir para baratear o custo da força de trabalho nos países centrais.

Conforme nos demonstra Marini (2011) e Carcanholo (2017), a dependência se configura como a forma como as economias periféricas se inserem na economia mundial de acumulação do capital. Isso significa dizer que centro e periferia fazem parte da dinâmica de atuação do sistema capitalista. Nesse sentido, quando falamos das mulheres do MST, estamos falando de mulheres que fazem parte de um país cuja principal pauta exportadora são as *commodities*, e em cujo campo predomina a produção regrada pelo agronegócio voltada para a exportação. Segundo dados do último Censo Agropecuário sobre a concentração fundiária, apenas 0,91% dos estabelecimentos concentram 45% de toda a área rural do país, já os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% de estabelecimentos rurais, ocupando menos de 2,3% da área total. Além disso, segundo dados trazidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), a agricultura familiar, ou seja, a pequena propriedade, é responsável por 70% do que se consome no país. Soma-se a isso a falta de incentivo para a agricultura familiar. Isso significa que a maior parte dos incentivos destinados para a produção são voltados para a exportação, o que geralmente resulta no incentivo à utilização de sementes geneticamente modificadas e de agrotóxicos. Essa realidade, em conjunto com a reprimarização da pauta de exportação (DELGADO, ANO), mostram que o papel desempenhado pelo Brasil e pela América Latina na Divisão Internacional do Trabalho é de exportadores de produtos primários.

Ou seja, o sentido da exploração e da espoliação sofrida pelo Brasil enquanto colônia e a sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho, quando nação formalmente independente, dão sentido ao que se entende por dependência. As relações comerciais entre economias centrais e periféricas se dão por meio de um intercâmbio desigual, o que ocasiona a transferência de valor de economias com composição orgânica do capital menor para economias cujos capitais

possuem maior composição. Carcanholo (2017), baseado em Marini, relaciona três diferentes níveis de abstração segundo os quais isso ocorre. O primeiro nível, mais abstrato, considera que diferentes capitais possuem níveis distintos de produtividade, e ocorre justamente quando os capitais com maior produtividade, vendendo suas mercadorias pelo valor de mercado, se apropriam de uma parte da mais-valia que por eles não foi produzida, a mais-valia extraordinária. Assim, nesse nível mais abstrato, a lei do valor se aplica, em nível da acumulação mundial, quando economias que possuem capitais com produtividade abaixo da média se apropriam de menos capital do que produziram, enquanto as economias com produtividade acima da média se apropriam de mais do que por elas produzido. Em síntese, esse “desnível na produtividade de mercadorias produzidas tanto em uma (economia central) quanto em outra (economia dependente) permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida na última e que é apropriada/acumulada na primeira” (CARCANHOLO, 2017, p. 79). O segundo nível de transferência ocorreria em um nível de abstração menor do que o anterior, e seria a transferência de valor entre diferentes setores de produção, onde setores de maior produtividade se apropriariam de uma taxa de lucro maior, um lucro extraordinário. Os setores que produzem suas mercadorias com uma produtividade maior do que a média, conseqüentemente, vendem essas mercadorias por um preço de mercado maior do que os preços que produziram, permitindo que se apropriem de mais-valor do que por eles produzido. Já o terceiro nível ocorre no nível dos preços de mercado, quando determinados capitais conseguem, por um espaço de tempo, manter seus preços de mercado acima dos preços de produção, o que permite que esses capitais se apropriem de um lucro mais elevado do que a média e mais elevado do que de fato foi por eles produzido.

Ou seja, a compreensão desses três mecanismos permitem entender a forma como se dá a inserção das diversas economias no plano da circulação mundial de mercadorias, onde “economias centrais, que tendem a possuir capitais com maior composição orgânica de capital em relação à média (de seu setor e entre outros setores da produção), também tendem a se apropriarem de um valor produzido por capitais que atuam nas economias dependentes” (CARCANHOLO, 2017, p. 81). Diante do exposto, entendemos a superexploração enquanto o único mecanismo que as economias dependentes possuem para contrarrestar essa transferência de valor. Nesse sentido, quando falamos das trabalhadoras rurais inseridas nas economias dependentes, estamos nos referindo a uma condição de superexploração a que se somam também condicionantes de gênero.

Como vimos, além da não remuneração do trabalho realizado no âmbito doméstico, característica fundamental para a acumulação capitalista, as trabalhadoras rurais também não são remuneradas pelo trabalho na roça, que geralmente é visto como uma ajuda prestada ao trabalho do homem, como se pode perceber no discurso abaixo:

Maria Aquino: E aí, uma das demandas que nós sempre apresentamos era, assim, como que nós, jovens mulheres, principalmente, e principalmente as jovens meninas, como que a gente poderia, é... que alternativa que a gente poderia pensar pra gente aumentar a renda, ou melhorar a renda, né? Visto que a gente, quando nós não vamos pra roça, ainda que a gente tenha a ideia de que a mulher vai pra ajudar, entre aspas, a gente vai pra trabalhar. Só que o nosso trabalho, ele não... no final do mês, da semana, ele não nos rende, não tem uma renda para nos repassar, né? Tá (sic) ali embutido nas despesas da roça. Então a gente não tem uma renda, no sentido monetário da palavra, né? Uma grana pra gente comprar nossas coisas, coisas de mulheres, e também pra gente poder ajudar nas despesas de casa. Então essa foi sempre uma das demandas nossa, é... pensar alternativa, como é que a gente pode ampliar essa renda. Como é que nós mulheres podemos é... participar dessa renda efetivamente, não somente com trabalho, de cuidar da casa, dos filhos, ir pra roça, e da atividade das políticas internas mas também como é que a gente pode também ter uma renda.

Quando falamos das famílias assentadas do MST, e em específico das famílias das mulheres participantes dos grupos focais, estamos falando de pequenas propriedades onde geralmente se produz algum produto para exportação, como por exemplo o café e a pimenta, ou com a criação de bovinos e pequenos animais, como galinhas, patos e porcos, além do cultivo de hortas, que geralmente é de responsabilidade das mulheres. Mais que isso, a fala da Maria Aquino aponta para a dificuldade da mulher ter renda própria, mesmo que trabalhando junto aos homens na roça, o que é comum à maioria das trabalhadoras rurais, inclusive aquelas que estão organizadas no MST.

Conforme apontamos anteriormente, a não remuneração do trabalho feminino realizado no âmbito doméstico é fundamental para a produção e reprodução da força de trabalho (BENSTON, 1989; DELPHY, 2015). Ou seja, a divisão sexual do trabalho e a hierarquização do considerado trabalho masculino em detrimento do feminino, coloca a esfera da reprodução como da responsabilidade da mulher, enquanto que a esfera da produção, considerada a da produção de riquezas, é tida como responsabilidade do homem. Conforme aponta Kergoat (2009), além da divisão sexual do trabalho ter como uma das características principais a destinação dos homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, os homens também apreendem funções de forte valor agregado o que leva ao fortalecimento da hierarquia entre homens e mulheres. Dessa forma, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos ficam sob responsabilidade das mulheres, mesmo quando essas trabalham fora de casa.

Podemos perceber essa questão quando, ao conversarmos com as mulheres do coletivo do Assentamento Florestan Fernandes, elas dizem:

Helenira Rezende: Geralmente é assim, há pouco tempo teve uma reunião, aí começou a encher meu saco aí eu larguei. Às vezes a gente quer priorizar [a agroindústria] mas aí começa a buzinar, buzina, buzina, buzina. Aí dá vontade de meter o pé em tudo e largar pra lá. Aí nem vim. Aí: "Ah, você vai pra lá e vai largar o serviço todo dentro de casa". Aí eu falei: "Que dia que eu saí de casa sem largar comida procê ponta aí?"(sic). Aí eu tava com pedreiro e acabei nem vindo. A vontade da gente é vim e largar tudo pra lá (sic)...

Moderadora: Então pra você sair você tem que deixar a comida pronta, tudo certinho?

Helenira Rezende: Tudo pronto... Eu tenho que tirar o leite, tratar das criação (sic), [incompreensível].

Moderadora: Mirian. Como é que funciona?

Margarida Alves: Como é que funciona? Eu mesmo [incompreensível]. Eu quando tenho que vir pra cá eu levanto na hora que meu menino sai pro colégio (sic), e ajeito as coisas, molho horta. Se não der pra mim molhar eu peço ele mesmo pra molhar e venho pra cá.

Moderadora: E aí, tranquilo?

Margarida Alves: Tranquilo. É igual Elizabeth Teixeira, é um dia eu venho... [incompreensível].

Elizabeth Teixeira: Não se mete a colher nas nossas coisas são esses dois maridos [da Elizabeth Teixeira e da Margarida Alves].

Helenira Rezende: Eurico [marido da Helenira Rezende] também não é muito de se intrometer não.

O trabalho realizado fora de casa, remunerado, se soma ao realizado dentro de casa, não-remunerado. Quase todas as falas, nos dois grupos focais, não apontaram para uma reorganização do trabalho doméstico quando da organização dessas mulheres em torno do trabalho no coletivo. Na verdade, o que os relatos demonstram é que, no geral, as mulheres tendem a se organizar no intuito de cumprir com todas as tarefas. Mais do que isso, entendemos, ao analisar as falas acima, que de fato, a construção social do que é ser mulher está intimamente vinculado ao trabalho doméstico e à esfera da reprodução. Ou seja, além das mulheres serem responsáveis pelo trabalho reprodutivo, e no caso das mulheres do campo, também pelo trabalho produtivo na roça, e não serem reconhecidas por isso, quando elas participam da esfera da produção, tendo como exemplo o trabalho na agroindústria, elas não deixam de ter a responsabilidade sobre o trabalho reprodutivo (doméstico). Ao contrário dos homens, que não carregam nenhuma responsabilidade sobre a esfera do trabalho reprodutivo.

Moderadora: Continuando com o tema das tarefas do coletivo: quanto tempo vocês gastam mais ou menos e como que isso mudou também a rotina de vocês?

Helenira Rezende: Uuf... Nossas tarefas hoje é bem corrido (sic) porque é bastante serviço. É serviço de casa aí você tem que priorizar aqui também, vir aqui pra poder fazer as... as coisas porque se a gente perder as frutas. Então a gente tem que fazer o tempo, pra dar...

Moderadora: Vocês têm as tarefas de casa também, né? E que já vinham de antes.

Helenira Rezende: De antes, é...

Moderadora: E como é que vocês fazem agora, como é que ficou? Eu gostaria que cada uma de vocês falasse. Como é que ficou depois, assim, porque é muita coisa, como você falou

Helenira Rezende: é fruta, está na época de fruta e a fruta não espera, vocês têm que fazer. E aí como é que fica dentro de casa? Se isso tem mais trabalho pra vocês ou se isso é dividido, como o marido, por exemplo. Ou como vocês estão dando conta de tudo, porque é muita coisa pra dar conta.

[risos]

Anatália de Melo: Conta a gente não dá não, a gente vai deixando, vai fazendo o mais grosso.

Helenira Rezende: Vai fazendo o que é mais necessário.

Margarida Alves: Quando chega num dia faz o faxinão (sic).

Anatália de Melo: Aí quando chega o dia que vê que não dá mais, aí dá um...

Elizabeth Teixeira: Dá a desculpa de que não tem água, sabe...

Anatália de Melo: Quem não tem água fala que não tem água, aí vai empurrando.

Margarida Alves: Aí vai juntando roupa, juntando vasilha... [risos].

Como citamos acima, nem todas as falas apontam para a falta de reorganização do trabalho reprodutivo. O depoimento de Alexina Crespo, da agroindústria do Assentamento Vale da Esperança, é um exemplo de que nem todas as mulheres arcam sozinhas com todo o trabalho doméstico:

Alexina Crespo: A gente planta café, pimenta. Dá pra conciliar. Meu esposo é a mesma questão do dela [Sônia Rangel], né? Quando ele pode ele ajuda, porque ele também trabalha no [incompreensível] é por escala, trabalha um dia sim e um dia não. Quando trabalha dia de domingo é domingo, no caso, se for olhar, né? Ele trabalha um domingo sim, um domingo não, aí fica um dia em casa, eu vou com ele pra roça mas ele me ajuda em casa também. E é puxado, é cansativo mesmo. Igual, eu venho pra agroindústria, eu tenho que dar conta das duas coisas, porque eu trabalho ali, só que o meu período de trabalho da panificação, ele é longo. Às vezes dá pra mim (sic) ir em casa, eu varro uma casa, eu lavo uma vasilha. Aí eu venho, né, faço todo o processo de esterilização, boto a minha touca, avental, aí eu trabalho ali de novo, naquele tempo e fico ali esperando. Aí dá pra conciliar assim, que eu moro pertinho ali. Dá pra conciliar, e ele me ajuda sim.

De fato, algumas das mulheres relatam que há uma ajuda por parte do marido dentro de casa, o que talvez signifique outra divisão das tarefas domésticas. Entretanto, não consideramos esses exemplos como uma superação da divisão sexual do trabalho. Conforme o relato acima, o trabalho realizado pelo marido dentro de casa é visto como uma ajuda que acontece quando possível, uma vez que ele trabalha fora de casa. Podemos considerar que essa forma de encarar o trabalho doméstico realizado pelo homem é similar à forma como o trabalho das mulheres na roça é encarado: como uma ajuda. Ou seja, mesmo nessas situações as bases da divisão sexual do trabalho não são superadas.

Gênero e a Auto-organização

Um dos objetivos iniciais da nossa pesquisa era compreender como os coletivos de auto-

organização das mulheres do MST contribuem para o debate de gênero dentro dos Assentamentos. Após nossa pesquisa de campo compreendemos que não são só os coletivos que contribuem com o debate de gênero, são os debates de gênero dentro das diversas instâncias do MST que estimulam a criação dos coletivos de mulheres, sejam eles os de produção, os de saúde, os de educação, etc. De fato, os dois coletivos estudados tiveram início com demandas concretas da realidade. O coletivo do Assentamento Florestan Fernandes começou a se reunir com a participação de um curso que oferecia ajuda de custo para cada filho em idade escolar e foi com o término do curso que algumas dessas mulheres passaram a se organizar em torno da produção. O coletivo do Assentamento Vale da Esperança remonta a um histórico de auto-organização que vem desde a fase do acampamento e à falta de remuneração das mulheres pelo trabalho realizado. Segundo Maria Aquino, a iniciativa para a auto-organização voltada para a produção surgiu quando da possibilidade de acessar um projeto da Prefeitura de Santa Teresa que oferecia equipamento para uma cozinha industrial.

Quando realizamos os grupos focais percebemos que durante a sua trajetória no MST, houve, para a maioria das mulheres organizadas no MST, algum tipo de formação sobre gênero ou alguma luta ou ação coletiva por elas organizada. Um exemplo é o grupo do Assentamento Vale da Esperança, cujas reuniões incluíram, durante a construção do coletivo auto-organizado, antes mesmo da formação da agroindústria, a formação e o debate sobre gênero. O coletivo de auto-organização do Assentamento Florestan Fernandes, que se originou de uma iniciativa da UFES de Alegre, teve como ponto de partida um curso de ervas medicinais voltado para as mulheres e que fornecia uma ajuda financeira para cada filho matriculado na escola. De fato, a auto-organização dos coletivos de mulheres é um dos princípios do MST, fruto da própria luta das mulheres por maior participação dentro do próprio Movimento, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos. Além disso, o debate de gênero é discutido tanto nas instâncias de auto-organização, como é o caso dos debates realizados pelo coletivo do Assentamento Vale da Esperança, quanto em congressos e encontros do Movimento. Estivemos presentes em espaços de debate de gênero tanto no VI Congresso Nacional do MST quanto no Encontro Estadual de 2017, momento em que foi organizado um debate com as mulheres sobre os diversos tipos de violência contra a mulher.

Como visto nos relatos das mulheres dos coletivos, o Movimento e as mulheres que dele fazem parte estão inseridas em uma sociedade capitalista e patriarcal, e isso se manifesta também nas várias instâncias do MST. É justamente por causa desse machismo e das relações

patriarcais que, desde o início do Movimento as mulheres se organizaram e continuam se organizando, fomentando o debate de gênero e buscando alternativas coletivas visando a sua superação. A luta das mulheres dos movimentos camponeses é contra a manutenção da organização patriarcal como um todo, na qual são produzidas e reproduzidas tanto o patriarcado quanto a divisão internacional do trabalho. Assim, conforme aponta Nogueira (2011), a atuação efetiva dos homens, e inclusive a sua militância, está voltada para a realização de conquistas econômicas, tendendo a diminuir quando da formação dos assentamentos. A conquista da terra e a formação dos assentamentos são, de fato, positivos para o Movimento como um todo. Porém,

Pode ser negativa ao possibilitar uma regressão – uma vez tendo em vista a retomada do núcleo familiar, as relações hierarquizadas também se explicitam novamente – sobretudo para as mulheres que experimentam nesse processo o retorno à antiga condição de submissão à dominação patriarcal. É nesta hora que as mulheres, ou pelo menos parte substantiva delas, decide não aceitar esse retrocesso e passam a lutar no interior do movimento pelo reconhecimento de seu papel fundamental em todos os momentos (NOGUEIRA, 2011, p. 37)

Nesse sentido, a auto-organização é uma forma encontrada pelas mulheres e colocada em prática não só pelo MST, mas também por outros Movimentos de mulheres camponesas (como o Movimento das Mulheres Camponesas), de enfrentarem os problemas e buscarem uma saída coletiva. Além disso, a auto-organização e a organização da produção na forma de cooperativas sob o controle dos trabalhadores e trabalhadoras é uma orientação política do programa agrário do MST, uma das orientações para a construção de uma Reforma Agrária Popular. Significa também melhora nas condições de vida não só das famílias das mulheres que participam ativamente das agroindústrias, mas dos assentamentos como um todo. No Assentamento Florestan Fernandes, por exemplo, as mulheres relatam que o dinheiro recebido com as vendas da agroindústria possibilitou a compra de móveis como cama e colchão, de eletrodomésticos novos, como geladeira e forminho, a compra de celulares novos que elas usam com orgulho e até mesmo a compra de roupas novas para toda a família e de comida gostosa para os netos. Além disso, com a inauguração da agroindústria de polpa de frutas, as mulheres do coletivo estão planejando gerar dois postos de emprego para os jovens do assentamento.

A auto-organização e o trabalho coletivo como um princípio do MST. É uma forma de luta e de resistência contra o modelo de agricultura capitalista convencional. Face às dificuldades de permanência no campo de forma digna, a saída encontrada é coletiva. Podemos observar no relato abaixo que antes mesmo de se organizarem para a construção da agroindústria, havia

uma organização das mulheres em torno das lutas dos 08 de março e da discussão da questão de gênero:

Maria Aquino: E aí a gente vem buscando alternativas, desde antes, né... seja ela como uma técnica pessoal, de aprimorar algumas habilidades culinárias, habilidades de artesanato, a gente tem sempre buscado alternativas pra... Mas a gente sempre pensou, pelo menos, assim, não fomos sempre pensando coletivamente, mas de alguma forma em algum imaginário individual, essa ideia de ter a agroindústria, de ter alguma coisa que pudesse. Até aí ficava só no imaginário ou na vontade das pessoas, a gente nunca... isso é importante que a gente diga, porque nós nunca sentamos, assim, nós, enquanto grupo de mulheres, pra discutir esse assunto especificamente. Nós mulheres nos reunimos aqui sempre nos 08 de março, em alguma atividade específica, ou quando a gente era convidada para discutir algum tema é... relativo à questão de gênero ou à questão da mulher. Mas nunca paramos para discutir: como é que seria o processo de produção ou do envolvimento da produção das mulheres. A gente nunca fez esse processo, muito menos, discutir conosco como seria a melhoria de renda.

Diante do exposto, podemos afirmar a formação de grupos de mulheres para discutir gênero e a participação nos 08 de março são exemplos de auto-organização de mulheres nos assentamentos e nos acampamentos e que demonstram a preocupação com a discussão de gênero e a participação política da mulher em todas as instâncias do Movimento.

Desafios para a auto-organização

Quando questionadas sobre os desafios enfrentados para a concretização da auto-organização nas agroindústrias, as mulheres dos dois coletivos apresentaram questões parecidas, como por exemplo, problemas com a infraestrutura. As mulheres do Florestan Fernandes tiveram que acessar um projeto via Samarco para viabilizar a reforma da casa que atualmente serve como sede da agroindústria e que estava em ruínas. Depois, ao acessarem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a produção de pães, houve a dificuldade com a falta de equipamentos. Essas mulheres chegaram a produzir mais de quatrocentos quilos de pão na mão para a merenda escolar antes de conseguirem comprar o equipamento. Posteriormente, a dificuldade com a infraestrutura veio com a iniciativa de construir uma agroindústria de produção de polpa, inaugurada recentemente. Quando da realização do grupo focal, a maior dificuldade era a de conseguir o dinheiro necessário, que por elas era chamado de “contrapartida”, para terminar a construção do prédio e instalar os equipamentos. As instalações foram construídas por meio do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (Funsaf) e, no final do mês de fevereiro de 2018, a agroindústria foi inaugurada. As fotos abaixo mostram o processo de finalização da agroindústria acompanhado durante a pesquisa.

Figura 6- Primeira visita ao Assentamento Florestan Fernandes, quando da realização do Grupo Focal.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2017).

Figura 7 - Segunda visita ao Assentamento Florestan Fernandes, dia 23/02/2018. A agroindústria quase pronta para a inauguração.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Figura 8 - Inauguração da Agroindústria de Polpa de Frutas do Assentamento Florestan Fernandes.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

No coletivo do assentamento Vale da Esperança a dificuldade com a infraestrutura também se deu por conta da casa da sede (Figura 9). O coletivo conseguiu acessar o projeto da Prefeitura de Santa Teresa de equipamento para panificação, porém, esse projeto não viabilizava uma verba para reformar a cozinha do centro comunitário do assentamento, onde foi instalada a agroindústria. Assim, existe o equipamento disponível, mas, não há um local adequado para a instalação completa deste e que siga todas as normas exigidas pela vigilância sanitária que as permita, talvez, acessar alguma política pública como o PNAE, assim como fazem as mulheres do Florestan Fernandes. Atualmente as mulheres se organizam para produzir na Agroindústria quando tem algum evento do Movimento, algum encontro ou atividade. Entretanto, uma das dificuldades relatadas é a falta de espaço. A cozinha é muito pequena e não cabem todos os equipamentos adquiridos através do projeto, uma parte está guardada em um depósito. Além disso, os equipamentos industriais demoraram dois anos para chegar, o que significa que, dos quatro anos desde a criação da agroindústria, nos dois primeiros anos as mulheres trabalharam sem os equipamentos.

Figura 9 - O Centro Comunitário do Assentamento Vale da Esperança. Foto tirada no dia da realização do grupo focal.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Essa questão foi relatada por Maria Aquino, que apontou também a dificuldade que foi manter o grupo unido durante os dois anos iniciais. No começo era um grupo de mais de vinte pessoas:

Moderadora: São vocês mesmo, as nove?

Maria Aquino: Não... nós éramos um grupo de quase 20, na época a gente... quando... tudo foi muito esclarecido, foi muito dialogado... a gente assumiu... é... terminamos e fizemos o debate de quem gostaria de participar. Aí na época nós tivemos mais de vinte. É só você pegar as fotos dos cursos de capacitação, porque também dentro do projeto tinha: processo e capacitação e depois... o recebimento dos... dos equipamentos. E aí quando foi pra fase do processo de formação nós éramos um grupo grandão, só que com o processo, do desenvolvimento das coisas, aí o negócio foi ficando... foi raleando, como diz o outro, né. Muitas pessoas não permaneceram, foram saindo ao longo do processo. Porque isso exigia o quê, pessoal, inicialmente, ó: primeiro era que, os equipamentos demorou (sic) muito pra chegar. Mais de anos. Acho que tem o quê, um ano e meio, dois anos, nem sei se dá dois anos.

Patrícia Galvão: Dois anos.

Maria Aquino: Desses quatro, desses quatro, dois anos a gente ficou sem equipamento. Então como é que a gente ia montar um grupo de agroindústria se a gente não tinha... nada. E ao mesmo tempo, se a gente não fizesse nada, o grupo ia desmorecer (sic) mais ainda. Então a... a ideia era: o que fazer pra manter o pessoal motivado e ao mesmo tempo criando as condições para receber os equipamentos. Então, o primeiro, esse primeiro... as primeiras pessoas que participaram desde o início, e nós somos parte dele com exceção da Penha, que depois que entrou mas as

demais todas são, foi valioso e decisivo. Porque aguentou o processo, ainda que não estivesse, não esteja aqui conosco.

Ou seja, uma grande dificuldade enfrentada por essas mulheres foi a manutenção da agroindústria funcionando nesses dois anos, quando foi feita a capacitação através do Senar, mas não havia equipamento. Conforme os relatos, durante esse período, as mulheres utilizavam a cozinha da escola ou a casa de alguma das participantes para fazer os produtos. Por conta do tamanho da cozinha, até hoje elas enfrentam problemas com a estrutura, tendo que se revezarem para produzir, pois não cabem todas de uma vez no espaço (Figura 10).

Figura 10 – Cozinha da Agroindústria com os equipamentos que cabem e os equipamentos que sobraram no depósito



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Outro desafio enfrentado pelos dois coletivos é a falta de apoio dos homens. Nos dois grupos focais apareceram falas que apontam para a falta de apoio, seja dentro de casa, com a alegação por da falta de tempo para realizarem as tarefas domésticas, seja fora de casa, com a falta de apoio da associação do assentamento. As falas a seguir, a primeira do coletivo do Assentamento Vale da Esperança e a segunda do Assentamento Florestan Fernandes, exemplificam essa questão:

Maria Aquino: Eu é duas questões (sic), primeiro, o desafio. É um desafio enorme as mulheres se auto-organizarem e coordenar um empreendimento, então, assim, pra nós mulheres, e a gente sente isso na pele desde o início, né? A começar pela... pela, pelo não envolvimento da própria associação, da própria diretoria da associação, nunca nos perguntaram do que a gente precisava também. Então todo o processo, desde o início, foi nós mulheres que fizemos (sic). Então, a gente, por um... o ato de nós realizamos todas as atividades que nós fizemos e nos mantermos firmes, ainda com todas as dificuldades. Isso... tem uma avaliação positiva, mas ao mesmo tempo tem uma torcida também, né, principalmente de alguns homens que torcem pra não dar certo. Porque não acredita no potencial da agroindústria.

Larissa: E eles sempre incentivaram vocês a se organizarem coletivamente? Como é que foi esse processo, eles apoiaram vocês?

Helenira Rezende: Apoiam e ao mesmo tempo desapoiam.

[risos]

Elizabeth Teixeira: "Quê que vocês estão fazendo lá?"

Anatália de Melo: Se começar a vir todo dia pra cá, aí...

Helenira Rezende: "Não enjoa de ir pra lá, não?". Quer dizer, apoia e ao mesmo tempo não apoia.

Moderadora: Reclama das coisas de casa deixadas pra lá, não?

Helenira Rezende: É...

Moderadora: Laura Brandão?

Laura Brandão: Ah, verdade... é, lá em casa não tem apoio não. Eu não tenho apoio nenhum dele, e tudo que eu faço é pra gastar dentro de casa mesmo. Tem hora que eu nem sei o que é fazer uma mesa em casa...

[risos]

Conforme apontado na fala da Maria Aquino, a auto-organização das mulheres em si já é um desafio, ainda mais quando envolve a produção. A coordenação dos empreendimentos produtivos costuma ser tarefa realizada pelos homens, portanto, à dificuldade de se organizar uma agroindústria se soma a dificuldade da mulher estar coordenando. O lugar socialmente ocupado pelas mulheres é o lar, a casa. Quando as mulheres acumulam as atribuições da esfera reprodutiva e passa também a serem protagonistas de uma organização produtiva, há um estranhamento que se torna visível quando as mulheres relatam a dificuldade de receber apoio da associação do assentamento, ou quando os maridos começam a questionar o tempo gasto fora de casa. Apesar disso, e de todas as dificuldades enfrentadas diariamente, as mulheres continuam se organizando e produzindo.

Destacamos que essa dificuldade de reconhecimento do protagonismo das mulheres no trabalho produtivo, não é algo específico desses dois assentamentos, é algo que parece acompanhar as iniciativas de organização produtiva das mulheres. Mafort e Reis (2018) trazem o exemplo de outra cooperativa organizada e coordenada por mulheres em São Paulo, a Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra, que conta com a participação de alguns homens, assim como a agroindústria do Florestan Fernandes. A sede da cooperativa foi erguida através

da vontade coletiva dessas mulheres de construir uma padaria e desde o começo, assim como na história dos dois coletivos por nós analisados, foram enfrentados vários desafios:

Mas havia algumas pedras no caminho: a maioria dos seus companheiros não gostou da ideia e argumentava que o tempo das mulheres em casa ia diminuir com essa tal padaria, e não sobraria tempo pra elas fazerem suas obrigações; para fazer uma padaria, precisa de muita reunião e não queriam suas mulheres metidas nisso, pois no acampamento até “engoliam”, mas depois da terra ganha, não teria necessidade de tanta conversa; ou ainda, incentivavam que as mulheres pegassem o recurso do projeto e investissem na casa, num carro velho ou empregassem na grande produção do lote, que essa sim dava resultados, segundo eles (MARFOT; REIS, 2018, p.36).

Destacamos que a luta dessas mulheres para dentro do MST também é no sentido de romper com esses padrões de divisão sexual do trabalho típicos da sociedade patriarcal e que ficam claros quando analisamos, através das falas das mulheres dos coletivos, a postura dos homens perante a iniciativa das mulheres de romperem com essa lógica. Nesse sentido, a luta dessas mulheres não é contra os homens, “mas contra a manutenção da organização patriarcal que todos (inclusive parcela de mulheres) produzem e reproduzem, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo e que atendem diretamente aos interesses da lógica do capital” (NOGUEIRA, 2011, p. 37).

Da mesma forma que algumas falas apontam para a falta de apoio dos homens, tanto dentro de casa quanto no próprio assentamento, outras afirmam que existe apoio dos maridos e dentro de casa e que esse apoio é fundamental para que elas continuem na busca pela superação dos desafios e na construção da agroindústria:

Moderadora: Isso que eu ia perguntar. O marido de vocês apoia vocês tarem aqui (sic)? Porque vocês gastam um tempo, das tarefas, aqui.

Maria Aquino: Sim, tanto que a gente permanece. Né, porque é onde a gente achou apoio dentro de casa e da família é onde a gente se apoia e se fortalece. Posso afirmar que com outras companheiras não houve esse mesmo estímulo, então... que um pouco é nessa linha mesmo, né: "Ó, você não ganha nada, é só [incompreensível] em vez de estar ajudando na roça ou fazendo serviço de casa, tá perdendo seu tempo lá". Isso eu já escutei, já. O que é muito ruim, né? Eu já senti.

Mas, esse é o grande desafio, né, que nós mulheres, ainda que com todas as limitações, mas também com todas as potencialidades nossas a gente continua, é... à frente de algo que a gente acredita que vai dar certo. Porque o dia que a gente parar de acreditar a gente também abandona, né? Não tenho dúvida disso. Porque não é fácil. É... e o outro é nessa perspectiva mesmo, né, a gente, nós somos assentadas, nós, é, pra além do trabalho na roça, na família, em outros espaços, pra garantir, também, junto com o companheiro e com os outros membros da família essa, esse aumento na renda, a expectativa da agroindústria aqui dentro ela é sem dúvida a esperança de um negócio, é... promissor, né? Só que pra isso, a gente... requer que a gente, é... né, dê... faça um esforço muito grande, né, porque precisa, enfim, criar a infraestrutura necessária adequada. Mas é um desafio e uma esperança. **Desafio de nós mulheres sermos protagonistas desse processo e é uma esperança porque isso também possa ajudar na renda e ser mais um motivo de**

nós permanecermos no campo e de forma organizada, né? (grifo nosso).

De fato, não há dúvidas que a auto-organização é um passo fundamental na melhoria da qualidade de vida dessas famílias. Representa um incremento na renda, o que permite o acesso a outros bens de consumo (geladeira, televisão, móveis melhores) e significam que essas mulheres passaram a receber pelo trabalho produtivo que realizam em conjunto, ganhando uma independência financeira que antes não era possível. Conforme apontou Maria Aquino, a auto-organização também é mais um motivo para que se permaneça no campo de forma organizada, ainda mais em uma conjuntura de retrocesso na política de reforma agrária e com a titulação privada das terras implantada pela aprovação da Lei 13.465 de 11 de julho de 2017.

A agroindústria “Camponesas” do Assentamento Vale da Esperança, que está organizada a quatro anos, começou sem ser uma fonte de rendimento. Todo o dinheiro que era arrecadado voltava para a auto-organização, o que demonstra também a dificuldade enfrentada por elas de se organizarem. Entretanto, o grupo percebeu que era importante que as mulheres fossem remuneradas pelo trabalho, o que iria ajudar tanto no sentido financeiro individual de cada uma, na manutenção da auto-organização e na permanência das famílias no campo de forma organizada. Antes as mulheres trabalhavam apenas para manter a auto-organização funcionando, mas para manter o grupo unido era necessário que elas pudessem perceber que todo aquele trabalho estava valendo a pena, que tinha um sentido que ia além da manutenção da auto-organização. Até porque, o ponto de partida para a organização das agroindústrias foi a realidade concreta da falta de renda própria. Conforme aponta Maria Aquino:

Maria Aquino: De um tempo pra cá a gente foi observando que não dava somente pra gente trabalhar, trabalhar, trabalhar e reservar o dinheiro, ainda que a gente tenha muitas demandas. Mas não dava pra tudo ser reservado, que eu acho que isso foi um dos... das questões que desmotivou muita gente. Porque a gente trabalhava muito, sempre trabalhamos, mas todo recurso era pra dentro da... da agroindústria. Aí foi chegando um tempo que o pessoal foi vendo: "Putz (sic), só trabalho, só trabalho, só trabalho e não tem nenhuma renda".

Já no caso da agroindústria “As Camponesas” do Assentamento Florestan Fernandes, a questão da remuneração sempre esteve presente. Desde o começo, quando as mulheres que participaram do curso oferecido pela UFES de Alegre se organizaram para produzir pão para a chamada pública para a merenda escolar e que, com o tempo passaram a se organizarem para separar o dinheiro ganho para ficar no caixa da agroindústria. De fato, a auto-organização não

é um fim em si mesma. O seu sentido é a construção de novas formas de relação, inclusive produtiva. A auto-organização, e isso apareceu em falas nos dois grupos focais, é um princípio do MST. Sendo um Movimento que tem como base a centralidade do trabalho, a promoção das diversas formas de cooperação agrícola como forma de desenvolver as forças produtivas e as relações sociais e a instalação de agroindústrias sob controle dos camponeses e camponesas, tem como objetivo gerar “alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres” (MST, 2014, p. 36). Além disso, consta nas linhas políticas de gênero do MST a preocupação com o incentivo da organização em cooperativas e a participação efetiva “das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados” (MST, 2009, p. 19).

Dessa forma, as agroindústrias representam a construção de novas relações sociais e de produção, a remuneração dessas mulheres e a melhoria da qualidade de vida das famílias e do assentamento como um todo. Entretanto, representam também a manutenção de uma divisão sexual do trabalho e da mulher ligada à esfera da reprodução, mesmo quando também participa da produção de valor. Conforme Delphy (2009), o fato do trabalho doméstico feminino ser excluído do mercado da troca não quer dizer que a sua produção também seja. Além disso, é indispensável para a acumulação capitalista, já que faz parte da reprodução da força de trabalho. Portanto, é parte do processo de produção de mais-valia. Ao mesmo tempo, enxergamos esses coletivos como fruto de um longo processo de construção coletiva, tanto das mulheres que não deixaram de lutar pela igualdade dentro do Movimento, nem de lutar contra o agronegócio, quanto do próprio MST, que tem o trabalho coletivo e a cooperação como princípio.

CONCLUSÃO

Essa dissertação teve como objetivo analisar como os coletivos de auto-organização de mulheres do MST no Espírito Santo, constroem ações para uma maior inserção feminina nos espaços sociais e políticos e para o avanço no combate à opressão contra as mulheres, sobretudo nas dimensões do trabalho e renda. Estudar a auto-organização das mulheres do MST é estudar o desenvolvimento da luta das mulheres no campo. A luta por uma divisão sexual do trabalho e uma maior participação feminina nos espaços de luta e de tomada de decisão é comum a vários movimentos camponeses, como por exemplo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). No MST não é diferente. As mulheres, assim como os homens, participam ativamente do MST desde o começo. Elas estão lado a lado com os homens desde os momentos iniciais da ocupação, participando ativamente nas lutas e nos espaços de tomada de decisão nos acampamentos e nos assentamentos. Geralmente, a participação feminina é maior nos momentos de acampamento do que nos momentos em que as famílias são assentadas e a terra é conquistada. De fato, e apesar das enormes conquistas do Movimento em termos da participação igualitária dos homens e das mulheres nos cargos de direção e de coordenação, há uma diferença significativa na participação das mulheres e dos homens nas instâncias políticas, de decisão e coordenação, principalmente nos assentamentos. Após a conquista da terra, as mulheres tendem a ocupar o lugar que ocupavam anteriormente, na casa, na reprodução da força de trabalho, o cultivo da horta e a criação de pequenos animais.

Essa questão começou a ser debatida pelas mulheres do MST desde finais dos anos 1980, quando elas passaram a se organizar entre elas para discutir tanto a questão da mulher na sociedade quanto dentro do próprio MST. A criação do Setor de Gênero em 2000 veio após a criação do Coletivo Nacional de Gênero do MST e dos vários debates e várias lutas das mulheres não só contra a desigualdade, mas também denunciando a violência contra a mulher e os efeitos do agronegócio e do uso de transgênicos. Inclusive, os debates continuam a serem feitos, tendo sido lançada recentemente, o Caderno de Formação do Setor de Gênero do MST do ano de 2018, que trás uma série de debates fundamentais para o avanço da luta por uma sociedade mais igualitária, inclusive debates como o da agroecologia, sobre a violência obstétrica e aborto. Assim como as outras cartilhas e materiais de estudo, essa publicação também é fruto de um trabalho coletivo de reflexão e discussão acerca das temáticas que envolvem o ser mulher e trabalhadora rural.

Nesse sentido, destacamos a auto-organização das mulheres como um avanço da luta das camponesas e como uma forma encontrada de enfrentarem juntas questões como a violência doméstica, a falta de remuneração etc. A auto-organização é, então, além de um princípio do Movimento, uma das formas encontradas pelas mulheres de se fortalecerem conjuntamente, de buscarem outras alternativas que não o enfrentamento individual à essas questões. Ao mesmo tempo, a auto-organização das mulheres não é um fim em si mesma. A construção de novas relações sociais e de produção são alguns dos objetivos da construção de coletivos de auto-organização, e justamente por isso fazem parte dos princípios do MST, sendo fundamentais para a construção de um projeto de Reforma Agrária Popular. Sendo assim, as cooperativas sob o controle de trabalhadores e trabalhadoras, a criação de associações, os Encontros Estaduais, Regionais e os Congressos Nacionais são parte da construção coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que fazem parte do Movimento.

Nesse sentido, junto com os estudos sobre a auto-organização das mulheres do MST também veio a compreensão da questão agrária e da importância da luta pela permanência das famílias no campo, com vida digna e produção de alimentos saudáveis. A terra, enquanto elemento central da exploração e expropriação do território brasileiro, sempre foi alvo de disputas e de luta. A conformação do grande latifúndio e do agronegócio como meio de se produzir no campo apenas confirma que a luta pela Reforma Agrária Popular deve estar, portanto, no centro do debate. Defendemos, assim, a necessidade de se discutir a questão agrária nos diversos espaços da academia, tendo a compreensão de que campo e cidade são partes de um todo que deve ser estudado em conjunto, tendo em vista que a separação se dá apenas a nível da aparência. Além disso, os estudos sobre o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho deixaram claro que a subjugação dos corpos das mulheres foi fundamental para a consolidação do capitalismo na Europa e na América Latina como um todo. Da mesma forma, o trabalho não remunerado realizado pela mulher no âmbito doméstico significa uma parcela do trabalho essencial para a produção e a reprodução da força de trabalho que não compõe o valor da força de trabalho ao não entrar como item de necessidades básicas que devem ser supridos pelo salário. Ou seja, quando falamos das mulheres do MST estamos trazendo elementos que compõem o ser mulher na América Latina e trabalhadora rural no capitalismo dependente.

Dessa forma, destacamos a importância do presente estudo para o debate da Reforma Agrária, reconhecendo que a construção de uma nova sociedade parte também da busca pela igualdade

entre homens e mulheres, pela superação da divisão sexual do trabalho tal qual a conhecemos e pelo reconhecimento do protagonismo das mulheres nas lutas e na história. Mulheres como Alexina Crespo, Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e tantas outras que compõe a história da luta pela terra no Brasil, assim como tantas outras que compõem a história da luta de classes como um todo, como Olga Benário, Patrícia Galvão e tantas outras que só aparecem quando se pretende escrever uma história das mulheres, devem aparecer quando contamos a nossa história. Ao estudar a questão agrária e a luta pela conquista de direitos, raros foram os textos que trouxeram as conquistas das mulheres, que foram muitas, principalmente a partir da década de 1980, junto com as conquistas realizadas pelos homens. Então destacamos que a conquista da igualdade passa também pela conquista da história, porque o protagonismo histórico das mulheres sempre se fez presente.

Através dessa pesquisa e da coleta e análise dos dados pudemos inferir a importância da auto-organização das mulheres do MST e da construção das agroindústrias. Esses coletivos representam possibilidade de uma saída coletiva para problemas decorrentes das relações sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho. Além disso, a realização econômica e a produção protagonizada pelas mulheres representa também a possibilidade da construção de novas relações sociais e de uma nova sociedade. Ao mesmo tempo, compreendemos que os a auto-organização das mulheres como um todo e a voltada para a produção, em específico, apresenta vários desafios, tanto da falta de apoio encontrada dentro de casa, quando os maridos passam a ver com desconfiança o tempo gasto pelas mulheres fora de casa e não no trabalho doméstico, como na falta de apoio externo, dos homens do próprio assentamento que não acreditam no potencial das mulheres à frente de um trabalho produtivo. Ao mesmo tempo, apontamos outra questão, que é a não superação, para a maioria das mulheres que participaram do grupo focal, da divisão sexual do trabalho. O que percebemos, durante a pesquisa de campo, foi que a maioria passou a acumular mais uma tarefa que se somou àquelas já realizadas em âmbito doméstico e consideradas de responsabilidade única das mulheres. Quando os maridos realizam essas tarefas é visto como uma ajuda, não como uma outra divisão sexual do trabalho.

Assim, destacamos a importância desses coletivos auto-organizados, que, conforme demonstramos, são fruto da luta das mulheres para dentro do próprio Movimento, destacando também a importância do Setor de Gênero do MST, que continua promovendo debates e formações em todas as instâncias do movimento, assim como a importância da luta dessas

mulheres e as denúncias feitas contra grande latifúndio e ao agronegócio. Acreditamos que a superação desses problemas se dá através do incessante debate, das lutas e da construção coletiva de exemplos como os das duas agroindústrias que aqui analisamos. A luta continua, e as conquistas dessas mulheres nos mostram a necessidade de nos fortalecermos enquanto grupo na busca por uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaiky Pereira. *Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina*. Tese de Doutorado. UFB/ PPGPS, 2017.

BAMBIRRA, Vânia. La mujer chilena en la transición al socialismo. *Punto Final*, v. 133, 1971.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTRA, Armando. *El capital en su laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida*. Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2006.

BENSTON, Margaret. The political economy of women's liberation. *Monthly Review*, v. 41, n. 7, p. 31-44, 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde- CNS. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 15/02/2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 03/03/2018.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. (Orgs.), *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *O trabalho na América Latina Colonial*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1985.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013.

CENTRE FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. *The World's Abortion Laws Map 2014*. Center for Reproductive Rights. Disponível em: <<https://www.reproductiverights.org/document/the-worlds-abortion-laws-map>>. Acesso em: 27/03/2017.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES DO MST. *A questão da mulher e o MST*. São Paulo: MST, 1996.

CONSTANTINO, A.; LATERRA, P. La teoría marxista de la dependencia desde una mirada feminista: un análisis sobre las leyes sobre aborto en el mundo referênciã. *Cadernos CEMARX*, nº 10, p. 151-174, 2017.

DARON, Vanderleia Laodete Pulga. *Um grito lilás: cartografia da violência às mulheres do campo e da floresta*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº17, p. 99-119, 2015.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, 175-204, 2004.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 1/2, p. 121-142, 2008.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST mudando a questão agrária. In: D'INCAO, Maria Ângela. *O Brasil não é mais aquele...: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 237-245.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GODINHO, Tatau. O feminismo e a luta dos trabalhadores. In: Setor Nacional de Gênero – MST; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Construindo Novas Relações de Gênero: desafiando relações de poder*. Brasília, DF, 2005, p. 31-35.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.); DESLANDES, S. F; GOMES, R. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016. p. 72-95.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia.; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, p. 1-28, 2006.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra. *Lutas Sociais*, n. 13/14, p. 147-159, 2005.

IANNI, Otávio. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, João Pedro. (Org.), ESTEVAM, Douglas. (assistente de pesquisa). *A questão agrária do Brasil: o debate na esquerda – 1960-1982*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KERGOAT, Daniele; HIRATA, Helena. A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos feministas*, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminino*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 86, p. 93-103, 2010.

KRUEGER, Richard A.; CASEY, Mary Anne. Designing and conducting focus group interviews. *Social analysis, selected tools and techniques*, v. 4, n. 23, p. 4-24, 2002.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. *A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul*. 1993. Dissertação de Mestrado. UNESC/PPGAS, 1993.

_____. Relações de gênero em assentamentos do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996, p. 93-116.

MAESTRI, Mario. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. P. (Org.), ESTEVAM, D. (assistente de pesquisa). *A questão agrária do Brasil: o debate na década na esquerda – 1960-1982*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MAFORT, Kelli Cristine Oliveira; REIS, Ana Terra. A lata d'água mais pesada: mulheres do campo e a luta contra o golpe. IN: *Cadernos de Análise da Conjuntura*. São Paulo: Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, n. 01, jan. 2018.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARACCI, Marilda Teles. A apropriação de territórios para monocultura de eucalipto, impactos socioambientais e conflitos territoriais no Espírito Santo – Brasil. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais...* Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 8474-8490.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. S.; STEDILE, J. P. *Ruy Mauro Marini vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. El pensamiento de Ruy Mauro Marini y su actualidad para las ciencias sociales. *Argumentos (México, DF)*, v. 26, n. 72, p. 31-53, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, Livro I, Volume I, 1996.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, Livro I, Tomo II, 1985.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. O censo da Reforma Agrária de 1996 e 1997 em uma perspectiva de gênero. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. (Orgs.), *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

MILES, A. et al. Margaret Benston's Political Economy of Women's Liberation: international impact. *Canadian Woman Studies*, v. 13, n. 2, p. 31, 1993.

MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia Eloisa. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010). *Aedos*, v. 7, n. 16, p. 229-246, jul. 2015.

MOREIRA, Renata Couto; RAMALHO, Claudilene da Costa. Questão de gênero e soberania alimentar: auto-organização de mulheres do MST do Espírito Santo. *Revista Em Pauta*, v. 11, n. 32, 2014.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Caderno de formação n. 30: Gênese e desenvolvimento do MST*, 1998. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos>>. Acesso em: 11/02/2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, *Nossa História*, 2014. <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>. Acesso em: 14/02/2018.

_____. *Caderno de formação nº 2: Mulher Sem Terra*. Coletivo Nacional de Gênero MST. ANO.

_____. *A questão da mulher no MST*. Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1998.

_____. *Caderno de Formação nº 15: A mulher nas diferentes sociedades*. Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1998.

_____. *Compreender e construir novas relações de gênero*. Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1998.

_____. *Programa agrário do MST – texto em construção para o VI Congresso Nacional*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

NAGLE, Barry; WILLIAMS, Nichelle. *Methodology Brief: Introduction to Focus Group*. Center for Assessment, Planning and Accountability, 2013.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide Cesar. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. *Ser. Soc. Soc.*, nº 110, p. 213-240, abr./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Anotações sobre a auto-organização das mulheres: o exemplo da Via Campesina no Brasil e do MST. *Revista Pegada*, vol. 12, nº 1, jun/2011.

ONWUEGBUZIE, Anthony J., et al. A Qualitative Framework for Collecting and Analyzing Data in Focus Group Research. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 8, n. 3, p. 1-21, 2009.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Ser Social*, v. 12, n. 26, p. 147-175, 2010.

PATRIARCA, Tayana Fitz; PASTOR, Marcia. Gênero e os trabalhadores rurais sem terra. *Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina, 2011.

PEREIRA, Joselma Maria. *O papel da organicidade para o MST: Uma análise a partir do Assentamento Vale da Esperança – Santa Teresa – ES*. Tese de Conclusão de Curso. UFRJ/CFCH/Escola de Serviço Social, 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonia del agronegocio. IN: ALMEYRA, Guillermo; ET AL. *Capitalismo: tierra y poder em América Latina (1982-2012)*. MEXICO, D.F: Universidad Autonoma Metropolitana. p. 64-136.

PIZETTA, Adelar. *Formação e Práxis dos Professores de Escolas de Assentamentos: A experiência do MST no Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado. UFES/PPGE. 1999.

PIZETTA, Adelar João; SOUZA, Ademilson P. Entre Luta, Esperança e Utopia: A caminhada do MST no ES no período de 1984 a 2005. In: SOUZA, Ademilson P.; ET. AL. *A Reforma Agrária no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade!* MST, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ, 2018. Disponível em: <
<http://descubraoespiritosanto.es.gov.br/pt/cidade/guacui.html>>. Acesso em: 13/07/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA, 2018. Disponível em: <
<https://santateresa.es.gov.br/site/pagina/historia/90/2>>. Acesso em: 13/07/2018.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução de Christine Rufino Debat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. *Perspectivas*, São Paulo, 6:67-75, 1983.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. *Ainda precisamos avançar: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em SC*. Dissertação de Mestrado. UFSC/ PPGP. 2004.

SANTOS, Ciomara Maria. *A participação das mulheres no MST*. Dissertação de Mestrado. PUC/RIO/ PPGSS. 2002.

SANTOS, Theotonio. *Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 2, n. 20, 1995.

_____. *Gender: Still a useful category of analysis?* *Diogenes*, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010.

SILVA, Isabel Soares; VELOSO, Ana. Luísa; KEATING, José Bernardo. Focus Group: considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, v. 26 (26), 175-190, 2014.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Homens e mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividades no MST*. Florianópolis: Movimento Atual, 2004.

STEDILE, João Pedro. O significado da celebração. In: MST. *Boletim da educação n° 09*. Setor de Educação, 2004.

_____. Tendências do capital na agricultura. In: STEDILE, João Pedro. (Org.), ESTEVAM, Douglas. (assistente de pesquisa). *A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TEODORO, Miguel Aparecido. *Guaçuí, ensaio e história: colonização, desenvolvimento e cultura*. Guaçuí: agBook, 2014.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas*. Tese de Doutorado. UFMG/FAE/PPGE, 2016.

TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

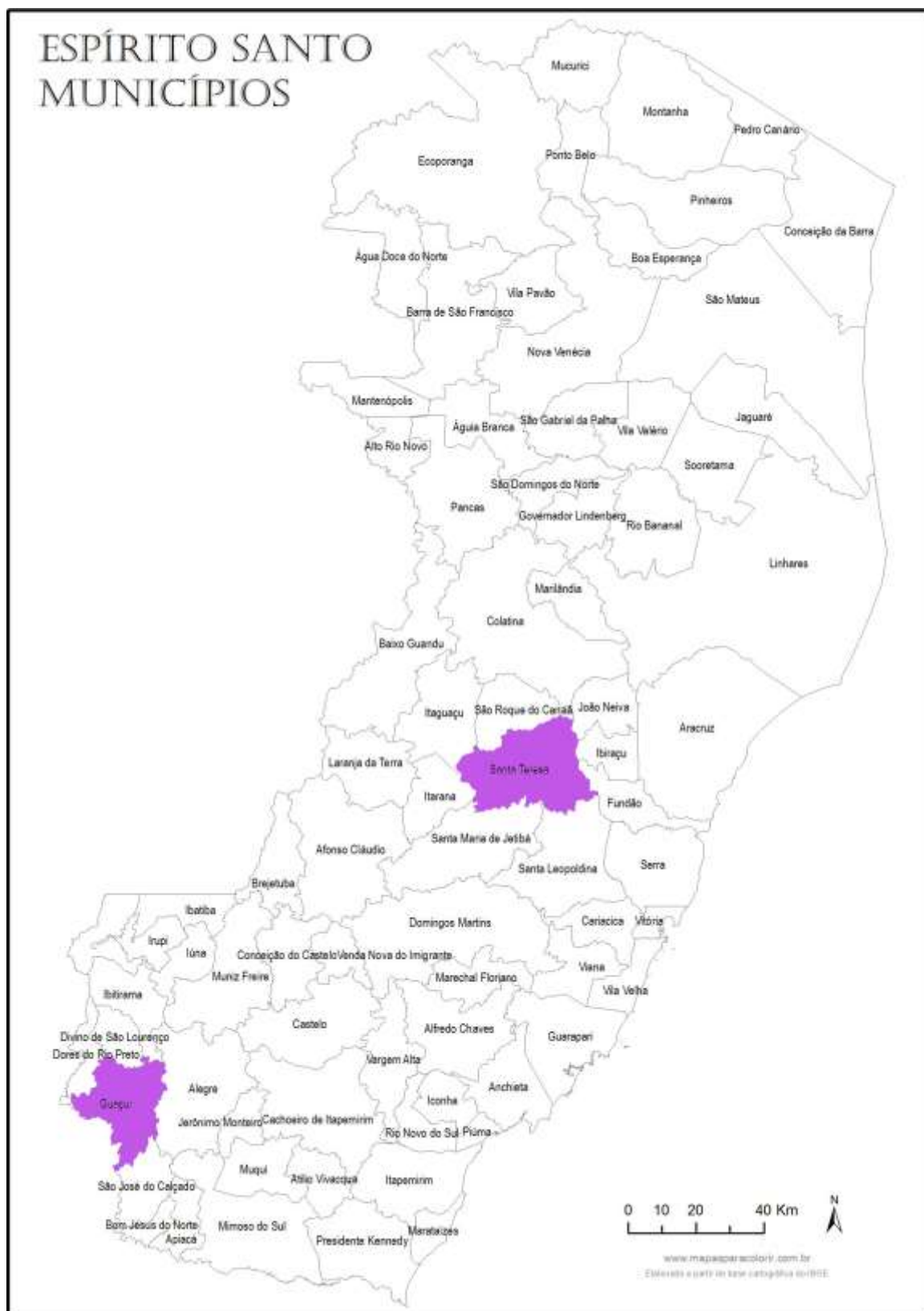
VALADÃO, Vanda de Aguiar. *Assentamentos e Sem Terra: a importância do papel dos mediadores*. Vitória: EDUFES, 1999.

VALENCIA, Adrian Sotelo. La teoría de la dependencia y la crisis del capitalismo contemporáneo. In: OLAVE, P. *A 40 años de Dialéctica de la Dependencia*. UNAM: Instituto de Investigaciones Económicas, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Mapa Político do ES com os Municípios das Agroindústrias destacados



APÊNDICE II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa “Questão de Gênero e MST: coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito Santo” sob a responsabilidade de Maísa Maria Baptista Prates do Amaral. Neste estudo pretendemos analisar os coletivos de auto-organização das mulheres do MST no Espírito Santo buscando entender a importância para a construção de novas relações de produção e gênero nos assentamentos.

Caso concorde em participar desta pesquisa, a Sra. participará de um Grupo Focal onde serão debatidas questões acerca do coletivo de auto-organização de que faz parte. Esse grupo será composto pelas mulheres do coletivo que aceitarem participar da pesquisa. O Grupo Focal terá a duração máxima de uma hora e meia e o local onde será realizado será escolhido pelas participantes. Durante a execução do Grupo Focal utilizaremos a gravação de som e de imagem para a coleta dos dados que serão transcritos e usados posteriormente. Estes dados só serão utilizados mediante a sua aprovação prévia.

Considerando que a realização do Grupo Focal poderá trazer cansaço e estresse pelo tempo da dinâmica e constrangimento e aborrecimento ao tratar do tema, a pesquisadora se compromete a tomar algumas medidas visando evitar ou amenizar esses riscos, tais como: o local da realização do Grupo Focal será de escolha do grupo, este terá duração máxima de uma hora e meia, podendo ser reduzido caso necessidade, e a Sra. não será obrigada a participar da discussão caso o tema te traga algum tipo de desconforto. Os benefícios desta pesquisa estão relacionados à possibilidade de que esta sirva para uma maior reflexão sobre os temas que serão debatidos, sobre suas atividades produtivas e articulação das experiências, para a troca de saberes, para um maior avanço do Setor de Gênero do MST e para maior visibilidade da luta do coletivo.

Asseguramos que para participar deste estudo a Sra. não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Sra. será esclarecida sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não levará a qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendida pela

pesquisadora. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. A Sra. não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Caso a Sra. venha a sofrer qualquer tipo de dano decorrente da sua participação na pesquisa, estará resguardado o direito de assistência e indenização pela pesquisadora.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pela pesquisadora responsável, no Programa de Pós-Graduação em Política Social e a outra será fornecida a você.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa a Sra. poderá contatar a pesquisadora Máisa Maria Baptista Prates do Amaral no telefone (27) 9 9652-2687 ou no endereço Avenida Região Sudeste, número 286, Barcelona, Serra, CEP: 29166200. Em caso de problema com a pesquisa ou denúncia poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, localizada na: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES, CEP: 29.075-910, Universidade Federal do Espírito Santo- Campus Goiabeiras, através do e-mail cep.goiabeiras@gmail.com ou no telefone (27) 3145-9820.

Declaro que fui verbalmente informada e esclarecida sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Declaro ter ciência de que os dados obtidos por meio da gravação de som e de imagem durante a realização do Grupo Focal serão utilizados nessa pesquisa. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada por mim ou por meu responsável legal e pela pesquisadora principal, rubricada em todas as páginas.

_____,//.....

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “Questão de Gênero e MST: coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito Santo”, eu, Máisa Maria Baptista Prates do Amaral, declaro ter cumprido as exigências do Art. 17 da Resolução CNS 510/16, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora

APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO**1º momento:****. Apresentação:**

Todas nos apresentaremos e falaremos nossos nomes, de onde somos.

Para as mulheres eu gostaria de saber desde quando estão assentadas também.

Questão disparadora:

- Eu gostaria que vocês me explicassem como é o coletivo. Como funciona, o que vocês fazem quando se reúnem?

Organização do grupo:

- Como foi que o grupo se organizou? Quando se organizou? O que estimulou a formação do grupo?

- Qual é a divisão de tarefas entre vocês?

- Quanto tempo vocês costumam gastar nos coletivos?

- E como ficam as tarefas de casa? Os maridos passam a dividir com vocês?

Dificuldades enfrentadas:

- Quais as dificuldades que o grupo enfrentou, e como se organizou para superá-las. (destacar se foram por meio de acesso a Políticas Públicas, cursos)

Produção

- Como o grupo se organiza hoje e o que faz de atividades? Produz algo, ou pretende produzir?

- Como é a produção? Quanto e como vocês produzem e por quanto vendem a produção?

- Em que o grupo poderia melhorar? O que falta para que a organização e as atividades do grupo fiquem melhores?

ANEXOS**ANEXO I**

Relação de Assentamentos Rurais no Espírito Santo – coordenados pelo MST

N°	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	N° DE FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	DATA DE CRIAÇÃO
1	PA PONTAL DO JUNDIÁ	C. da Barra	48	778,2704	16/02/1986
2	PA GEORGINA	São Mateus	81	1.052,8355	12/11/1986
3	PA JUERANA	São Mateus	18	282,5506	12/05/1987
4	PA C.DO RIO QUARTEL	Linhares	15	184,0821	28/08/1987
5	PA PIP-NUCK	Nova Venécia	50	676,5970	18/06/1987
6	PE CÓRREGO DA AREIA	Jaguareé	31	155,0000	05/09/1984
7	PA GAVIÃOZINHO	Nova Venécia	25	440,1900	11/07/1991
8	PA CÓRREGO VERMELHO	Ecoporanga	7	80,9000	10/01/1993
9	PA NOVA ESPERANÇA	Aracruz	50	489,1000	27/07/1995
10	PA VALDÍCIO B.DOS SANTOS	C. da Barra	89	888,4000	09/04/1996
11	PA CÓRREGO DA LAGE	Mucurici	118	1.182,3000	09/04/1996
12	PE NOVA CONQUISTA	Pinheiros	19	155,0000	12/02/1985
13	PE RIO PRETO ITAÚNAS	C. da Barra	30	460,0000	25/06/1985
14	PE BELA VISTA	Montanha	34	210,0000	14/07/1985
15	PE FRANCISCO D. RAMOS	Montanha	25	193,0000	23/06/1988
16	PE SÃO ROQUE	Jaguareé	10	90,0000	04/12/1985
17	PE CÓRREGO ALEGRE	Nova Venécia	18	173,0000	12/12/1988
18	PE CÓRREGO GRANDE	São Mateus	27	261,0000	17/02/1985
19	PE VALE DO OURO	Ecoporanga	30	357,6200	22/12/1989
20	PE VALE DA VITÓRIA	São Mateus	39	474,0000	19/05/1986

21	PE 13 DE MAIO	Nova Venécia	45	501,1300	15/05/198 9
22	PE TRÊS PONTÕES	Nova Venécia	20	207,2000	09/07/198 8
23	PE 11 DE AGOSTO	Pinheiros	11	126,8000	28/02/198 6
24	PE NOVA VITÓRIA	Pinheiros	32	525,0000	17/02/198 6
25	PE INDEPENDÊNCIA	C. da Barra	10	103,0000	14/03/198 8
26	PE 22 DE JULHO	Ecoporanga	12	131,6300	19/09/199 1
27	PE PRATINHA	São Mateus	17	188,8000	22/09/199 1
28	PA CASTRO ALVES	Pedro Canário	129	1.504,3471	05/05/198 8
29	PE CÓRREGO DA ONÇA	Jaguareé	8	90,0000	16/12/198 5
30	PE BOM JESUS	Ecoporanga	18	180,7000	17/09/199 1
31	PE CÓRREGO DO BALÃO	Montanha	7	40,0000	18/07/198 5
32	PE SÃO VICENTE	São Mateus	5	27,6000	30/09/199 1
33	PA SANTA RITA	B. Jesus do Norte	50	594,0000	05/12/199 6
34	PA PAULO VINHAS	C. da Barra	63	474,0900	05/12/199 6
35	PA OLINDA II	Pinheiros	87	791,7647	04/02/199 7
36	PA MARIA OLINDA	Pinheiros	71	706,8888	29/08/199 7
37	PA CELESTINA	Nova Venécia	31	314,4277	26/12/199 7
38	PA VALE DA ESPERANÇA	Santa Tereza	39	394,4100	31/12/199 7
39	PA PIRANEMA	Fundão	65	626,0000	31/12/199 7
40	PA GUANABARA	São Mateus	12	119,7246	19/02/199 8
41	PA RANCHO ALEGRE	Mimoso do Sul	56	527,1627	03/04/199 8
42	PA ITA	Itaguaçu	55	525,1917	24/06/199 8
43	PA 16 DE ABRIL	Águia Branca	48	488,3200	24/09/199 8
44	PA SANTA FÉ	Apiacá	50	576,2020	23/12/199 8
45	PA NOVA SAFRA	Itapemirim	105		23/12/199

				1.065,4000	8
46	PA MONTE ALEGRE	Muqui	60	606,1650	03/09/199 9
48	PA ZUMBI DOS PALMARES	São Mateus	151	1.386,6481	13/12/199 9
49	PA PADRE PEDRO	Mantenópolis	37	455,8000	22/12/200 0
50	PA 17 DE ABRIL	Muqui	78	887,3888	29/04/200 2
52	PA OTAVIANO R. DE CARVALHO	Ponto Belo	98	962,7300	29/04/200 2
53	PA TEIXEIRINHA	Apiacá	27	294,2740	26/12/200 2
54	PA FLORESTAN FERNANDES	Guaçuí	34	380,0133	01/08/200 3
55	PA ERNESTO CHE GUEVARA	Mimoso do Sul	45	566,2800	08/04/200 4
56	PA OZIEL ALVES	Montanha	55	612,5240	10/01/200 5
57	PA ADRIANO MACHADO	Montanha	74	873,0378	10/01/200 5
58	PA MADRE CRISTINA	Pancas	35	524,4614	06/07/200 5
59	PA MARGARIDA ALVES	Pancas	6	172,3500	09/11/200 5
60	PA FLORÊNCIO TOZZO	Mantenópolis	36	400,1800	21/08/200 6
61	PA SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS	Linhares	100	2.042,0499	04/06/200 8
62	PA JOSÉ MARCOS DE ARAÚJO SANTOS	Pres. Kennedy	75	1.343,6386	27/07/200 9
63	PA ADÃO PRETO	São Gabriel da Palha e Nova Venécia	39	569,0258	04/01/201 0
TOTAL			2.760	31.490,201 6	

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DA AGROINDÚSTRIA “CAMPONESAS”

Capítulo I- DAS DEFINIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A agroindústria ‘Camponesas’, rege-se pelo Estatuto Social da Associação da Rádio Comunitária do Assentamento Florestan Fernandes e pelo presente Regimento Interno em vigor a partir da data da aprovação.

Artigo 2º - A agroindústria ‘Camponesas’, tem a finalidade de:

- a) Melhorar a renda das famílias camponesas envolvidas na Agroindústria ‘Camponesas’;
- b) Promover cursos, capacitações e eventos que contribuam para ampliar a capacidade produtiva da Agroindústria ‘Camponesas’;
- c) Desenvolver atividades produtivas e de comercialização dos produtos processados ou ‘in natura’;
- d) Desenvolver atividades que promovam o bem estar das famílias camponesas envolvidas na Agroindústria ‘Camponesas’;
- e) Acessar créditos/financiamentos com a finalidade de fortalecer a Agroindústria ‘Camponesas’;
- f) Desenvolver projetos e buscar recursos para o crescimento das atividades da Agroindústria ‘Camponesas’.

Artigo 3º - A Agroindústria ‘Camponesas’, será composta pelas camponesas do Assentamento Florestan Fernandes.

§ 1º. Inicialmente, a Agroindústria ‘Camponesas’, será formada pelo grupo de camponesas constantes na lista de presença da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o presente Regimento.

§ 2º. A Agroindústria ‘Camponesas’ poderá receber novos membros mediante solicitação por escrito e pagamento de valor a ser definido de acordo com os investimentos já realizados pelo grupo.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Artigo 4º- Todos os membros da Agroindústria 'Camponesas' deverão pertencer a um dos seguintes grupos de trabalho:

- a) Administrativo;
- b) Vendas;
- c) Produção/compras.

Parágrafo único: Os novos membros ingressantes na Agroindústria 'Camponesas' deverão entrar para o grupo de produção e nele permanecer por um período mínimo de três meses, podendo, após este período solicitar o ingresso em outro grupo.

Artigo 5º - Compete ao grupo Administrativo:

- a) Seguir as determinações do Conselho Administrativo;
- b) Zelar pela documentação fiscal e contábil do grupo realizando sua contabilidade;
- c) Responsabilizar-se pelo pagamento das contas e pelos recebimentos;
- d) Escolher um coordenador para compor o Conselho Administrativo;
- e) Responsabilizar-se por movimentações bancárias, na pessoa de seu coordenador, juntamente com outro membro do Conselho Administrativo;
- f) Elaborar um relatório de prestação de contas a cada trimestre.

Artigo 6º - Compete ao grupo Vendas:

- a) Seguir as determinações do Conselho Administrativo;
- b) Buscar e manter os canais de comercialização;
- c) Realizar as vendas dos produtos;
- d) Informar ao grupo de produção a quantidade de vendas realizadas e prazos de entrega;
- e) Escolher um coordenador para compor o Conselho Administrativo;
- f) Identificar mercados para novos produtos.

Artigo 7º - Compete ao grupo Produção/Compras:

- a) Seguir as determinações do Conselho Administrativo;
- b) Responsabilizar-se pela organização da produção, garantindo a produção da quantidade vendida e o cumprimento dos prazos de entrega;
- c) Definir distribuição de tarefas para a produção, os dias de trabalho e o rodízio das trabalhadoras;
- d) Manter a limpeza da cozinha e sua organização;

- e) Fazer controle da produção diária;
- f) Conferir estoques de matérias-primas e solicitar ao grupo Administrativo a realização das compras quando necessário;
- g) Escolher um coordenador para compor o Conselho Administrativo;
- h) Zelar pelo prédio e equipamentos da cozinha e solicitar ao grupo Administrativo as manutenções quando necessárias.

Parágrafo único: Se ocorrerem casos de indisciplina no local de trabalho o coordenador do grupo Produção/Compras deverá encaminhá-los para o Conselho administrativo para este aplicar as medidas conforme este Regimento.

Artigo 8º- O Conselho Administrativo será composto por um membro de cada grupo de trabalho.

Artigo 9º - Compete ao Conselho Administrativo:

- a) Elaborar projetos para buscar financiamentos ou recursos a fundo perdido;
- b) Responder pelas ações da Agroindústria 'Camponesas' dentro e fora do local de trabalho;
- c) Julgar e determinar sanções para os casos de indisciplina;
- d) Coordenar os grupos de trabalho e tomar as decisões necessárias ao bom andamento das atividades;
- e) Analisar e aprovar a prestação de contas apresentada pelo grupo Administrativo;
- f) Realizar a cada três meses ou quando necessária a manutenção preventiva dos equipamentos, maquinários e veículos a fim de garantir sua vida útil. Para isso poderá contratar ou buscar parceiras de serviço especializado para execução ou para formação de cooperados (as).

Artigo 10º - Os coordenadores dos grupos de trabalho serão eleitos pelos membros do grupo e terão mandato de 02 (dois anos), podendo ser renovado apenas uma única vez.

Parágrafo único – O coordenador dos grupos não receberá nenhuma remuneração extra, podendo, apenas, receber reembolso de eventuais despesas necessárias ao exercício da coordenação.

CAPÍTULO III – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 11 – O Conselho Administrativo fica obrigado a fazer prestação de contas bimestral às

camponesas pertencente à agroindústria.

Parágrafo único: Caso o mesmo não apresente a prestação de contas no prazo de 90 dias, os seus membros sofrerão desde a advertência a punição pela Assembleia Geral.

Artigo 12 – Os balancetes bimestrais da “Camponesas” devem ser elaborados pelo Conselho Administrativo e encaminhados para serem fixados nos quadros de aviso.

Artigo 13 – Fica estabelecida a obrigatoriedade do Conselho Administrativo em realizar reuniões mensais a fim de tratar de assuntos pertinentes no sentido de avaliar, planejar e socializar os andamentos dos trabalhos da gestão produtiva e a gestão administrativa e outros assuntos solicitados pelas camponesas que pertencem à agroindústria.

CAPÍTULO IV – DA RETIRADA MENSAL E DE FUNDOS

Artigo 14 – Fica estabelecida neste regimento a contribuição de 1% a fim da constituição do Fundo de Reserva, podendo ser alterado ou revisado seu percentual mediante o andamento e das condições econômicas da “Camponesas”.

Parágrafo único – A destinação dos recursos do Fundo de Reserva será definida pelo Conselho Administrativo em reunião com as demais camponesas pertencentes à agroindústria para definir os critérios de utilização.

Artigo 15 – Não haverá retirada mensal. A remuneração pelos trabalhos será feita mediante pagamentos de diárias, conforme os dias trabalhados por cada uma das camponesas.

§ 1º - Ao final do ano, havendo sobras, as camponesas reunidas decidirão juntas como proceder com a distribuição das mesmas.

§ 2º - O ingresso na agroindústria não implica qualquer tipo de vínculo empregatício, configurando-se em trabalho solidário.

CAPÍTULO V – DAS OBRIGAÇÕES

Artigo 16 – São obrigações das camponesas pertencentes à agroindústria:

- a) Cumprir as normas do Regimento Interno em vigor;
- b) Ser leal para com os objetivos da agroindústria e colegas de trabalho;
- c) Ser atenciosa, mostrar dedicação e trabalhar unida;
- d) Cumprir os horários determinados pela escala de serviço;

- e) Zelar e trabalhar para o crescimento da “Camponesas”;
- f) Desempenhar todas as atividades que se fizerem necessárias como, acompanhar encontros, congressos e demais assuntos de interesse da “Camponesas”;
- g) Ser humilde e sempre disposta a aprender e ensinar;
- h) Participar e cumprir as decisões das reuniões;
- i) Votar nas eleições para coordenador.

Parágrafo único – A camponesa que se recusar a qualquer atividade que lhe seja designada seja pelo Coordenador de ser grupo ou Conselho Administrativo, está sujeita a:

- a- Advertência;
- b- Suspensão;
- c- Ou eliminação.

CAPÍTULO VI – DOS DIREITOS

Artigo 17 – São direitos das camponesas pertencentes à agroindústria:

- a) Ter conhecimento do Regimento Interno;
- b) Receber do Conselho Administrativo informações sobre a situação financeira e social da agroindústria;
- c) Receber toda informação sobre os andamentos dos negócios através de reuniões periódicas.

CAPÍTULO VIII – DOS BENEFÍCIOS

Artigo 18 – A camponesa que sair da agroindústria, por qualquer motivo, mesmo que por eliminação, receberá os valores que ela investiu e que por ventura ainda não tiverem sido pagos.

§ 1º - A devolução de que trata o *caput* deste artigo poderá ocorrer até o prazo máximo de doze meses, podendo ser parcelada, ou não, conforme a disponibilidade financeira da “Camponesas”.

§ 2º - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões em número tal que as restituições das importâncias referidas no presente artigo possam ameaçar a estabilidade econômica-financeira da agroindústria, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade.

§ 3º - No caso da hipótese de exclusão da camponesa por morte, o pagamento dos valores referentes, aos seus herdeiros ou sucessores, será regulamentado pelo Conselho Administrativo.

CAPÍTULO IX – DA ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Artigo 19 – O dano intencional prejudicial à “Camponesas”, causado pela camponesa pertencente à agroindústria, acarretará em sua eliminação dos quadros da mesma, além do ressarcimento dos prejuízos causados.

§ 1º - A eliminação que será aplicada em virtude de infração grave da lei, do Estatuto, do Regimento Interno ou por decisão da Assembleia, será aplicada pelo Conselho Administrativo, com posterior referendo da Assembleia Geral, devendo os motivos que a determinaram constarem sucintamente o termo lavrado no Livro de Atas e assinado pelos membros do Conselho Administrativo.

§ 2º - No caso de camponesa eliminada ou demissionária, que solicitarem retorno a “Camponesas”, será avaliado seu pedido pelo Conselho Administrativo, desde que não tenham cometido infração grave quanto ao Estatuto Social e o Regimento Interno.

Artigo 20 – Além de outros motivos, o Conselho Administrativo deverá eliminar a camponesa que:

- a) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à agroindústria ou que colida com os seus objetivos;
- b) Cometer agressão física ou verbal contra qualquer camponesa ou fazê-lo contra qualquer pessoa dentro das instalações da agroindústria e a 100 metros fora da mesma a partir do portão de saída;
- c) Cometer furto ou roubo;
- d) For condenada em ação criminal;
- e) Usar, vender, guardar ou portar drogas ilegais dentro das instalações da agroindústria;
- f) Criar tumulto, discussão, conflitos;
- g) Violar segredos ou informações estratégicas da agroindústria;
- h) Deixar de cumprir dispositivos da lei, deste Estatuto Social e deliberações da “Camponesas”;

- i) Causar danos morais e financeiros à agroindústria, ou desrespeitar outras camponesas e/ou tomadores de serviço (compradores).

§ 1º - O Conselho Administrativo, na forma do Regimento Interno, dependendo da natureza da falta, a seu critério, poderá adotar outra punição mais branda, como a **ADVERTÊNCIA** por escrito aplicada somente uma vez ou a **SUSPENSÃO** de 5 (cinco dias ou mais) das atividades da camponesa, neste último caso sem direito de recebimento de diárias referentes aos dias de suspensão, mesmo no caso em que já estivesse estabelecido a escala de serviços.

§ 2º - Antes de tomar qualquer decisão, deverá o Conselho Administrativo ouvir as razões da camponesa envolvida, devendo reduzi-las a termo e ata contendo a sua defesa.

§ 3º - A camponesa será informada da punição através de comunicação pessoal, por escrito, mediante recibo. Caso a camponesa se recuse a dar o recibo sobre a punição, valerá a prova de testemunhas, as quais atestarão que a comunicação realizou-se e que a camponesa recusou-se a fornecer o recibo próprio.

§ 4º - A camponesa eliminada poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso, por escrito, para o Conselho Administrativo que convocará uma Assembleia Extraordinária que funcionará dentro das normas estabelecidas no Estatuto.

§ 5º - Camponesa eliminada deverá aguardar em sua residência a convocação de Assembleia Extraordinária, caso apresente recurso por escrito ao Conselho Administrativo, não podendo frequentar os espaços da Cooperação sem a devida autorização do Conselho Administrativo.

CAPÍTULO X – DAS RELAÇÕES ENTRE OS COOPERADOS – COOPERADAS

Artigo 21 – Fica proibido o relacionamento amoroso entre as camponesas no local de trabalho, a partir do momento que prejudique o andamento dos trabalhos na agroindústria. Caso seja constada situação que prejudique a “Camponesas” a camponesa sofrerá as punições conforme rege o Estatuto e o Regimento Interno.

CAPÍTULO XI – DO AFASTAMENTO – POR MOTIVO DE SAÚDE

Artigo 22 – O afastamento da camponesa por motivo de saúde será concedido pelo prazo necessário conforme atestado médico apresentado ao Conselho Administrativo.

Parágrafo único – Nos casos citados no *caput* deste artigo, o Grupo de Produção,

responsável por determinar a escala de serviços, fica obrigado a garantir o rodízio de modo que, findo o afastamento, a camponesa tenha oportunidade de trabalhar a mesma quantidade de dias em que trabalharia no período em que ficou afastada.

CAPÍTULO XIII – DAS FALTAS

Artigo 23 – Se a camponesa faltar dois dias consecutivos sem justificativa, será suspensa ou medidas mais severas serão tomadas conforme esse Regimento Interno.

Parágrafo único – O Conselho Administrativo dependendo da situação poderá tomar **medidas mais brandas**, como a suspensão por 05 (cinco) dias, sem remuneração.

CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 24 – Este regimento poderá ser alterado por decisão das camponesas pertencentes à agroindústria, em Assembleia Geral e com convocação específica.

Este regimento entra em vigor a partir de 01 de março de 2013, data de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária.